Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Rafaela Mano Elisiario

Petrópolis além do título imperial
Outras memórias: os bairros populares e a ditadura

RIO DE JANEIRO
2023

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

RAFAELA MANO ELISIARIO

Petrópolis além do título imperial
Outras memórias: os bairros populares e a ditadura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Javier Lifschitz
Linha de pesquisa: Memória e Espaço

Rio de Janeiro, 2023

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

MANO , RAFAELA
M43 Petrópolis além do título imperial. Outras memórias: os bairros populares e a ditadura / RAFAELA MANO . -- Rio de Janeiro, 2023.
122

Orientador: Javier Lifschitz .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2023.

1. ditadura . 2. memória política. 3. bairros . I. Lifschitz , Javier, orient. II. Título.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Rafaela Mano Elisiario

Petrópolis além do título imperial
Outras memórias: os bairros populares e a ditadura

Aprovada pela Banca Examinadora
Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2023

_____

Professor Doutor Javier Lifschitz (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

_____

Professor (a) Doutor (a) Camila Maria dos Santos Moraes - UNIRIO

_____

Professor (a) Doutor (a) Icleia Thiesen - UNIRIO

_____

(Suplente) Lara Sayão Lobato de Andrade Ferraz - UERJ

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que destinaram suas vidas à luta democrática na cidade de Petrópolis durante a ditadura empresarial-militar e a todas as vítimas da tragédia socioambiental que aqui ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2022, sobretudo aos moradores do Morro da Oficina.

Agradecimentos

Escrever uma dissertação não é uma tarefa simples e, na grande maioria do tempo, torna-se um exercício extremamente solitário. No entanto, este percurso só foi possível graças a muitas pessoas ao meu redor e, por isso, este trabalho jamais seria fruto apenas da minha dedicação. Em tempos onde o individualismo avança, gosto de cultivar a ideia de que ninguém faz nada sozinho.

Neste sentido, agradeço à CAPES pela oportunidade de ser bolsista entre os meses de julho de 2022 a fevereiro de 2023 e agradeço também a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) pela sua luta incansável em torno da defesa das bolsas de pesquisa no Brasil num contexto superado de sufocamento dos investimentos em educação, ciência e pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e ao conjunto dos professores e professoras que tive durante o mestrado. A universidade e a educação pública devem ser defendidas com unhas e dentes em nosso país, hoje e sempre. Pois, ambas transformam a vida das pessoas, sobretudo daquelas que historicamente tiveram seus direitos de acesso negados.

Agradeço ao meu orientador Javier Lifschitz pelas contribuições dadas na elaboração deste trabalho e por ser uma pessoa altamente compreensiva. Agradeço ao Núcleo de Memória Política em Perspectiva Latinoamericana - NUMEP, também coordenado pelo professor Javier e a todos os colegas que dele fazem parte. Agradeço a minha banca de qualificação, a professora Icléia Thiesen e o professor Alex Correa.

Agradeço as trabalhadoras do Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis, sempre dispostas a ajudarem com as documentações; a Rafane Paixão que integrou a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis e também sempre se disponibilizou a passar informações e contatos; a Rose Borsato que atua no Centro Cultural de Cascatinha e igualmente foi muito solícita em todos os meus pedidos de ajuda.

Agradeço à minha família por todo suporte e ensinamento dados ao longo da vida; ao Daniel cujo companheirismo e amor foram fundamentais nos momentos de dificuldade e nervosismo; aos meus amigos e amigas, em especial a Ju Baptista e Conrado Tapajós que foram os amigos que mais me aproximei num contexto de mestrado durante a

pandemia; aos meus camaradas que constroem comigo diariamente a luta por um mundo mais justo e fazem, com isso, a minha existência ser mais completa.

"*Veja bem, meu patrão, como pode ser bom / você trabalharia no sol e eu tomando banho de mar / Luto para viver / Vivo para morrer / Enquanto minha morte não vem / Eu vivo de brigar contra o rei / Em volta do fogo todo mundo abrindo o jogo / Conta o que tem pra contar / Casos e desejos, coisas dessa vida e da outra / Mas nada de assustar / Quem não é sincero, sai da brincadeira correndo / Pois pode se queimar / Saio do trabalho, ê / Volto para casa, ê / Não lembro de canseira maior/ Em tudo é o mesmo suor" **Milton Nascimento e Fernando Brant***

Resumo

Rafaela Mano Elisiario. **Petrópolis além do título imperial. Outras memórias: os bairros populares e a ditadura.** Orientador: Javier Lifschitz. Rio de Janeiro. UNIRIO/ CCHS/PPGMS, 2023. Dissertação (mestrado em Memória Social)

A partir da discussão acerca da formação histórico-territorial de Petrópolis e da construção das suas memórias oficiais, este trabalho pretende analisar como o tema da ditadura empresarial-militar insere-se na memória política da cidade. Para tal, examinaremos dois bairros populares da cidade, sendo estes o Alto da Serra e o Cascatinha. Através de uma contextualização sobre a composição destes bairros e dos conflitos ali transcorridos na vigência do regime militar, buscaremos explicitar as possibilidades de constituição de memórias que confrontam a ideia hegemônica sobre a cidade que a caracteriza como um lugar de paz perene, sem a ocorrência de lutas políticas no curso de sua história.

Palavras-chave: Ditadura; Memória; Bairros.

Abstract

Rafaela Mano Elisiario. **Petrópolis beyond the imperial title. Other memories: the popular neighborhoods and the dictatorship.** Orientador: Javier Lifschitz. Rio de Janeiro. UNIRIO/ CCHS/PPGMS, 2023. Dissertação (mestrado em Memória Social)

From the discussion about the historical-territorial formation of Petrópolis and the construction of its official memories, this work intends to analyze how the theme of the business-military dictatorship is inserted in the political memory of the city. To do so, we will examine two popular neighborhoods in the city, Alto da Serra and Cascatinha. Through a contextualization of the composition of these neighborhoods and the conflicts that took place there during the military regime, we will seek to explain the possibilities of constituting memories that confront the hegemonic idea about the city that characterizes it as a place of perennial peace, without the occurrence of political struggles in the course of its history.

Keywords: Dictatorship; Memory; Neighb.

Resumen

Rafaela Mano Elisiario. **Petrópolis más allá del título imperial. Otros recuerdos: los barrios populares y la dictadura.** Orientador: Javier Lifschitz. Rio de Janeiro. UNIRIO/ CCHS/PPGMS, 2023. Dissertação (mestrado em Memória Social)

A partir de la discusión sobre la formación histórico-territorial de Petrópolis y la construcción de sus memorias oficiales, este trabajo pretende analizar cómo el tema de la dictadura empresarial-militar se inserta en la memoria política de la ciudad. Para ello, examinaremos dos barrios populares de la ciudad, Alto da Serra y Cascatinha. A través de una contextualización de la composición de estos barrios y los conflictos que allí tuvieron lugar durante el régimen militar, buscaremos explicar las posibilidades de constituir memorias que confronten la idea hegemónica sobre la ciudad que la caracteriza como un lugar de paz perenne, sin la aparición de luchas políticas a lo largo de su historia.

Palabras clave: Dictadura; Memoria; Barrios.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do Caminho Novo e sua Variante
FIGURA 2: Planta da Cidade de Petrópolis elaborada pelo Major Júlio Frederico Koeler (1846)
FIGURA 3: Planta da Casa da Morte
FIGURA 4: Notícia do Jornal Tribuna de Petrópolis (1964)
FIGURA 5: Matéria Jornal Tribuna de Petrópolis em 14 de Abril de 1964 - Trabalho de Limpeza
FIGURA 6: Matéria Jornal O Diário de Petrópolis em 18 de Abril de 1969 - Exposição de Material Subversivo
FIGURA 7: Foto Fábrica de Tecidos Dona Isabel
FIGURA 8: Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara
FIGURA 9: Fábrica de Tecidos Cometa, unidade Alto da Serra
FIGURA 10: Fábrica de Tecidos Santa Helena
FIGURA 11: Fábrica de Tecidos Werner
FIGURA 12: Fábrica Companhia Petropolitana de Tecidos
FIGURA 13: Mapa Raiz da Serra até o Alto da Serra
FIGURA 14: Estação Ferroviária do Alto da Serra e a oficina dos trens
FIGURA 15: Estação Ferroviário do Alto da Serra
FIGURA 16: Parte do Morro da Oficina antes da tragédia de 2022
FIGURA 17: Parte do Morro da Oficina após a tragédia de 2022
FIGURA 18: Parte do Morro da Oficina antes da tragédia de 2022 com o conjunto habitacional construído no lugar das oficinas dos trens
FIGURA 19: Escombros no Morro da Oficina
FIGURA 20: Fachada do Mercado Extra e Hipershopping ABC atualmente
FIGURA 21: Fábrica Cometa, unidade do Meio da Serra
FIGURA 22: Fábrica Cometa, unidade do Alto da Serra
FIGURA 23: Prédio da Fábrica de Tecidos Aurora atualmente
FIGURA 24: Imagem de satélite da esquina da Rua Chile com a Rua Teresa
FIGURA 25: Matéria do Jornal O Diário de Petrópolis em 1 de Abril de 1964 - Convocação do Conselho Sindical de Petrópolis para greve geral
FIGURA 26: Matéria do Jornal A Tribuna de Petrópolis em 1 de Abril de 1964 - Informe de greve na Leopoldina

FIGURA 27: Matéria do Jornal A Tribuna de Petrópolis em 8 de Abril de 1964 - Moção Câmara de Vereadores
FIGURA 28: Mapa dos distritos de Petrópolis e municípios vizinhos
FIGURA 29: Fachada da Companhia Petropolitana de Tecidos - provavelmente 1911
FIGURA 30: Trabalhadores do setor de fiação da Companhia Petropolitana de Tecidos - provavelmente 1911
FIGURA 31: Aviso sobre a impressão do Jornal de Cascatinha do ano de 1966
FIGURA 32: Matéria Jornal de Cascastinha em 7 de janeiro de 1967 - Comunicado da continuidade de greve na fábrica de tecidos
FIGURA 33: Matéria Jornal de Cascatinha em 18-19 de Março de 1967- Operação Aciso
FIGURA 34: Abertura do Livro Ata da Sociedade Cooperativa de Cascatinha

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População residente de Petrópolis - 1940 a 2000
TABELA 2: Indústrias, empregos e produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO …… 16
CAPÍTULO 1: Memória política e Petrópolis……... 23
1.1 Contextualização geral da cidade e seu título imperial: "Uma territorialidade focalizada em determinações exteriores" 23
1.2 Cidade e as memórias consolidadas ……..... 29
1.3 Questionar é preciso: "Sentir-se apátrida no próprio local de nascimento" 32
CAPÍTULO 2: Ditadura e cidade: uma história mal contada…….. 36
2.1 Ditadura no Brasil: entre o esquecimento e as políticas de memória…….. 36
2.2 Considerações sobre o golpe em Petrópolis: aqui teve ditadura 40
2.3 Uma contradição para a ideia de uma cidade pacata……..... 46
CAPÍTULO 3: Memórias outras: os bairros na ditadura 52
3.1 Considerações sobre a relação do setor industrial com os bairros……..... 54
3.2 Alto da Serra: a ferrovia e o nascimento do bairro 64
3.2.1 O bairro, as fábricas e a ditadura……... 68
3.3 Cascatinha: a fábrica e o nascimento do bairro…… 89
3.3.1 O bairro de bases operárias e a ditadura…… 97
CONSIDERAÇÕES FINAIS……. 109
BIBLIOGRAFIA…….. 113
FONTES……..… 119

Introdução

As trajetórias de cada indivíduo, muitas vezes, direcionam o seu interesse de pesquisa para determinado campo de conhecimento e tema. Neste sentido, consideramos pertinente explicitar aos leitores e ouvintes, de forma breve, os elementos de ligação entre o trabalho proposto e a autora, de modo que o caminho escolhido para o desenvolvimento da pesquisa seja entendido também através desta perspectiva.

A minha formação acadêmica inicial é no campo da História, onde também se originou o meu interesse pelo tema da ditadura empresarial-militar no Brasil. Este recorte temático tornou-se meu enfoque de estudo nos anos finais da faculdade, tendo como resultado o meu trabalho monográfico de conclusão da graduação e firmando-se como um assunto sobre o qual eu gostaria de aprofundar o estudo. Portanto, minha pesquisa no mestrado não poderia estar relacionada a outro período histórico do Brasil, senão ao da ditadura.

Após concluída a graduação, atuei como professora contratada da rede pública de Petrópolis, lecionando as disciplinas de História e História de Petrópolis (uma disciplina específica do currículo municipal). Nesta experiência foi onde percebi as lacunas existentes na história de Petrópolis sobre a relação da cidade com outros momentos históricos, para além do imperial. Uma destas lacunas está, justamente, contida na abordagem (ou na falta dela) sobre a atuação da ditadura na cidade. Assim, a natureza do interesse pelo âmbito da localidade aconteceu a partir deste momento.

Considero importante ressaltar que, ao pontuar o ímpeto da pesquisa pelo recorte local, não se trata de realizar um trabalho desconexo de análises mais amplas. A intenção é propriamente outra: elaborar um trabalho que possa articular o contexto geral do período ditatorial no Brasil com os desdobramentos no território petropolitano. Visto que, compartilhamos da opinião emitida pelo historiador Paulo Henrique Machado que sustenta que "há uma grande lacuna (...) de temas que dêem conta de uma análise mais profunda sobre o desenvolvimento político, social e econômico da cidade" (MACHADO, 2015). Explicitando esta linha de raciocínio, da qual concordamos, é válida também a seguinte contribuição de Amélia Maria de Souza, acerca da historiografia petropolitana:

> "Finalmente, considere-se que, no estudo de uma unidade individualizada como Petrópolis, a historiografia elaborada demonstra que ele se processou espontaneamente pelo simples levantamento e encadeamento de fatos locais,

> sem maiores referências a um contexto regional, nacional e até mesmo universal. Provavelmente, isso correspondeu a um nível de necessidade e a um grau de curiosidade, todavia não se pode deixar de admitir que o material coletado se torna inteiramente insatisfatório, quando os indivíduos de uma unidade local se inserem em quadros mais amplos e procuram respostas que ultrapassam os limites locais. Ora, é sobretudo em função desse aspecto, mais concernente à historicidade do homem que à epistemologia propriamente dita que se pode e se deve pensar em futuros trabalhos que estabeleçam as ligações da unidade local que nos ocupa, com outros conjuntos conexos. Porém, tal só será possível, admita-se, mediante o estabelecimento da noção de que uma história especial, como a local, exige quadros mais amplos fornecidos pela historicidade regional, nacional, universal, na mesma medida em que concede às retenções desses quadros mais amplos uma matéria elaborada que elas não fazem mais que coordenar." (SOUZA, p.12, 1975)

Feita esta consideração, seguiremos adiante: envolvida desde o final do ensino médio com a militância política e social, tive a possibilidade de participar de diversas atividades, atos, mobilizações, assembleias, passeatas, congressos que me formaram enquanto pessoa e me deram a dimensão da força que a política, em sentido amplo, possui na sociedade. Nas experiências proporcionadas pela militância foi onde a questão da memória alcançou minha atenção e passei a compreendê-la como um fenômeno coletivo e não apenas individual. Os debates em torno da memória tornaram-se característicos nas organizações políticas que atravessaram a ditadura no Brasil e que tiveram, à época, muitos de seus membros atingidos pela violência de Estado.

Estimulada pelos eixos norteadores ditadura e memória, considerei possível pensá-los a partir da localidade de Petrópolis como forma de compreender a relação da ditadura com a cidade, tendo como foco dois bairros expressivos chamados Alto da Serra e Cascatinha que, como assinala Ambrozio:

> "Possivelmente, os bairros Alto da Serra e Cascatinha foram os lugares de vida operária e popular mais desembaraçada do município (...) Tanto o Alto da Serra quanto Cascatinha foram lugares de muitos clubes, campos de futebol, notáveis festas religiosas e desfiles carnavalescos, além de fortes núcleos de trabalhadores com suas rumorosas greves" (AMBROZIO, 2013, p. 265-266).

Ambos, com seu histórico de ocupação territorial decorrente do período de expansão fabril na cidade e, portanto, do crescimento dos grupos operários nessas regiões, constituindo bairros de origem popular com suas próprias dinâmicas da vida social e política em contraste com a visão hegemônica sobre a cidade: Petrópolis nobre, tranquila e apartada dos conflitos sociais. Conforme assinala Pedro Aielo em seu trabalho que, embora tenha um foco diferente do nosso, contribui em muitas passagens para nossa pesquisa:

> "O estudo do passado em Petrópolis, pode-se dizer, pouco contempla a vida e o trabalho nas indústrias, quem dirá as greves, as movimentações operárias e demais lutas que ocorreram no campo de trabalho. Talvez isso possa se explicar pela presença da família real em Petrópolis que conferiu àquela cidade uma tradição voltada ao elitismo e ao veraneio (...) Assim que se formou essa tradição veranista em Petrópolis, houve em parte da historiografia local e no mercado turístico da cidade a preocupação de enfatizar o passado aristocrático, sugerindo uma perene paz petropolitana, ao se dotar a cidade de um passado majestoso e sem problemas." (AIELO, Pedro. 2012)

Assim, compreendemos que nesta visão situa-se o centro das disputas em torno da constituição das memórias da cidade. Por isso, o simbolismo da "Petrópolis Imperial" será um elemento fundamental em nosso trabalho para compreender os confrontos presentes diante de memórias que reivindicam uma outra visão da cidade como, por exemplo, os bairros populares com expressão nos movimentos políticos, no contexto local da ditadura. Buscar nestes lugares muito do que ainda não se falou sobre a forma como a repressão e a resistência atuavam ali e sobre como os moradores enxergavam aquele período.

Ao posicionar como foco deste trabalho o estudo sobre a memória da ditadura militar-empresarial em Petrópolis, através de um recorte territorial específico voltado para os bairros, pretendemos colaborar com o avanço de uma bibliografia dedicada à análise de um tema por muito tempo negligenciado na história da cidade.

Sabemos que após a interrupção da via democrática no país em 1964, foi implantado um regime baseado no recrudescimento da repressão através da censura da imprensa e da cultura, da perseguição política e da violação dos direitos humanos devido à realização de práticas sistemáticas de tortura física e psicológica, assim como, de desaparecimentos políticos. Este panorama de repressão foi orquestrado pela Escola

Superior de Guerra (ESG) que, a partir da década de 60 além de ser a principal formadora de quadros para ocupar as funções nos governos militares, também gerou a ideologia hegemônica do regime influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

O *modus operandi* da ditadura expandiu-se por todo território nacional com forte atuação nas capitais do país, mas também estabelecendo sua presença em regiões deslocadas das grandes cidades. Em Petrópolis não foi diferente, tendo ocorrido aqui uma série de atividades sustentadas pela repressão, assim como, tantas outras em oposição ao regime.

Um símbolo que marca este período na cidade é a conhecida "Casa da Morte", um centro clandestino de tortura que funcionou na região e ganhou repercussão nacional após o depoimento/testemunho de Inês Etinene Romeu feito à OAB/RJ em 1979. Inês foi a única que saiu viva da "Casa da Morte" e, por isso, seu testemunho foi fundamental para que a existência deste centro de tortura fosse descoberto. Através da ajuda de Fernando Ayres da Motta, que foi prefeito interventor da ditadura em Petrópolis, o imóvel foi cedido para o Centro de Informações do Exército (CIE) para atuar com foco na prisão e execução de militantes políticos de destaque em organizações de relevância nacional na oposição ao regime, como foi o caso de Inês integrante da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR.

Neste sentido, quando falamos sobre a ditadura na cidade, logo buscamos o tema da Casa da Morte, inclusive pelo pleito recente e atual dos movimentos dos direitos humanos vinculados ao eixo da "memória, verdade e justiça", acerca da transformação do imóvel num Centro de Memória. No entanto, entendemos que a presença da ditadura em Petrópolis e as resistências a ela, excedem este tópico da Casa da Morte que já vem sendo foco de variadas e fundamentais pesquisas.

Por isso, nosso tema pretende ampliar a análise sobre a ditadura em Petrópolis, discutindo-o através de localidades específicas que identificamos aqui como os bairros e, a partir deste recorte espacial, compreender os elementos que conformam as memórias deste período nestes territórios.

Para tal, trazemos a análise sobre a formação da cidade de Petrópolis levando em conta três aspectos fundamentais que, em nossa opinião, articulam-se: o histórico; o geográfico, através da ocupação territorial e o econômico, a partir da ascensão da experiência fabril no município. Por efeito destes aspectos, chegamos até os bairros que tornaram-se objetos diretos de nossa pesquisa: o bairro Alto da Serra e o bairro Cascatinha.

Embora sejam bairros que possuem diversas heterogeneidades entre si, julgamos que algumas similaridades estruturantes os relacionam. Destacamos aqui, três das que mais nos chamaram atenção em nossa observação: em primeiro lugar, o passado industrial tanto de Cascatinha quanto do Alto da Serra; em seguida, os episódios de repressão ou de resistência ocorridos durante a ditadura envolvendo os trabalhadores das fábricas fixadas nestes locais, assim como, os moradores com ou sem ligação com atividades políticas; por fim, a característica atual de ambos serem majoritariamente populares e populosos.

A começar pelo bairro Alto da Serra e proximidades, verificamos as seguintes fábricas em funcionamento durante, pelo menos, os primeiros anos da ditadura: Cia Fiação e Tecidos Cometa, Cia Fábrica de Tecidos Dona Isabel, Malharia Soares de Sá, Tecosa - Tecidos e Confecções S A (ABAD, Vera, p. 30, 2009.)

Como pontuado, a região concentrava um conjunto de fábricas voltadas para o ramo dos tecidos que se configurou como um setor relevante para a economia de Petrópolis. Devido à expansão desta atividade o sindicato dos têxteis tornou-se um dos mais atuantes e com maior número de trabalhadores sindicalizados à época na cidade.

Além da aglomeração das fábricas de tecidos, o bairro também abrigava a Estação Ferroviária do Alto da Serra e a oficina de manutenção ferroviária, local que atualmente é conhecido como Morro dos Ferroviários ou Morro da Oficina. Vale lembrar que, cerca de um século antes, Petrópolis serviria de passagem para a construção da primeira Estrada de Ferro do Brasil, na ocasião chamada de Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará. Este histórico contribuiu para tornar os trabalhadores ferroviários uma categoria organizada na cidade por bastante tempo, fato que consolidou um expressivo sindicato dos ferroviários.

A concentração destes setores na região intensificou a ocupação territorial, pois muitos trabalhadores fixaram-se ali e o bairro tornou-se uma espécie de polo de diversas movimentações e manifestações políticas ao longo da história.

Com o golpe militar, este local que já possuía um histórico importante nas questões políticas, tornou-se ainda mais relevante no contexto local. Alguns episódios que denotam esse ambiente de luta política envolvendo tanto os trabalhadores ferroviários, quanto os trabalhadores da Fábrica Cometa e o sindicato dos têxteis, foram apresentados pelo Relatório Final da Comissão Municipal de Verdade de Petrópolis e nos interessa nesta pesquisa aprofundar.

Adiante, chegamos ao outro bairro objeto do nosso trabalho chamado Cascatinha que, atualmente, é definido como o segundo distrito da cidade sendo um dos mais

populosos. Em sua gênese, Cascatinha era um pequeno vilarejo formado às margens do conhecido "Caminho Novo", estrada que ligava o Rio de Janeiro à Minas Gerais. Posteriormente, nesta região estabeleceu-se a fábrica italiana chamada Companhia Petropolitana, também do setor de tecidos.

A partir de então, a ocupação territorial desta região intensificou-se num movimento similar ao que ocorreu no bairro Alto da Serra. A fixação dos trabalhadores da Companhia nos arredores da fábrica formou a conhecida Vila Operária (existente até os dias atuais, com parte significativa da disposição original das casas conservadas). A dinâmica do bairro e dos núcleos familiares que ali viviam, consolidou-se a partir da atividade fabril. Assim, em seu início a vila operária funcionava como uma espécie de território independente de outros setores da cidade, uma vez que possuía uma boa estruturação de serviços básicos como escola, unidade de saúde e creche.

No percurso para discutir a memória da ditadura em Petrópolis consideramos que estes bairros escolhidos são fundamentais, pois configuraram-se como terrenos férteis para lutas políticas. E, neste sentido, interessa-nos buscar as memórias deste período que permanecem (ou não) através das pessoas que possuíam alguma ligação com estas regiões e também dos registros escritos disponíveis. Registramos que para a elaboração desta parte da pesquisa relacionada ao período da ditadura, fizemos uma busca pela utilização de fontes primárias escritas e nos defrontamos com um processo bastante dificultoso do ponto de vista do acesso a determinados acervos. Por outro lado, providenciamos a utilização de entrevistas e depoimentos já publicados sobre o tema, principalmente através da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.

Tendo feito esta introdução, é oportuno apresentar como o trabalho está estruturado daqui em diante. Começaremos com uma contextualização histórica acerca da formação de Petrópolis no primeiro capítulo. Sobre isso, discutiremos o formato de cidade implementado através do projeto imperial e a relevância que este elemento representou para a constituição das memórias consolidadas da cidade. Adiante, no segundo capítulo, trataremos sobre os desdobramentos do golpe a nível local. Ressaltaremos as particularidades deste processo e abordaremos como a existência dos conflitos políticos e sociais decorrentes deste período afetam o mito de cidade pacata. Em sequência, já no terceiro capítulo, a proposta é contextualizar aspectos da formação dos bairros Alto da Serra e Cascatinha e analisar a dinâmica social e política destes locais durante a vigência da ditadura. Neste sentido, nos interessa abordar os conflitos vividos

e as diversas visões acerca do período militar, através do olhar de quem morava e trabalhava nestes bairros.

Capítulo 1

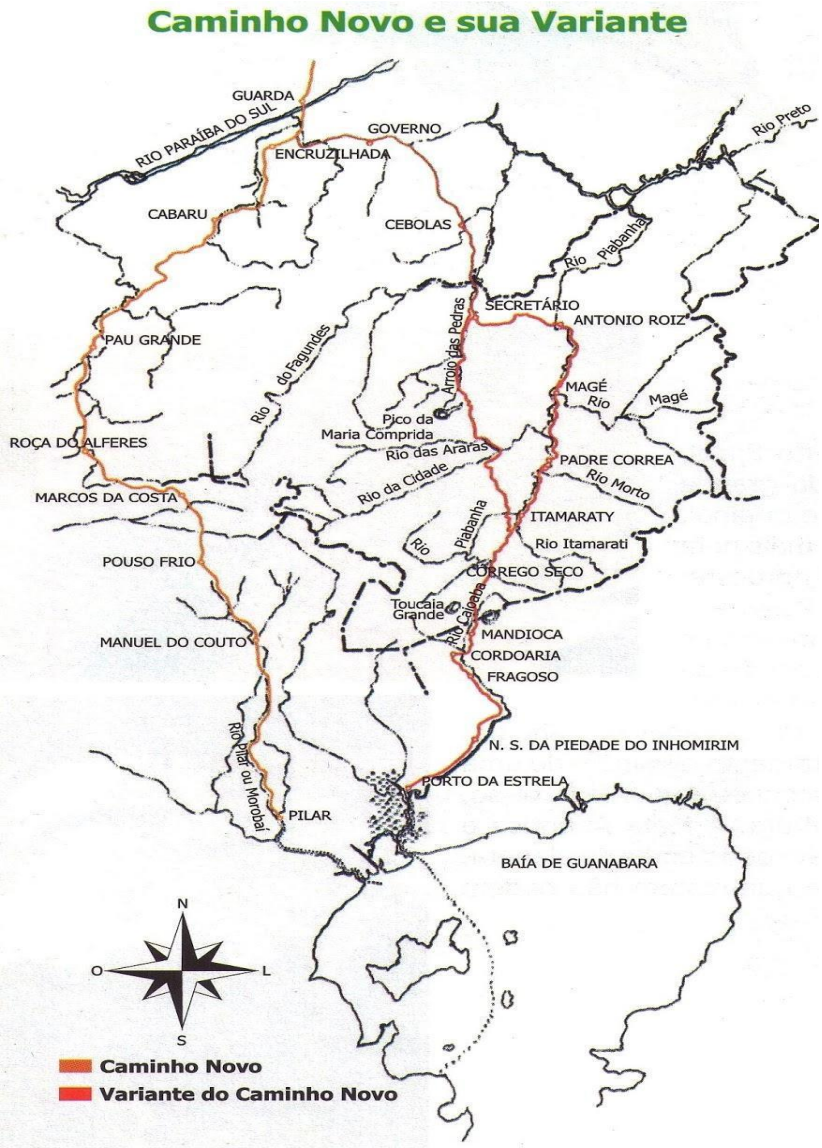
Memória política e Petrópolis

1.1 Contextualização geral da cidade e seu título imperial: "Uma territorialidade focalizada em determinações exteriores"

Entre os séculos XVIII e XIX a região chamada Serra da Estrela servia às principais atividades econômicas do Império, caracterizando-se pela função de proporcionar serviços de alimentação, locais para pernoites e ofícios de manutenção para os tropeiros e viajantes que percorriam o chamado "Caminho Novo" (trajeto que fazia parte da "Estrada Real" e que foi construído para viabilizar a atividade mineradora). Este "Caminho Novo" serviu para encurtar o percurso entre a cidade do Rio de Janeiro e as Minas Gerais, porém, as condições para sua travessia eram adversas devido, sobretudo, ao seu aspecto íngreme. Motivo pelo qual, por vezes, prejuízos eram contabilizados como, por exemplo, a perda de animais tropeiros e mercadorias.

Assim, a coroa portuguesa determinou a abertura de um atalho que tivesse melhores condições para as viagens, evitando, assim, maiores dispêndios. A construção deste atalho ficou conhecido como "Variante do Caminho Novo", foi atribuída ao fazendeiro Bernardo Proença e foi concluída em 1725. A variante cruzou toda a região que, posteriormente, seria a cidade de Petrópolis e intensificou o movimento de ocupação territorial desta localidade que, antes mesmo da finalização da "Variante do Caminho Novo", já contava com algumas Sesmarias distribuídas na serra fluminense.

FIGURA 1 - Mapa do Caminho Novo e sua Variante



Fonte: ABAD, 2009.

Deste modo, como parte do processo de desbravamento territorial organizado pelo poder político central, iniciou-se a ocupação das terras onde futuramente estaria a cidade de Petrópolis, como aponta Motta (2000, p. 269) “As novas estruturas criadas (...) neste solo serrano colonial deviam responder funcionalmente aos interesses da metrópole, aos quais, estavam subordinadas.”. Assim, o impulsionamento das doações de Sesmarias por todo o trecho da Variante do Caminho Novo estava à serviço de preservar o novo trecho fundamental para a atividade mineradora ou, para, nas palavras de Ambrozio (2013, p.114), “manter conservado este novo trecho viário entre Lisboa e o ouro do sertão mineiro”.

Recuperar esta contextualização acerca da ocupação inicial das montanhas fluminenses (a partir do sec. XVIII), ressaltando os aspectos político-econômicos que

contornam este processo, é necessário para que estes elementos façam parte de uma compreensão mais ampliada sobre a formação da cidade de Petrópolis. Afastando-nos, portanto, de uma perspectiva explicativa que ressalta a exuberância das belezas naturais e do clima ameno como fatores determinantes para despertar o interesse pelo local.

Muitas dessas dezenas de sesmarias originaram as antigas fazendas que se espalharam pela região. Algumas delas situadas na porção mais central do território e, por isso, embrionárias no que seria o espaço urbano da futura cidade. Outras, mais distantes, que funcionavam como pontos de expansão territorial. Não temos como pretensão discutir aqui as especificidades de cada fazenda, pois cada uma possuía características distintas, assim como, os serviços que eram por elas oferecidos.

No entanto, duas delas possuem relevância para nossa discussão pois detém relação direta com a formatação do projeto de criação da cidade de Petrópolis, sendo elas a Fazenda do Padre Corrêa e a Fazenda do Córrego Seco. Sobre a primeira vale-nos o apontamento do professor Júlio Ambrozio:

> "A importância econômica da propriedade e o seu local favorável no trajeto Rio-Minas transformariam padre Correa no maior hospedeiro serra-acima: vice-reis, governadores, capitães-generais, ouvidores, regimentos, tropeiros, viajantes estrangeiros pousaram nas terras desse homem de deus e de grossa fortuna rural (...) O caso é que com padre Correa, a fazenda atingiu pleno apogeu no primeiro quartel do século XIX (...) Sua propriedade foi considerada uma das principais fazendas da província. Ao longo de mais de vinte anos, manteve comércio com a cidade do Rio de Janeiro, estribado em sua pomicultura, produzindo, ademais, milho e arroz e fabricando ferraduras para animais de carga e montaria." (AMBROZIO. p. 123, 2013)

A Fazendo do Córrego Seco, por sua vez, não obtinha o mesmo prestígio que a Fazenda do Padre Corrêa, sendo descrita pelas narrativas dos viajantes como um lugar sem importância. No entanto, após a morte do Padre Corrêa a sua propriedade entrou num processo de declínio e, a então desimportante Fazenda do Córrego Seco, entrou num movimento de crescimento sendo adquirida pelo Império em 1830 através de Dom Pedro I. Após o falecimento de Dom Pedro I, seu filho, Dom Pedro II, herdeiro da Fazenda do Córrego Seco, com a contribuição do Mordomo Paulo Barbosa e do Major Júlio Frederico Koeler, iniciou a formulação sobre a transformação daquela Fazenda numa povoação e,

posteriormente, numa cidade através do Decreto Imperial de fundação nº 155 de 16 de Março de 1843. Acerca desta formulação inicial sobre a cidade, Ambrozio assinala:

> "Não é fácil viver na serra, seus habitantes submergiram ante o poderio da corte, seu mal de origem. Não foi simples ser periferia da capital federal, o que fez de Petrópolis uma cidade inabitável. Inabitável para o petropolitano, já que o forâneo toda a vida gostou de seu ar - e aqui vale um sorriso - europeu. O problema é da doença de origem. Ela justifica a elite alóctone que, em vilegiatura, nunca se preocupou em imaginar a geografia desta serra". (AMBROZIO, Julio. p.20. 2005)

Ao apontar Petrópolis como uma cidade inabitável para o petropolitano, o autor busca refletir sobre a ideia inicial de formatação desta cidade, moldada para "receber a elite que fugia das mazelas da capital do Império" (DIAS, PAOLA. 2008.p.44). Ou seja, o nascimento de uma Petrópolis pensada não para seus moradores e, sim, para corresponder aos padrões da elite que a forjou.

Neste sentido, o planejamento de construção da cidade intitulado como "Projeto do Palácio de Verão e povoamento de Petrópolis", sob as responsabilidades do Major Júlio Frederico Koeler, foi baseado na organização de uma cidade orientada para o consumo de alto padrão, lazer e descanso da nobreza e da aristocracia. Assim, a futura cidade precisava dispor de uma estrutura composta por hotéis, cafés, salões de baile, jardins, restaurantes etc, para conformar um conjunto de serviços luxuosos que proporcionasse a reprodução das atividades habituais das camadas nobres. Tal qual aponta o autor Norbert Elias nesta passagem sobre a elite cortesã:

> "(...) Encontramos aqui a sua origem na sociedade de corte. Para manter a posição na corrida pela reputação e o prestígio, para não ser exposto ao sarcasmo, ao desprezo, à perda de prestígio, é preciso que cada um adapte a sua aparência e gestos às normas volúveis da sociedade de corte que visam acentuar cada vez mais a singularidade, a distinção e a pertença a uma elite de cortesãos. É preciso usar certos tecidos, certos sapatos. É preciso fazer gestos que o cerimonial de corte prescreve aos que dela fazem parte. O próprio sorriso está sujeito às regras do costume. (...)" (ELIAS, Nobert. p. 200-201.1987)

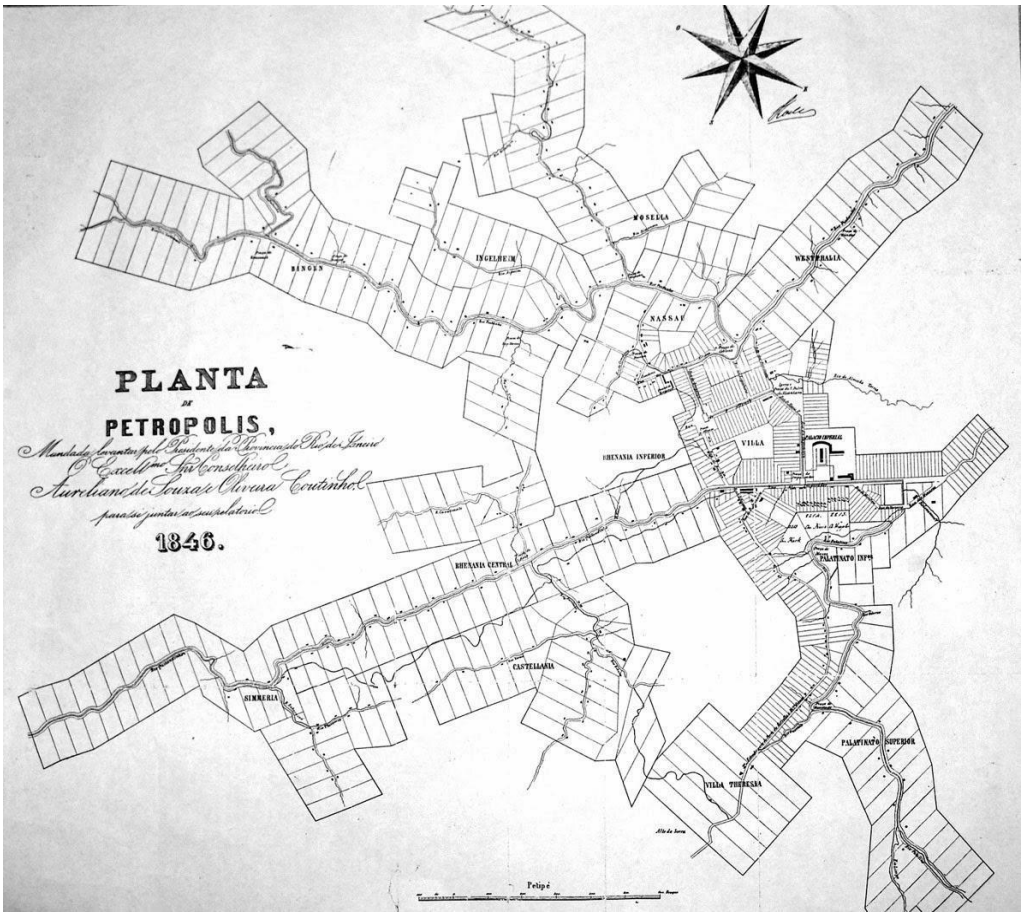
Assim, a construção do "Palácio de Verão e Povoamento de Petrópolis" encontrou nas montanhas da Serra da Estrela/RJ, consideradas de clima ameno e contornadas pela

exuberante Mata Atlântica, o lugar ideal para reproduzir o modelo de cidade do exterior direcionada para as classes abastadas. À vista disso, o geógrafo Julio Ambrozio aponta:

> "O caso é que Petrópolis nasceu de um projeto de Estado Imperial, anexo ao fundamental processo centralizador do Segundo Império, que encontrou no plano de construção de uma cidade serrana o sucedâneo urbano da Europa nos trópicos, realizando, então, a desejada europeização, senão do povo, da elite (...)" (AMBROZIO, Julio. p.19.2008)

Deste modo, o "Projeto do Palácio de Verão e Povoamento de Petrópolis", também conhecido como Plano Koeler, aliou a construção de um Palácio Imperial com a edificação de uma cidade produzida pela e para a elite. Ao observarmos a Planta inicial de Petrópolis podemos identificar o seguinte detalhamento: a parte leste da planta é constituída pelo Palácio de Verão, circundado pelas casas de verão destinadas às elites, envoltas por um conjunto de edificações de variados serviços designados para o uso dos membros destas classes. Essa porção formava a Vila Imperial (atualmente o Centro Histórico); ao redor da Vila Imperial identificamos a concentração de equipamentos urbanos com o objetivo de oferecer uma estrutura melhor para quem morasse nesta região; a partir do distanciamento da Vila Imperial como ponto de referência, percebemos a diminuição da estrutura urbana até a sua completa inexistência. (DIAS. 2016)

Figura 2- Planta da cidade de Petrópolis (1846)



Fonte: Prefeitura Municipal de Petrópolis

Neste modelo de organização da cidade o solo petropolitano foi demarcado a partir de uma divisão que atribuiu aos terrenos mais próximos da família imperial não só maior estrutura urbana, mas também preços mais altos com o objetivo de aplicar uma determinação para a ocupação territorial, baseada na posição social dos grupos como exposto a seguir:

> "(...) depreende-se que tal categorização socioespacial corresponde ao seguinte formato: a 1º classe composta pela aristocracia (elite cortesã e alta burguesia), alocada nas proximidades do palácio, isto é, na Vila Imperial; a 2º classe formada por uma mescla da média burguesia, que se alocaria na Vila Thereza, isto é, entre o assim considerado povoamento e a Vila Imperial, às margens da Estrada Geral; a 3º classe composta por operários (colonos germânicos, em sua maioria) alocada no Alto da Serra, na proximidade da Estrada da Serra da Estrela; e, por fim, a 4º classe, de agricultores, que se estabeleceria fora da zona urbana, propriamente dita, onde não alcançariam os arruamentos e equipamentos urbanos, isolados física e socialmente da cidade." (DIAS, Paola. 2016, p.71)

Assim, demonstra-se que o plano urbanístico elaborado para Petrópolis produziu uma desigualdade socioespacial na medida em que, não só as antigas camadas populares da região não encontraram lugar na divisão oficial do território, como as classes menos abastadas incorporadas na partilha do solo foram empurradas para as porções mais longínquas e desprovidas de acesso à serviços e alguma estrutura urbana. À vista disto, o autor Júlio Ambrozio salienta:

> "Petrópolis foi demarcada como certa espécie de campo de poder - um espaço urbano constituído como território, espaço determinado por relações de poder historicamente delimitadas: um espaço conquistado, distinguido e nomeado por grupamento da elite brasileira que buscou estremar a forma da regência do espaço urbano de Petrópolis. A história desse território parece demonstrar uma linha continuada de territorialidade focalizada em determinações exteriores." (AMBROZIO, Julio. 2008, p.3.)

Portanto, todo o projeto de ordenamento da cidade foi perpassado pela preocupação de condicionar a localização territorial à posição social que as pessoas dispunham naquele contexto, com o objetivo de lograr êxito na edificação de uma cidade direcionada para a nobreza e para as elites com forte referência nos modelos europeus. Neste sentido, posicionamos nossa leitura sobre a constituição de Petrópolis através de uma perspectiva crítica, pois consideramos que determinados traços da sociedade petropolitana atual ainda se ancoram neste ideário de cidade fabricada para nascer "pronta e nobre" (DIAS, Paola. 2001. p.66) e cumprem papel relevante na disputa em torno de quais elementos devem ser entendidos como constitutivos da memória de Petrópolis.

1.2 Cidade e as memórias consolidadas

A formação de Petrópolis é correntemente explicada a partir da relação da família imperial com a cidade. Nesta concepção, é como se o território fosse completamente desabitado e o marco zero de sua constituição fosse o vínculo com o imperador e sua família.

Esta abordagem é fundamentada em uma perspectiva historiográfica positivista, ancorada na realização de grandes fatos/feitos e baseada nos grandes personagens

homens. Neste sentido, o Decreto Imperial de fundação da cidade nº 155 de 16 de março de 1843 e a figura de D. Pedro II são privilegiados na historiografia oficial local como os marcos iniciais da história de Petrópolis. Assim, estes dois elementos tornaram-se alicerces para a explicação predominante sobre a fundação da cidade e a formação de seu povo.

Quando Gilberto Velho fala em sua obra intitulada "A utopia urbana" sobre a formação de Copacabana, o autor aponta que em determinada época morar neste bairro significava obter uma posição de prestígio e status, provocando um fluxo intenso de novos moradores para o local. Muitos deles integrantes das classes de nível econômico mais elevado, porém, em determinado período, mesmo as camadas oriundas das classes mais modestas também se incluíram neste fluxo, em busca do lugar social que morar em Copacabana representava (VELHO, 1989). Sabendo que se tratam de épocas distintas, consideramos que o aspecto do prestígio e do status levantados pelo autor com seus olhos voltados para o bairro de Copacabana, nos é válido também para compreender determinadas relações sociais mantidas pela sociedade petropolitana na busca pela obtenção deste reconhecimento.

Numa cidade cujo planejamento foi baseado na proximidade física perante a família imperial, seu solo foi dividido, valorado e destinado de acordo com as hierarquias sociais e econômicas da época e a sua imagem deveria representar um lugar tranquilo, alcançar prestígio e *status* perante a opinião pública está relacionado com acolher estas referências como resultado de uma cidade que deu certo. Neste sentido, multiplicam-se elementos introjetados no cotidiano da população de Petrópolis que operam para manutenção deste ideário projetado no passado de um lugar nobre e calmo. Este aspecto, portanto, atua sobremaneira no processo de composição da memória da cidade, vejamos o trecho retirado de um texto intitulado "Os Valores Petropolitanos" que está no site da Prefeitura de Petrópolis num espaço destinado à Secretaria Municipal de Turismo:

> "Em 1979, um grupo de petropolitanos animados, corajosos e vibrantes com sua cidade se movimentou em torno de entidades preservacionistas como a APANDE e sensibilizou o presidente João Figueiredo, conseguindo que fosse assinado o Decreto 80, em 1981, impedindo demolições e construções que descaracterizavam o Centro Histórico. E ele atribuiu à cidade o título de CIDADE IMPERIAL. Com apenas cinco artigos no seu decreto, Figueiredo salvou o que restou da Petrópolis imperial. Nos anos seguintes, em conjunto com os moradores, a Câmara Municipal promulgou um bem elaborado código

> de posturas municipais que garantiu as tradições e os valores da cidade." (TAULOIS, Antonio Eugênio, Prefeitura de Petrópolis)

O título de "cidade imperial", dado à Petrópolis pelo regime militar brasileiro, contempla os interesses do poder público que vislumbra o fortalecimento do turismo através disso, das elites locais que almejam alcançar maior prestígio social e *status* se aproximando deste "legado nobre" de Petrópolis e também de microempresas que identificam no selo "imperial" uma oportunidade de investimento. Deste modo, esses grupos assumem um papel destacado nas relações de poder local acerca da constituição da memória oficial da cidade. Referências que vão dos museus, monumentos, nomes das ruas, feriados e currículo escolar, até nomes de cervejas, lojas de roupas, hotéis e restaurantes, vinculam a cidade com o império e com seu projeto de uma Europa nos trópicos.

Dessa forma, ao apresentar anteriormente o planejamento da criação de Petrópolis, percebemos como este legado interferiu no processo de constituição da memória coletiva da cidade. Neste sentido, é notório o trabalho de "enquadramento da memória" que, até aqui, produziu uma memória oficial local voltada para a relação do Império com a cidade, conferindo-lhe o título de "Cidade Imperial" e enraizando na população petropolitana este significado sobre sua origem. Deste modo, podemos observar a função do que Michael Pollak denomina de "memórias fortemente constituídas":

> "A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra. como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum." (POLLAK, Michael. 1989, p.9.)

Coesionar a população petropolitana através desta tendência que evidencia os elementos da formação de Petrópolis a partir da ótica imperial configura-se como a tônica do processo de constituição da memória local. Assim, observamos a subordinação da relação da cidade com outros períodos históricos e o republicano é um deles, assim como, da diversidade de memórias coletivas que não estejam vinculadas à memória em torno da elite imperial. Logo, aquelas mesmas camadas que no "Projeto do Palácio de Verão e Povoamento de Petrópolis" foram empurradas para longe dos terrenos mais valorizados e de melhor localização por não possuírem uma posição social condizente para tal, são as camadas que foram desconsideradas no processo de construção da memória oficial local, asseverando os limites que este procedimento representou e representa.

1.3 Questionar é preciso: "Sentir-se apátrida no próprio local de nascimento"

Sobre o ideário nobre da cidade de Petrópolis e os impactos que este elemento causou na sociedade petropolitana, o autor Júlio Ambrozio ressalta:

> "Os nexos políticos não impedem o raciocínio: o censor é o estrangeiro, não o natural. Tudo se passa como se o chão da terra não fosse "seu chão", mas sim o palco - mórbido - de sua existência. É a topografia do horror, sentir-se apátrida no próprio local de nascimento." (AMBROZIO, Julio. p.21. 2005)

Transitar por uma cidade onde, predominantemente, as referências sobre nossa memória coletiva nos direcionam para as noções de império - nobreza - cidade europeia, provoca um estado de não pertencimento para determinadas camadas dos petropolitanos, é deste "sentir-se apátrida" do qual Ambrozio fala e neste capítulo procuramos demonstrar.

Apesar da relevância política que a presença da coroa portuguesa conquistou nesta região, este elemento isolado não explica a complexidade inerente à formação de uma cidade enquanto organização administrativa, assim como, não representa o processo de constituição de seu povo. Logo, consideramos que repensar o que é tido como parte ou não das memórias da cidade, torna-se um ponto incontornável para concebermos a

formação e o desenvolvimento desta região, tal qual a estruturação da sua memória oficial local, através de uma perspectiva crítica. Tendo em vista que, a elaboração da memória oficial é um procedimento perpassado por interesses políticos, ideológicos e éticos, através de comemorações, festas, símbolos e discursos oficiais, segundo o qual:

> "Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade, constituindo-se no objetivo principal." (SILVA, Helenice Rodrigues, p.432, 2002)

Portanto, neste repensar a memória local compreendemos a presença de diversos grupos e setores na cidade que atuam para ressaltar outros aspectos que constituem a memória de Petrópolis na contramão do que é apresentado pelos discursos oficiais. A conceituação de memória em disputa apontada por Pollak (1989), onde ressalta-se os elementos de conflitos entre memórias concorrentes em detrimento dos fatores de estabilidade e continuidade, abarca bem este cenário. Pois, tratam-se de memórias divergentes que apontam para visões distintas de uma mesma cidade.

Neste sentido, é relevante a atuação dos movimentos sociais petropolitanos envoltos num conjunto de lutas populares que evidenciam pontos de uma cidade constituída através de desigualdades, ressaltando as contradições que permeiam a vida da maioria da população petropolitana de origem popular, ou seja, distante de qualquer vínculo com a nobreza.

Fazemos questão de registrar como primeiro exemplo, a organização dos movimentos ligados à luta por moradia compostos pelas famílias vítimas dos desastres socioambientais ocorridos em Petrópolis, que tem como parte da sua origem a desigualdade socioespacial produzida pelo projeto de formação da cidade aqui já citado. Inclusive, durante a escrita desta dissertação o município viveu a pior tragédia socioambiental da sua história no dia 15 de fevereiro de 2022, totalizando 234 pessoas mortas, mais de 600 pessoas desabrigadas, mais de 3.000 famílias em áreas de risco e um cenário de devastação completa. Neste desastre:

> "O volume de chuva apenas em três a quatro horas da tarde do dia 15 de fevereiro não apenas superou a média histórica de precipitação do mês inteiro em Petrópolis como foi equivalente a mais de 10% da média anual de precipitação da cidade fluminense" (SIAS, 2022).

O autor colombiano Gabriel García Márquez narrou em seu livro “Cem Anos de Solidão”, a chuva ficcional que persistiu quatro anos, 11 meses e 2 dias sobre a cidade fictícia de Macondo, deixando-a destruída. Em 24 horas, a tempestade que durou quatro anos na fictícia Macondo de Gabo, caiu sobre Petrópolis, deixando-a também em ruínas:

> “O céu desmoronou-se em tempestades de estrupício e o Norte mandava furacões que destelhavam as casas, derrubavam as paredes e arrancavam pela raiz os últimos talos das plantações. (…) A atmosfera estava tão úmida que os peixes poderiam entrar pelas portas e sair pelas janelas, navegando no ar dos aposentos. (…) Foi preciso abrir canais para escorrer a água da casa e desimpedi-la de sapos e caracóis, para que pudesse secar o chão, tirar os tijolos dos pés das camas e andar outra vez de sapatos.” (GARCIA MÁRQUEZ, 2016, p.349)

Os estragos provocados pelas intempéries, seguido da falta de uma política habitacional estruturada, acarretam uma espécie de “círculo vicioso” na realidade dos petropolitanos. No curso da história da cidade, os desastres de 1966, 1988, 2011 e, recentemente o de 2022, são alguns dos exemplos (entre muitos outros que acontecem anualmente no período de chuvas) que deixaram uma enorme quantidade de vítimas e de famílias desalojadas. Atualmente, o déficit habitacional da cidade é de 47 mil moradias, de acordo com dados divulgados pela prefeitura.

Este cenário descrito gerou a organização tanto das famílias vítimas das grandes tragédias, quanto das famílias que moram sob área de risco em movimentos cuja principal demanda é o direito à moradia. Estes grupos atuam no âmbito da luta institucional pela garantia de direitos, mas também em diversas ações que buscam transmitir o significado deste movimento comunitário para a sociedade petropolitana, apontando para uma cidade atravessada pela memória das lutas populares e dos sujeitos dessas lutas. Pois, diante de tantos atingidos “mais do que moradia, a luta é por uma chance de recomeçar, ainda que se saiba que (...), algumas histórias deixaram de ser escritas, ainda que continuem a serem lembradas.”

Em seguida a própria atuação dos movimentos de trabalhadores petropolitanos que no curso da história republicana local também organizaram lutas que escapam ao ideário nobre da cidade. Citamos, principalmente, a organização dos trabalhadores contra o fascismo e o integralismo em 1935 sob a direção da Aliança Nacional Libertadora -

ANL, ao formarem na cidade diversos subdiretórios com o objetivo de defender as liberdades democráticas frente ao crescimento do autoritarismo (MACHADO, Paulo, 2015). E adiante a própria resistência operária na cidade contra o golpe de 1964, através do protagonismo da categoria dos ferroviários e dos têxteis.

Assim, é válida a sinalização que Michael Pollak apresenta em torno das "memórias subterrâneas" que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial" (...)" (POLLAK, p.4, 1989). Deste modo, concebemos que Petrópolis comporta uma série de referências vinculadas às camadas populares locais que oferecem uma herança destes grupos para a constituição da diversidade da memória local, para além da consigna de "cidade imperial" nobre, coesa e apartada dos conflitos políticos e sociais.

CAPÍTULO 2

Ditadura e cidade: uma história mal contada

2.1 Ditadura no Brasil: entre o esquecimento e as políticas de memória

Na madrugada do dia 31 de março de 1964 a sede da União Nacional dos Estudantes- UNE, localizada na Praia do Flamengo, nº 132, foi incendiada como um dos primeiros atos simbólicos de instauração da ditadura empresarial-militar que durou mais de vinte anos no Brasil, tendo resultado em prejuízos incalculáveis para a sociedade brasileira.

Pontuamos que, no campo acadêmico, o debate historiográfico acerca da ditadura brasileira possui diferentes linhas interpretativas iniciadas desde a década de 1980, até chegar em análises mais recentes. Como não aprofundaremos este tema, citamos como uma excelente referência bibliográfica para esta discussão o artigo chamado "Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas." produzido por Mariana Joffily, professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Apesar das diferentes interpretações sobre o caráter do golpe, em nosso trabalho consideramos que os governos militares tiveram suas especificidades em cada período. No entanto, o objetivo proposto pelo golpe era claro: tratava-se de garantir interesses definidos dentro da política econômica do país e fora dele. As classes dominantes, com o auxílio dos aparelhos de repressão do Estado, consolidaram o projeto de desenvolvimento dependente associado ao capital internacional que vinha sendo ameaçado pela conjuntura de conflitos entre capital e trabalho. Esta tese é defendida por Dreifuss em seu livro *"1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e ação de classe"* a respeito do caráter de classe do Golpe de 1964 e dos governos da ditadura e gostaríamos de reforçá-la, justificando o uso corrente nesta dissertação do termo "ditadura empresarial-militar".

Ao tratar sobre o período ditatorial no Brasil, consideramos imprescindível evidenciar a participação estruturante, na consolidação da ditadura, dos setores empresariais brasileiros aliados aos grandes empresários internacionais, que formaram o que Dreifuss conceitua de "bloco multinacional e associado" (1981). Sobre o qual, indica:

> "A fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas do Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro. Eles formavam, com efeito, a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. Como foi visto anteriormente, a partir de meados da década de cinquenta os interesses multinacionais e associados se cresceram e se fortaleceram rapidamente, tornando-se indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta." (DREIFUSS, 2006. p. 73)

Assim, o golpe de estado foi constituído pelo o que René Armand Dreifuss caracteriza de "período de ação de classe organizada". Entre outros planejamentos estratégicos, sobre a tática da ação de classe organizada o autor aponta o seguinte:

> "As táticas da elite orgânica compreendiam desde atividades que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares, até táticas defensivas planejadas objetivando ganhar tempo suficiente para a ação estratégica política e militar lograr efeito. Duas modalidades de ação devem ser consideradas: 1) ação ideológica e social; e 2) ação político-militar." (DREIFUSS, René, 1981, p. 248)

Com este arranjo político-econômico a vigência da ditadura perpetrou um cenário de profunda repressão e censura no país, identificando como inimigo interno qualquer pessoa contrária ao sistema repressivo imposto. Como temos conhecimento, o caminho estava aberto para execução de uma série de violências realizadas pelo Estado brasileiro como a tortura física e psicológica, as prisões ilegais, desaparecimentos, assassinatos.

Após este longo ciclo ditatorial, o movimento pela “abertura” do país ganhou fôlego culminando na via eleitoral como vereda para a redemocratização. Neste contexto, temos como marco inicial deste momento de retomada democrática, a anistia instituída através da Lei 6683/79. Sobre a anistia no Brasil consideramos pertinentes os seguintes apontamentos:

> "É bem verdade que ela marcou o início da redemocratização do país, permitindo o retorno de intelectuais, artistas, militantes políticos e demais pessoas perseguidas politicamente que se encontravam no exílio. É bem verdade também que ela surgiu de uma intensa e ampla mobilização nacional, como há muito tempo não se via no Brasil. Contudo, não se pode ignorar que esta anistia veio ainda na vigência da ditadura militar brasileira e que, em decorrência disso, além de deixar de fora uma boa parte dos que eram perseguidos políticos, como aqueles que se envolveram na resistência armada, foi recebida e interpretada como um apelo ao esquecimento, inclusive das torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados pelo governo ditatorial." (FILHO, 2010, p.194)

Desta forma, a anistia brasileira enfrentou um paradoxo pois, ao mesmo tempo que ela representou um esteio importante para a conquista do ambiente democrático, o caminho escolhido para obter a pacificação social fundamentou-se através de uma espécie de "viragem de página" sobre os conflitos transcorridos durante o regime militar e os traumas sociais decorrentes deste período. Estas circunstâncias selaram uma "política do esquecimento", através de uma "concepção de anistia que a vê como um exercício de esquecimento." (FILHO, p.196. 2010). Produzindo, assim, uma sociedade orientada para esquecer a violência de Estado cometida.

Apesar disso, uma gama de ações foram iniciadas, sobretudo pelos setores afetados diretamente pelas violações dos direitos humanos e por movimentos já constituídos em defesa destes direitos, no sentido de clamar pela consigna "memória, verdade e justiça". Iniciativas, dentre outras, o projeto *Brasil: nunca mais,* organizado pela Arquidiocese de São Paulo sob a coordenação do cardeal D. Paulo Evaristo Arns e do reverendo Paulo Wright, a publicação do *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, articulada por familiares das vítimas e a formação do grupo *Tortura Nunca Mais,* pavimentaram um cenário de fôlego para as pautas de reivindicação acerca do processo violento que assolou o país durante o período da ditadura.

O conjunto destas ações contribuiu sobremaneira para contrapor a "política do esquecimento" adotada na reabertura do país. Assim, firmou-se o compromisso, por parte dos setores já citados, de estabelecer um novo paradigma como alternativa de reconciliação social após períodos traumáticos através do exercício de memória. A partir desta compreensão, foi possível a pressão pela criação de mecanismos voltados para a

implementação de políticas de memória e reparação no Brasil, como foi o caso da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP (instituída pela Lei nº 9.140/1995) que produziu um relatório das atividades do órgão, transformado em livro sob o título *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,* sendo publicado em 2007.

Estes elementos fortaleceram o pleito recente pela criação da Comissão Nacional da Verdade, configurada como uma demanda histórica dos familiares de pessoas atingidas pela ditadura e da sociedade brasileira. Deste modo, no curso das discussões realizadas na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (2009), convocada para revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humano (PNDH), foi aprovada a recomendação da criação da Comissão Nacional da Verdade, tal qual, a incorporação nas diretrizes do PNDH, o eixo orientador chamado "direito à memória e à verdade".

Assim, em maio de 2010 foi enviado para o Congresso Nacional pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto de lei que versava sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade. Aprovada pelo parlamento, a Lei nº 12.528 foi sancionada no governo da presidenta Dilma Rousseff, no dia 18 de novembro de 2011. Por conseguinte, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada numa cerimônia no Palácio do Planalto em maio de 2012, quase 30 anos depois da reabertura democrática.

Em que pese a demora na criação da CNV no Brasil, ela representou um marco crucial para a implementação do "direito à memória e à verdade", sendo resultado da permanente pressão dos setores afetados pela repressão, numa conjuntura em que o país era conduzido por governos progressistas. Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade:

> "A CNV situou o Brasil entre as dezenas de países que, diante de múltiplos mecanismos da Justiça de Transição, criaram uma comissão da verdade para lidar com o legado de graves violações de direitos humanos. Com a significativa presença que detém no cenário internacional, o reconhecimento do Estado brasileiro de que o aperfeiçoamento da democracia não prescinde do tratamento do passado fortalece a percepção de que sobram no mundo cada vez menos espaços para a impunidade. Ainda mais quando a instituição da CNV ocorreu quase 30 anos depois do fim da ditadura militar, reafirmando a perspectiva de que a passagem do tempo não arrefece as obrigações éticas e jurídicas a que o Brasil está vinculado. O tempo também adquire relevância por permitir que a CNV se beneficia dos esforços permanentes tanto de vítimas e de seus familiares e amigos na busca de memória, verdade e justiça, como das instituições que a

> precederam e conduziram o Estado a assumir a responsabilidade por graves violações de direitos humanos – como a CEMDP, a Comissão de Anistia e as comissões estaduais de reparação.” (RELATÓRIO FINAL CNV. 2014, p. 21-22)

Neste sentido, o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade incentivou a criação de comissões da verdade espalhadas por todo território nacional. Diversos estados e cidades brasileiras instituíram suas próprias comissões da verdade, tanto quanto, alguns outros setores como os sindicatos, os estudantes e as universidades. A cooperação entre essas instâncias possibilitou a realização conjunta de uma série de atividades pelo país, promovendo uma descentralizada e crescente mobilização em torno dos temas relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça.

Ao apontar que “o conceito de memória é crucial” (LE GOFF. p.419. 1996), o historiador Jacques Le Goff ressalta a relevância que este fenômeno detém dentro dos processos históricos vividos na sociedade. Fenômeno este que é perpassado por lutas em busca da dominação da recordação e dos usos da memória, configurando a memória também como um instrumento e objeto de poder dentro de um determinado contexto.

Desta forma, o autor também apresenta que é necessário fazer a luta pela democratização da memória frente às manipulações feitas pelos setores dominantes. Neste sentido, o trabalho empreendido para a conformação de políticas de memória no Brasil através da constituição da Comissão Nacional da Verdade dialogou com a necessidade imperativa de colocar dentro do debate público o tema da violência de Estado, como foi o caso da ditadura empresarial-militar em nosso país.

2.2 Considerações sobre o golpe em Petrópolis: aqui teve ditadura

“Qual o sentido de fazer uma narrativa de fatos e processos ocorridos há mais de 50 anos numa cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, como Petrópolis?” (CMVP, 2018, p.13). É com esta indagação que o Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis foi iniciado. Muitas são as respostas possíveis, porém, a que mais nos estimula é baseada na afirmação apresentada pelo historiador Henry Rousso do “passado que não passa” (2009, p. 208). Ou seja, questões de um passado que retorna ou permanece no presente de uma determinada sociedade. Essa expressão da “história que não passa” ou do “passado que não passa”, é utilizada por Rousso para referir-se a

contextos trágicos e traumáticos a partir da violência extrema dos sistemas políticos totalitários que marcaram a história do século XX e que deixaram sequelas que penetram no presente (JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio, 2021).

Neste sentido, os fatos vinculados ao passado ditatorial em Petrópolis fazem parte desse conjunto de temas que permaneceram no tempo presente, mesmo diante de um contexto pós ditadura que, por muito tempo, interditou o debate público sobre este período na sociedade.

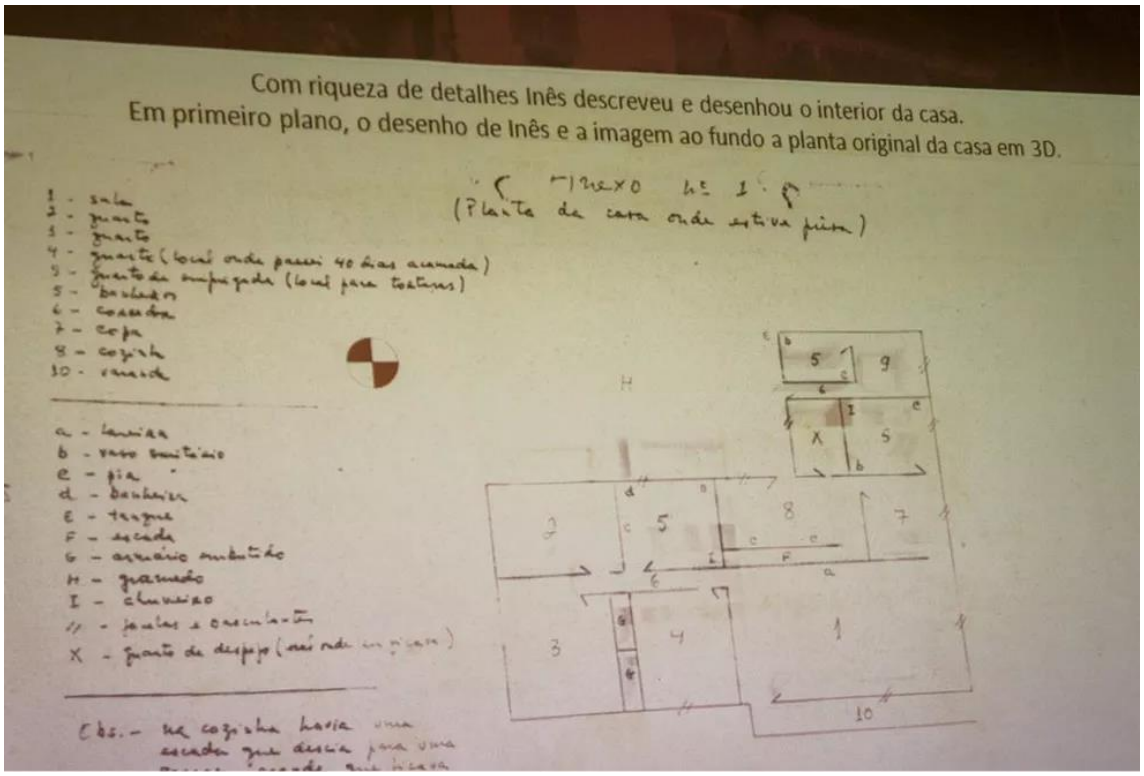
Consideramos necessário o registro de que, salvo algumas outras produções acadêmicas produzidas anteriormente, o trabalho realizado pela Comissão Municipal da Verdade- CMVP foi *sine qua non* no que se refere às pesquisas documentais, investigações, compilação e registro das informações que elucidam os acontecimentos envolvendo a ditadura empresarial-militar na cidade. O Relatório Final apresentado pela Comissão, constituiu-se como uma das poucas fontes à disposição da sociedade sobre o regime militar em Petrópolis. Antes disso, nada ou muito pouco, sabia-se sobre a atuação da ditadura neste território, sobretudo, acerca das ações repressivas que aqui ocorreram.

Neste sentido, é preciso destacar a chamada Casa da Morte, um dos maiores centros de tortura do interior do estado do Rio de Janeiro, localizada em Petrópolis e denunciada já em 1979 através de um relatório/testemunho entregue a OAB pela sua única sobrevivente, chamada Inês Etienne Romeu, conforme indica esta passagem do relatório da Comissão Nacional da Verdade:

> "A Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), foi um dos principais centros clandestinos utilizados pelo regime militar para a prática de graves violações de direitos humanos: detenção ilegal e arbitrária, tortura, execução e desaparecimento forçado. As informações mais importantes a seu respeito têm origem no depoimento de sua única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, e são complementadas e corroboradas por documentos produzidos pelo próprio Estado, bem como por testemunhos de ex-presos políticos e depoimentos de agentes da repressão" (CNV, 2014, p. 532)

Além de seu testemunho, Inês também foi capaz de descrever com detalhes o interior da casa onde instalou-se o centro de repressão, permitindo a elaboração de uma planta baixa do local.

Figura 3- Planta Casa da Morte



Fonte: Comissão Nacional da Verdade

Sem dúvidas, a publicidade da existência da Casa da Morte tornou-se um marco acerca das violências cometidas pela ditadura na cidade, devido a repercussão nacional que obteve e as investigações que atestam todo tipo de tortura realizadas naquele local. No entanto, a Casa da Morte não foi a única expressão da presença da ditadura em Petrópolis. A atuação repressiva do regime teve lastro na cidade, atingindo muitos setores políticos e sociais da população petropolitana.

Figura 4- Notícia do Jornal Tribuna de Petrópolis (1964)

Fonte: Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

As ações sobre os sindicatos já nos primeiros meses da ditadura iniciaram o cenário de repressão na cidade. Registra-se a apreensão da documentação e as prisões de trabalhadores ligados ao Sindicato dos Ferroviários. Destacamos também as prisões dos sindicalistas da Companhia Petropolitana de Tecidos, sendo vítimas de agressões e interrogatórios. A prisão do Presidente do Sindicato dos Têxteis do 1º Distrito, chamado Alencar Thomaz Gonçalves que, de acordo com "o testemunho de Pedentrina de Araújo Fernandes, prestado na 1ª Jornada pela Memória, Verdade e Justiça de Petrópolis, realizada em 12.09.2015 na Câmara dos Vereadores de Petrópolis" (CMVP, 2018) foi torturado após ser transferido para Niterói. Sob o título de "trabalho de limpeza", a atuação da polícia política da cidade é registrada com elogio de "espetacular" em matéria do jornal Tribuna de Petrópolis na data de 14 de abril de 1964, que registra o marco de mais de 100 prisões efetuadas na cidade.

FIGURA 5 - Matéria Jornal Tribuna de Petrópolis

Policia executa
bom trabalho de limpesa
Mais de cem pessoas foram presas pela Policia de Petrópolis

A Polícia de Petrópolis, sob o comando direto do delegado Oriovaldo de Almeida Serra, em atendimento a ordens emanadas de seus superiores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio, está atuando de maneira espetacular, realizando diligências em todo o território petropolitano, onde reina ordem integral. Mais de 100 prisões foram efetuadas pelas autoridades policiais da cidade, num trabalho bem executado pelos auxiliares diretos de s. s.

Destaque-se a colaboração dos comissários Silvio de Carvalho, Dryel Monteiro, Felix Medeiros e, presentemente, de Roberto Hoffman, e dos investigadores Saul Carvalho, Silvio Gomes, Mário Gouvêa, Silas Ribeiro, Paulo Ribeiro, Moisés, Rubens Ramos e tantos outros, além dos patrulheiros da RP e dos soldados do Destacamento local.

Esse excelente trabalho de limpeza da cidade obedece à orientação do delegado Serra, agora contando com a presença do delegado Paulo Bretz, recentemente reconduzido ao pôsto de delegado regional.

Alem das 100 prisões efetuadas, a Policia de Petrópolis realizou espetacular diligência na Estrada do Ribeirão, residência do deputado Leonel Brizola, cunhado do sr. João Goulart; em Pedro do Rio, residência do sr. Dagoberto, diretor do DCT, onde apreendeu grande quantidade de lisque importado e vinho francês; prisão do sr. João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA. Em Petrópolis, à exceção de um, que se encontra foragido, todos os cabeças do movimento comunista foram presos e remetidos à autoridade militar respectiva.

Noticia Biográfica do Ministro da Marinha

Nasceu o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1905.

Possui as seguintes condecorações: Medalha de Serviço de Guerra com 3 Estrêlas; Legião do Mérito dos E. U. América, grau de Oficial; Medalha Militar de Ouro; Legião de Honra da França, Etoile Noire, grau de Oficial; Medalha da Força Naval do Nordeste; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Mérito Naval, grau de Comendador; Cruz Peniana do Mer

Fonte: Foto minha / Arquivo Histórico Municipal

Nestas investidas da repressão também se levava tudo o que pudesse servir como instrumento ou provas de acusação de subversão, conforme o registro publicado em 18 de abril de 1964 no Diário de Petrópolis.

FIGURA 6 - Matéria Jornal Diário de Petrópolis

DO POVO

RSONAS Vice-Presidente: A. CESAR NUNES

Exposição de Material Subversivo em Loja do Edifício Profissional

Organizada pelo Delegado Oriovaldo Serra

Exemplar do "Diário" Mais Caro a Partir de Amanhã

Muito a contra gôsto, comunicamos aos nossos prezados leitores que o exemplar do DIÁRIO DE PETRÓPOLIS, a partir de amanhã, domingo, será vendido ao preço de Cr$.. 30,00.

Tal majoração é devido

Em uma loja da frente, do Edifício Profissional, na Av. 15 de Novembro, será exposto, a partir de hoje, todo o material subversivo encontrado pela Polícia de Petrópolis, em poder de comunistas presos.

Essa exposição, necessária para que o povo possa ter uma idéia completa de como agiam os esquerdistas, bem como conhecer os meios de que se valiam para propaganda, foi idealizada e organizada pelo delegado de Polícia do nosso município, dr. Oriovaldo Serra, que desde o início do movimento revolucionário vem cumprindo rigorosamente as ordens superiores, atuando com eficiência para que sejam presos os implicados e então exterminio

(CONCLUI NA 4.ª PAG.)

Sr. Oriovaldo Serra

Fonte: Foto minha /Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis

As intervenções realizadas na própria estrutura das forças de segurança do Estado a nível local como a substituição e a reforma compulsória do tenente-coronel Kerensky Túlio Mota no comando do 1º Batalhão de Caçadores (Batalhão Pedro II), devido sua postura em defesa da legalidade. Como informa a CMVP a repressão no município era organizada através das seguintes esferas:

> "A repressão era articulada localmente entre o DOPS, como setor da polícia civil local (a 67ª DP), o 1º Batalhão de Caçadores (Batalhão Pedro II) e o apoio da Rádio Patrulha com a 3ª Vara Criminal, mantendo tal estrutura um vínculo de comando da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e encaminhamento processual junto a 1ª Auditoria Militar da 1ª Circunscrição Judiciária Militar." (Relatório Final Comissão Municipal da Verdade, 2018, p. 68)

Essa estrutura prosseguiu com a repressão na cidade nos meses posteriores através de perseguições políticas às lideranças locais contrárias ao regime, como é o caso do comerciante Fabrício de Quadros e do vereador José de Araújo Aranha (PSB), também coordenador da Frente de Mobilização Popular Local que foi preso e encaminhado ao DOPS. A prisão do vereador José de Araújo foi a oportunidade que a Câmara Municipal

de Petrópolis precisava para preparar o pedido de cassação dos direitos políticos do vereador e de todos os suplentes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), respaldada pela Lei de Segurança Nacional.

Consequência do Ato Institucional nº 2 assinado pelo general presidente Castello Branco, também ocorreu a cassação e a perda de direitos políticos do prefeito da época, Flávio Castrioto, e do vice-prefeito, Rubens de Castro Bomtempo. A partir disso, a cidade ficou sob o comando do interventor da ditadura chamado Fernando Sérgio Ayres da Motta entre 1965 e 1966. Essa figura foi responsável, no início da década de 70, por articular entre o proprietário do imóvel e o Centro de Informações do Exército- CIE, a cessão da propriedade que funcionaria como centro clandestino de tortura, conhecida posteriormente como a Casa da Morte.

Mais uma demonstração da organização da repressão em Petrópolis também está no fato de alguns integrantes da polícia política local participarem de treinamentos especiais ofertados por agentes norte-americanos, tanto no Brasil quanto enviados aos EUA para tal, com o objetivo de aumentar o preparo dos contingentes policiais. Neste contexto, é que o nome de Dan Mitrione aparece no círculo de relações de algumas pessoas das forças de segurança de Petrópolis, sendo posteriormente homenageado com o nome de uma rua na cidade segundo a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (2018). Cabe-nos ressaltar que Mitrione, agente policial norte americano, ficou conhecido por ministrar treinamentos de tortura para as forças de segurança de países como Uruguai e Brasil.

Estes elementos apresentados são apenas alguns que atestam a presença da ditadura na cidade. Assim como, a sustentação que diversos personagens locais ofereceram para que a repressão fosse praticada. O historiador Jacque Le Goff (1924) aponta que “A verdade consiste em evitar o esquecimento. Existe um dever de memória, principalmente em relação ao que dói e incomoda”. Ao retomar as ações de violência e repressão causadas pelo regime na cidade, provocamos um estado de incômodo sobretudo em setores que evitam incorporar na memória local qualquer referência a processos sociais conflitivos que ocorreram na história deste território.

Ao identificarmos uma série de acontecimentos que certificam os traços da repressão ocorrida na cidade, nos perguntamos o porquê deste assunto não possuir o seu lugar no debate sobre a memória local, em que pese os avanços já mencionados devido ao trabalho da CMVP. Assim, consideramos que devido ao processo local de constituição

da memória hegemônica sobre Petrópolis, é possível conceber os traços da repressão da ditadura na cidade como um tema sensível para a memória local. Como explicitar, acessar, analisar e discutir informações que escancaram a violência de Estado implementada, num contexto onde as relações de poder local assumem um papel destacado para perpetuar o ideário de uma cidade apartada dos conflitos sociais?

De acordo com a professora Georgete Rodrigues que faz um trabalho de referência sobre o estudo e o surgimento da expressão "arquivos sensíveis" no Brasil, podemos constatar a fundamentação deste termo baseado no grau de sigilo que determinados documentos obtiveram durante o período da ditadura no país, devido aos conteúdos que carregavam, conforme destacado a seguir:

> "No Brasil, é possível caracterizar, inicialmente, uma concepção militarista de proteção a certos tipos de informações, como bem o demonstra o Decreto n. 27. 583, de 14 de dezembro de 1949, o qual surge, evidentemente, no contexto da guerra fria e é considerado por Antunes, como "o primeiro instrumento legal a ter como objetivo principal proteger e classificar as informações julgadas pelo Estado brasileiro como sensíveis para sua segurança." (RODRIGUES, Georgete, 2011, p.76)

Achamos possível empreender uma leitura complementar sobre este aspecto ao salientar que para além dos arquivos físicos em si, é pertinente utilizar também a expressão "temas sensíveis" para tratar de assuntos que abordam conteúdos, até então de caráter sigiloso. Neste sentido, as ações repressivas da ditadura em Petrópolis situam-se no campo destes "temas sensíveis" não só por representarem as violências perpetradas, mas por comunicarem outros conteúdos sobre a memória da cidade, distintos da narrativa hegemônica que opera para manter a ideia de um lugar sem conflitos.

2.3 Uma contradição para uma cidade caracterizada como pacata

O trabalho de configuração narrativa, do qual nos fala Paul Ricoeur, permite sempre narrar de outra forma, dar mais atenção a algum aspecto, maior importância a determinados atores, retirar ou incluir determinadas ações e assim por diante. Mas, é a partir desta dinâmica que o esquecimento também encontra a sua passagem, não só pela opção de narrar algo em detrimento de outra coisa. Mas, por desapossar determinados

agentes sociais da sua capacidade própria de narrarem a si mesmos (RICOEUR 2007) e, entendo que também, as experiências sociais nas quais estiveram inseridos.

O esforço para narrar um lugar tranquilo, coeso e com uma população ordeira, faz com que os processos conflitivos que ocorreram em Petrópolis devido à ditadura não encontrem espaço nas narrativas canônicas (RICOEUR, 2007) sobre a cidade. De modo que a rememoração em torno destes acontecimentos esteja constantemente sob a investida do fenômeno do esquecimento, numa ação combinada entre os impasses que este tema enfrenta no debate público, de uma forma geral, e os impasses locais influenciados pela manutenção de uma ideia de cidade onde não cabem as referências às lutas sociais e políticas.

Neste sentido, é necessário compreender este esquecimento a partir da ideia de "estratégia de evitação", de "esquiva" e de "fuga" (RICOEUR, 2007), segundo o qual:

> "Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia ou se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia e se podia intervir." (RICOEUR, Paul. 2007, p. 456)

Assim, para manter em ordem o mito hegemônico de uma cidade pacata, deixa-se escapar, não arbitrariamente, elementos que revelam memórias divergentes deste projeto local consolidado, como é o caso das lutas políticas empreendidas nesta região durante a ditadura e a repressão realizada aqui neste período. Nos interessa reforçar esta dimensão da não arbitrariedade diante do que identificamos como o não-lugar das memórias da ditadura nas narrativas sobre Petrópolis e, sim, situá-la no âmbito da ação política imbuída por interesses de diversos agentes locais.

Em sua vasta produção acadêmica acerca das ditaduras do Cone Sul e sobre o contexto pós-ditatorial nestes países, a professora Elizabeth Jelín pontua:

> "En cualquier momento y lugar, es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda una sociedad. Pueden encontrarse momentos os períodos históricos en los que el consenso es mayor, en los que un «libreto único» del pasado es más aceptado o aun hegemónico. Normalmente, ese libreto es lo que cuentan los vencedores de conflictos y batallas históricas." (JELÍN, Elizabeth, 2002, p.5-6)

Deste modo, ao analisar o roteiro oficial sobre o território petropolitano identificamos a memória como um aspecto substancial para a construção de uma interpretação hegemônica sobre a cidade. E, por isso, consideramos que há uma relação direta entre memória e a categoria gramsciana de hegemonia, segundo a qual, para construir uma maioria no campo das ideias, através da capacidade de criação de consensos (ou aparentes consensos), para além da utilização do poder coercitivo, é necessário o manuseio de outros artifícios vinculados à esfera política, econômica e cultural da sociedade civil, como, neste caso, a memória coletiva. Assim, segundo Alessandro Octaviani (2005), "no plano sociológico, a hegemonia se opera na sociedade civil a partir do consenso em torno de alguns valores, que, pertencendo a uma classe, são apropriados por outras, como se a estas pertencesse."

Neste sentido, o imaginário hegemônico criado sobre Petrópolis articula-se com os interesses de classe da elite local que permite e sustenta a continuidade de uma interpretação pacifista, aristocrática e bucólica deste território. Ressaltando esta perspectiva, nota-se a seguinte passagem fomentada na historiografia local:

> "Não falo de utopias e sim de realidades. Os chãos petropolitanos têm compromisso com a paz, porque aqui jamais houve guerras, batalhas, refregas, diatribes. E essa paz permanente é a responsável pelo contínuo clima de construção que sempre viveram estas serras, já que nenhum bombardeio, nenhum ato terrorista, interrompeu ou fez retrogradar esse processo." (VASCONCELOS, Franscisco, 2008, p. 41)

Logo, a memória coletiva local é construída a partir destes marcos hegemônicos que alimentam no conjunto da sociedade petropolitana esta ideia - ou o que chamamos neste trabalho de representações dominantes - de que não houve e não haverá neste solo embates políticos e sociais, apontando para uma cidade cujo estado das coisas é sempre de uma paz perene.

No entanto, defendemos que através de informações que revelam os conflitos políticos ocasionados pela ditadura, constituímos memórias contra hegemônicas que confrontam o roteiro oficial (JELÍN, 2002) narrado sobre este lugar da serra do Rio de Janeiro. Estas memórias são capazes, portanto, de evidenciar a contradição destas representações dominantes que salvaguardam este território como imperturbável. Tendo como exemplo a seguinte passagem:

> "Dia 31 de Março de 1964 (...) Nesse dia, meu pai saiu cedo de casa, fez algumas entregas em lojas comerciais e foi juntar-se aos grupos que faziam piquetes em frente às fábricas e Estrada de Ferro Leopoldina. Acordei cedo também e aprontei para ir à Faculdade. Como de costume, fui a pé para a cidade sendo que, casualmente, ao invés de ir pela Rua Washington Luís, subi a Avenida Central em direção ao Alto da Serra. Enquanto caminhava, fiquei intrigada com a movimentação de carros policiais que passavam em ambas as direções. Ao aproximar-me da Rua Teresa, avistei uma aglomeração de operários em frente à sede do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina. De pronto, entendi que as coisas estavam tomando um rumo nada favorável para aqueles que pensavam num país mais socializado e mais justo." (QUADROS, Maria Alves de, 2011, p. 155)

Este relato faz parte do livro "Fabrício: Quadros de uma existência, a trepidante saga de um idealista" que, através das lembranças e testemunhos de Maria Alves de Quadros, conta a história de seu pai, Fabrício de Quadros, um comerciante petropolitano perseguido e preso algumas vezes pela ditadura em Petrópolis, chegando a ser necessário exilar-se. Ao reunir lembranças de seu pai, a autora também compartilha os episódios vividos por sua família (seu irmão, Saul, também foi preso e ficou temporariamente desaparecido), vizinhança e amigos no contexto de repressão e seus testemunhos (também coletados posteriormente pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis - CMVP) retratam uma cidade nada pacata durante aquele período, conforme o trecho seguir:

> "Chegando à casa, de Petrópolis, meu pai toma ciência de que os companheiros mais próximos já estavam refugiados em outras cidades, junto a parentes e, Saul, sofrera humilhações de comerciantes vizinhos à mercearia, iniciando-se um quebra-quebra e fechamento de portas." (QUADROS, Maria Alves de, 2011, p.157. 2011)

E ainda:

> "O líder sindical, Pedrinho Neves, segundo se soube através de companheiros e parentes, duramente espancado e seviciado das formas mais infames usadas na época, não aguentou tamanho sofrimento e morreu pouco tempo depois. Poucos amigos compareceram para o último adeus a ele, receosos de serem presos, mas meu pai estava lá prestando solidariedade ao companheiro de lutas… e não deu outra: foi preso pelo DOPS, a fim de justificar sua presença à cerimônia fúnebre." (QUADROS, Maria Alves de. p.177. 2011)

Estas declarações, ainda que circunscritas entre os sujeitos diretamente envolvidos neste contexto à época. situam-se dentro do que defendemos como memórias contra-hegemônicas, neste caso, capazes de comunicar uma Petrópolis através de um panorama da repressão, da violência e da luta política no decurso da ditadura. Assim como estes trechos acima citados, muitos outros podem testemunhar os embates ocorridos neste território nos anos do regime militar.

Ao analisar os processos de memória a partir do que ficou conhecido, sobretudo no ambiente acadêmico, como "guinada linguística" (1970-1980), em que houve um "reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado" (SARLO, 2005, P. 18) com a revalorização da experiência em primeira pessoa como modo de leitura do passado e com a recuperação da dimensão subjetiva, a autora Beatriz Sarlo discute os usos públicos do testemunho complexificando a ideia de tê-lo como "ícone da verdade" e examinando-o não através " (...) de uma questão da forma do discurso, mas de sua produção e das condições culturais e políticas que o tornam fidedigno." (SARLO, 2005, P. 21). E o faz, abrigada na concepção de que, sobre as violências de Estado, o campo da memória é um campo de conflitos não só pela dicotomia entre os que sugerem encerrar este período por meio do esquecimento, e entre os que sustentam que relembrá-lo é necessário para que não se repita. Mas, dentre estes últimos também há conflitos e, por este fato, a possibilidade de a autora oferecer uma problematização no que se refere aos testemunhos (SARLO, 2005) sem, no entanto, resguardar-lhes uma importância significativa nos contextos pós-ditatoriais, como demonstrado a seguir:

> "A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do "nunca mais" se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiado às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido." (SARLO, Beatriz, 2005, p. 20)

Neste sentido, ao refletir sobre o roteiro hegemônico elaborado acerca de Petrópolis consideramos os testemunhos sobre a ditadura na cidade, baseados nas

condições políticas em que foram ou podem ser produzidos como alerta Sarlo, elementos fundamentais (dentre outros) para o encadeamento de uma contra-hegemonia a partir da memória.

CAPÍTULO 3

Memórias outras: os bairros na ditadura

> "Las ciudades son el terreno donde las clases se enfrentan. donde se desarrolla la lucha de clases. La clase dominante se siente siempre amenazada por el pueblo, por la asamblea de comunidades urbanas; en consecuencia, se juega su existencia social ante ese espectador atento e inquietante al que debe dar garantías. emolumentos, para el cual hay que organizar espectáculos: las fiestas y los monumentos" (LEFEBVRE, 1975, p. 216)

Em seu livro "Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial" o historiador e professor Paulo Henrique fala com clareza sobre a necessidade de realizar um trabalho de recuperação das lutas populares na cidade de Petrópolis (MACHADO, 2015). Temos pleno acordo com esta afirmação e entendemos que parte fundamental para recuperação dessas lutas foram e são os bairros. Afinal de contas, como já esboçado nesta pesquisa, a demarcação do solo petropolitano ocorreu atravessada pela lógica de classe, situando as camadas populares nos territórios que formariam os bairros.

Mas, o que seriam então os bairros? Sem dúvidas, o leitor ao ser indagado por esta pergunta é capaz de elaborar uma resposta que, do seu ponto de vista, faça todo sentido. Seja baseado na sua experiência enquanto morador de um local, seja enquanto observador de outro. Vejamos adiante:

> "Todos aqueles que habitam a cidade já pensaram o bairro como seu elemento integrante. De maneira simplificada, afirmamos que o bairro compreende uma parte, uma área da cidade. Por vezes, diz respeito a um local que 'ouvimos falar', que fica 'depois de lugar tal', em 'lados da cidade' que não conhecemos bem. Às vezes, porém, compreende uma área que nos é familiar, que visitamos e até mesmo em que moramos. Quando é, então, local de nossa moradia, evoca a memória construída, expondo a identidade com nosso espaço de vida na cidade." (OLIVEIRA, Márcia Silva, 2016, p.57)

Vale dizer que neste trabalho não utilizamos a noção de bairro enquanto delimitação de suporte físico-administrativo. Por isso, julgamos relevante apontar reflexões sobre o que entendemos enquanto a categoria de bairro em nossa pesquisa. Para este fim, destacamos:

> "Sí afirman que el barrio es la esencia de la vida urbana, si deciden hacer barrios, el barrio tendrá una coherencia y una existencia. El único proceso científico para llegar a él, para definirlo, determinando sus límites y su grado de realidad, es el que se basa en la ciudad como totalidad y no como conjunto de elementos o colección de los aspectos (y en consecuencia en la sociedad como un todo superior a las formas, a las estructuras y a las funciones) que engloba." (LEFEBVRE, 1975, p. 199)

Isto significa, que o bairro não deve ser analisado como uma fração autônoma e descolada, mas como um núcleo de vida social relacionado com o "movimento dialético da cidade em sua dinâmica socioespacial." (OLIVEIRA, Márcia Silva, 2016, p.60). Nesta conexão entre o bairro: enquanto um espaço que existe permeado pelos processos históricos mais largos em articulação com os processos da vida social que acontecem no âmbito local (RAMOS, 2002), situa-se nossa acepção utilizada nesta pesquisa. Assim, o bairro, observamos:

> "É o maior dos pequenos grupos sociais e o menor dos grandes grupos. A proximidade no espaço-tempo nele substitui as distâncias sociais, espaciais e temporais. Como tal, ele indica uma entrada na expressão e existência sociológicas: a passagem do que é acessível ao indivíduo fixado ao solo (o habitante) ao que lhe é inacessível enquanto tal. É o microcosmos do pedestre que percorre certo espaço em certo tempo, sem ter necessidade de utilizar um veículo. Desse fato cotidiano, área ou ação do citadino que se desloca a pé, resultou da história e resulta ainda uma distribuição de atividades, notadamente lugares de comércio, de troca, de reencontro e de comunicação. Por um lado, essa distribuição é influenciada pela sociedade em seu conjunto, e por outro, pelas exigências da vida imediata e cotidiana. [...] É um elo ínfimo do tecido urbano e dos núcleos que constituem o tecido urbano da cidade." (LEFEBVRE, 1975, p.201)

E também:

> "O bairro nos coloca diante de relações de imediatidade, enquanto lugar precípuo da reprodução no plano da vida imediata, mas esta reprodução se refere não somente ao plano da ordem próxima, mas realiza a ordem distante, aquela da constituição da sociedade urbana." (CARLOS, 1966, p.74-75 *apud* OLIVEIRA, Márcia Silva, 2016, p. 64)

Desta maneira, ao reafirmar a necessidade da recuperação das lutas e resistências populares em Petrópolis, defendemos fazê-la através da relação com os lugares que comportam os elementos de uma outra visão de cidade já falada neste trabalho, avessa ao ideal nobre e elitizado, segundo o qual:

> "Com efeito, a cidade petropolitana planeada e abstrata encontraria nesses bairros um lugar de resistência, pois, ao contrário dos projetados quarteirões, os bairros resultaram do cotidiano de petropolitanos trabalhadores que, de maneira pedestre, foram criando centralidades alternativas, vale dizer, densidades históricas e culturais no interior dos quarteirões afastados do núcleo espacial de poder." (AMBROZIO, Julio, p. 2659, 2015)

Se na região do centro da cidade as referências remontam um passado aristocrático e um presente saudosista a este tempo, nos bairros estudados neste trabalho é possível enxergar outras referências. E é compreendendo-as que acreditamos ser possível recuperar outras memórias sobre esta parte da serra fluminense.

3.1 Considerações sobre a relação do setor industrial com os bairros

Muitos bairros petropolitanos tiveram a sua ocupação territorial também relacionada com o aspecto do trabalho. Sejam os primeiros colonos no labor da construção do projeto imperial de cidade ou, posteriormente, esses e outras camadas da população nas atividades fabris. Fato é que, no decurso do desenvolvimento de Petrópolis, estes lugares configuraram dinâmicas, lutas e conflitos que oferecem a possibilidade de um exercício de memória que não só contesta uma ideia de coesão social petropolitana, mas também reivindica comunicar outros significados sobre a cidade e seu povo.

Para tal, trata-se de investigar a relação indissociável entre o território, enquanto categoria geográfica, com as relações sociais, em toda sua amplitude. Tal qual expressa Milton Santos:

> "A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o

> espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (...) O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá." (SANTOS, Milton, p.39, 2006)

Assim, ao analisar o crescimento da população de Petrópolis entre as décadas de 1940 e o início dos anos 2000, é perceptível o estímulo migratório ocorrido para a cidade durante os anos de expansão das indústrias. Vejamos em seguida:

Tabela 1

População residente de Petrópolis - 1940 a 2000

1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
75.418	108.307	150.300	189.140	242.009	252.600	286.537

Fonte: IBGE *apud* AMBROZIO, 2015, p. 59.

Esse crescimento populacional, não à toa, destinou-se ao primeiro e ao segundo distritos da cidade. Pois este movimento estava articulado, em partes, com a presença das indústrias e as oportunidades de emprego, conforme aponta Ambrozio (2015, p. 60): "Toda essa dinâmica demográfica ocorreu, sobretudo, no distrito-sede e no segundo distrito, Cascatinha, pois, historicamente, esses distritos concentraram as atividades fabris, comerciais, de serviços e de vilegiatura".

Neste sentido, é notória a importância do setor industrial para o aumento demográfico e a consolidação de muitos bairros. Dentre os fatores que estimularam a fixação de diversas fábricas na cidade, o geógrafo Cézar de Magalhães aponta alguns, em seu artigo intitulado "A função Industrial de Petrópolis":

> "As indústrias iriam encontrar, para se desenvolverem em Petrópolis, outras causas além da maior proximidade com o Rio de Janeiro, conseguida com os novos meios de transportes isolados; elas são representadas por condições locais como clima favorável e obtenção fácil de água e energia (...) Na indústria têxtil, atribui-se à maior umidade do clima, a melhor fiação do algodão,

> impedindo que o fio se fragmente provocando-nos na superfície dos tecidos. Da mesma forma, outros gêneros de indústria são beneficiados pela existência em Petrópolis de uma temperatura mais baixa que favorece a elaboração de matéria-prima; (...) A topografia da cidade, possuindo diversos pontões graníticos, que separam as pequenas bacias locais, veio oferecer, também, condições naturais para a instalação de indústrias em Petrópolis, pois não só, cada rio constitui dentro da paisagem uma bacia independente, útil à ocupação por uma grande empresa de tecidos, como permite pelo estreitamento dos vales, o represamento fácil das águas para construção de reservatórios de água para abastecimento potável e para a geração de energia. A obtenção fácil de água e, também, a sua limpidez, favorecem sobremodo a instalação das indústrias (...) Quanto à eletricidade, não só os reservatórios favorecem sua obtenção, regularizando-se para isso as pequenas quedas dos apertados vales, como ocorria também uma grande vantagem, a geração era local, na própria serra, diferente, por exemplo do Rio de Janeiro que, situado na baixada, necessitava de extensas linhas de transmissão, condutoras de força da serra do Mar para a cidade, encarecendo bastante sua obtenção." (MAGALHÃES, Cezar. p, 21-23, 1966)

A expansão industrial alcançou seu auge na década de 1950, concentrando suas atividades no primeiro distrito e em parte do segundo, como já observado. Uma década subsequente, poucos anos antes do golpe militar, o mapeamento fabril da cidade, segundo Cézar Magalhães (1966, p.34) era o seguinte:

> "Em 1960-1962, estão registradas em Petrópolis 192 indústrias, distribuídas deste modo: 44 têxteis; 13 gráficas; 25 de vestuário, calçados e artefatos de tecidos; 19 de produtos alimentares; 15 de minerais não metálicos; 12 de madeira; 10 de mobiliário; 7 de metalurgia; 6 de bebidas; 5 de material elétrico e de comunicação; 3 de produtos de perfumaria, sabões e velas; 3 de papel e papelão; 3 de material de transporte; 2 do setor extrativo e de produtos minerais; 2 químicas; 1 de fumo; 1 de produtos farmacêuticos e medicinais; e 13 de setores diversos." (apud AMBROZIO, 2015, p. 75)

Ainda que se possa notar a presença de inúmeros gêneros na composição industrial, as indústrias do setor têxtil e derivados representavam as maiores empregadoras de mão-de-obra, o que nos permite classificar o centro industrial petropolitano como monoindustrial, segundo Cézar Magalhães (1966). Dessa forma, cabe-nos ressaltar a influência do setor industrial não só no povoamento dos bairros, mas

na formação de uma massa de trabalhadores fabris. Vejamos abaixo a tabela retirada do IBGE (1969) e reproduzida por Pantolla de Carvalho (1971, *apud* AMBROZIO, 2015, p.77).

TABELA 2

Indústrias, empregos e produção

Classes e gênero de indústrias	Estabelecimentos em 1º de janeiro de 1966	Pessoas ocupadas em 31 de dezembro de 1965	Valor da produção (Cr$ 1.000)	
Mineral não-metálico	36	320	1.229	1,3
Mecânica	5	430	3.305	3,6
Metalúrgica	21	498	3.236	3,5
Material de transporte	10	502	979	1,1
Madeira	42	223	946	1
Mobiliário	32	375	2.336	2,5
Papel/papelão	5	387	4.304	4,6
Borracha	5	55	507	0,5
Perfumaria/sabão/vela	7	110	3.566	3,8
Matéria plástica	8	96	417	0,4
Têxtil	88	7.818	43.291	46,6
Vestuário/calçado/artefatos de tecidos	44	1.035	6.278	6,8
Produtos alimentares	92	825	13.560	14,6
Bebidas	9	351	2.371	2,5
Editoria/gráfica	22	379	2.213	2,4
M. elétrico/comunicação	8	118	553	0,6
Outras	20	680	3.899	4,2
Total	454	14.202	92.995	100,0

Fonte: CARVALHO, 1971, *apud* AMBROZIO, 2015, p.77.

O mapeamento feito por Pantolla sobre os anos 1965-1966 (tabela 1) demonstra um crescimento industrial vertiginoso se relacionarmos com os dados oferecidos por César

de Magalhães acerca do diagnóstico das unidades fabris de Petrópolis entre 1960-1962. Da mesma forma, expressa a continuidade do predomínio da categoria têxtil e derivados na produção e emprego de mão-de-obra.

Observa-se que os dados oferecidos por Magalhães se concentram no período 1960-1962, pré-golpe militar. Já os dados ofertados por Pantolla, reúnem informações dos anos 1965-1966, primeiros anos de vigência da ditadura empresarial-militar. Tanto um, quanto o outro, nos valem para demonstrar que, desde a efervescência política do início da década de 60 no Brasil até a culminância do regime militar (1964), a cidade de Petrópolis continuava com sua aptidão operária presente na economia, no trabalho e também na vida dos territórios em que as unidades fabris estavam localizadas.

Segundo Ambrozio (2015, p.18): "Petrópolis, então, arranjou-se como um território no qual o subúrbio elegante à maneira da vilegiatura criaria inibições, mas não proibiria, à existência de um subúrbio industrial-proletário em um espaço montês e urbano".

Sobre as relações financeiras, em geral, identificadas no setor fabril de Petrópolis, é interessante observar que o vínculo com o Rio de Janeiro foi expressivo, diversas fábricas petropolitanas surgiram através de investimentos cariocas e destinavam parte de sua produção para o consumo da capital, acerca disso Magalhães pontua:

> "Não é somente no comando financeiro que se configura a situação de satélite industrial de Petrópolis, mas, também, nas relações técnicas, pois se verificou que existe já na indústria petropolitana uma concentração vertical, não dentro do sítio petropolitano, mas entre este e o Rio de Janeiro (...) Por outro lado, os industriais são moradores do Rio de Janeiro e têm fábricas e casas de veraneio em Petrópolis; da mesma forma os gerentes das fábricas são, muitas vêzes, moradores dos bairros cariocas e tiveram tôda sua formação técnica e cultural no Rio de Janeiro e os técnicos, que em geral são estrangeiros chegaram à cidade depois de contatos com as indústrias na metrópole carioca." (MAGALHÃES, Cezar, 1966, p.51)

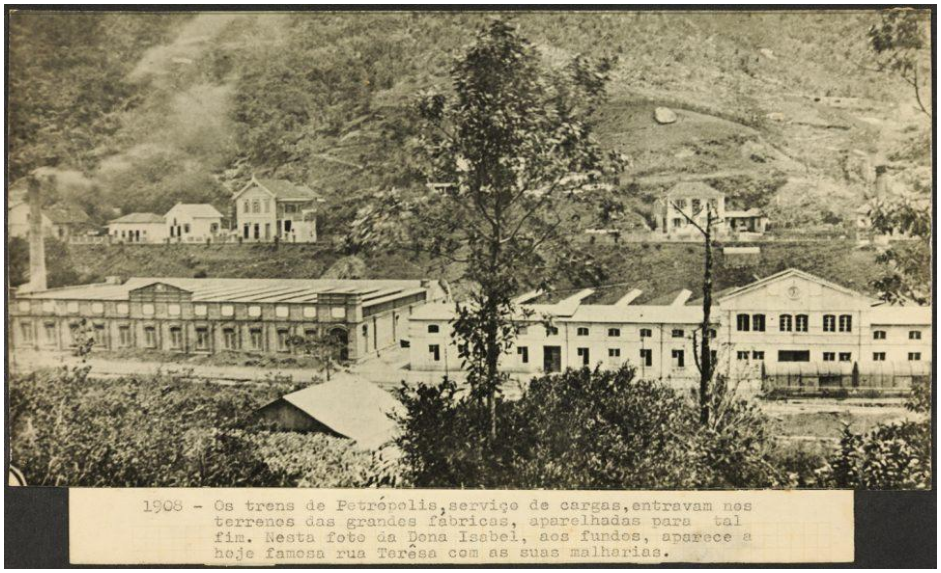
Apesar disso, é interessante pontuar também que, com o aperfeiçoamento e desenvolvimento de algumas fábricas na cidade, foi possível estabelecer relações industrias locais e até mesmo com cidades serranas vizinhas, por exemplo, a cidade de Nova Friburgo como bem coloca Cézar Magalhães:

> “Mas um parque industrial estando em terceira colocação no estado do Rio de Janeiro, dotado, como se apreciou, de estabelecimentos de diversos gêneros e de mão-de-obra numerosa, já dispõe de força própria para gerar relações industriais de vida independente que poderão ampliar-se ainda mais. Por isso, Petrópolis não é apenas uma continuação do Rio de Janeiro, possui capitais próprios e relações internas e interserranas que escapam ao controle do complexo industrial carioca.” (MAGALHÃES, Cézar, 1966, p. 51)

Na observação dos capitais originários da própria cidade, constatou-se famílias que compartilhavam o patrimônio de geração em geração, mantendo-o sob o mesmo domínio através da rede dos familiares. Neste sentido, ao analisar o andamento histórico do setor industrial em Petrópolis, é pertinente interpretá-lo através dessa complexidade em sua formação. Pois, ao mesmo tempo que funcionou como uma espécie de satélite industrial da capital, também foi capaz de desenvolver relações locais neste âmbito.

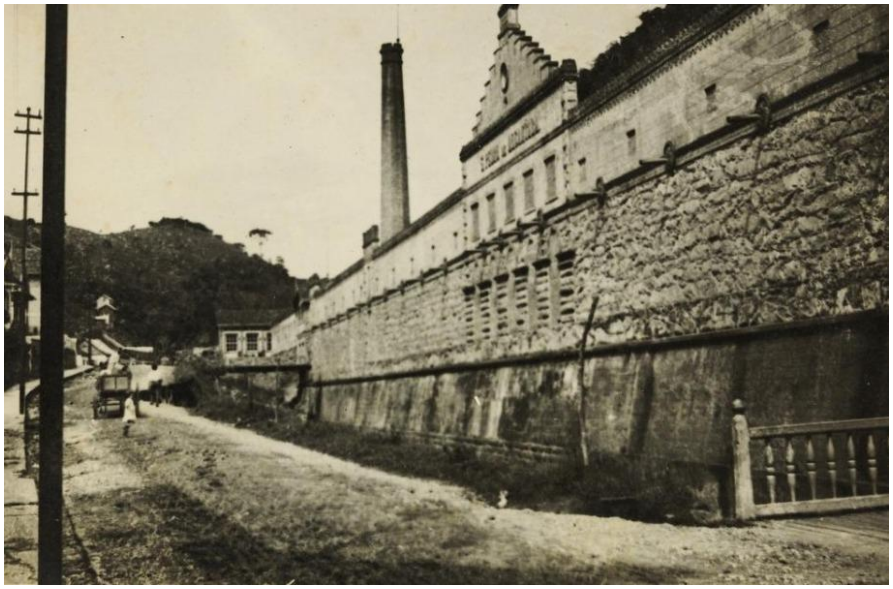
Adiante, para dialogar com a percepção visual, selecionamos fotografias apenas das maiores fábricas do setor têxtil e apontamos em qual bairro elas estavam localizadas. Todas condensadas no primeiro e segundo distrito:

Figura 7 - Fábrica de Tecidos Dona Isabel, localizada no bairro Morin



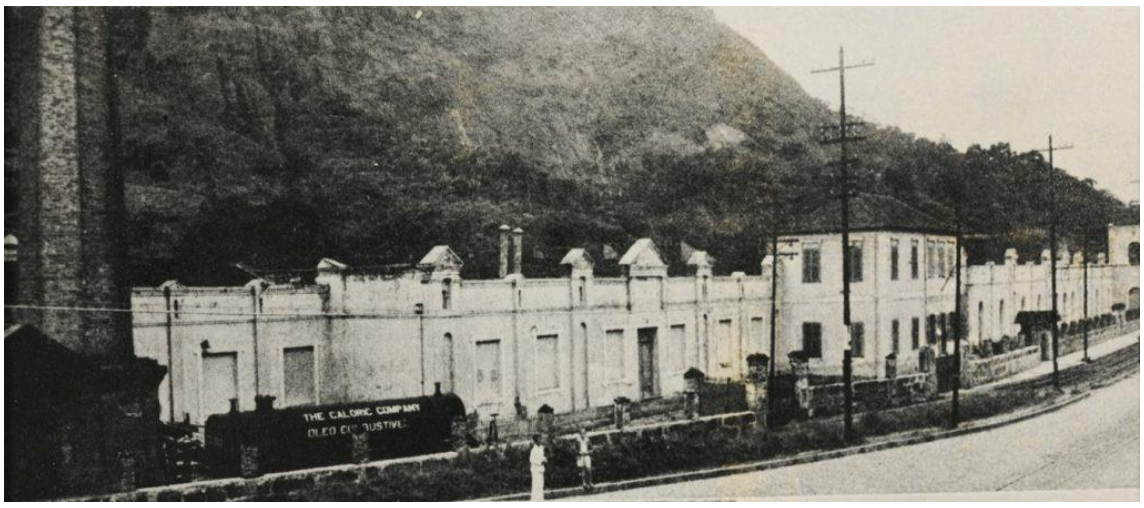
Fonte: Arquivo Jornal Tribuna de Petrópolis, 2018.

Figura 8 - Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara, localizada no bairro Valparaíso



Fonte: Museu Imperial apud Soul Petrópolis, 2022.

Figura 9 - Fábrica de tecidos Cometa, localizada no bairro Alto da Serra

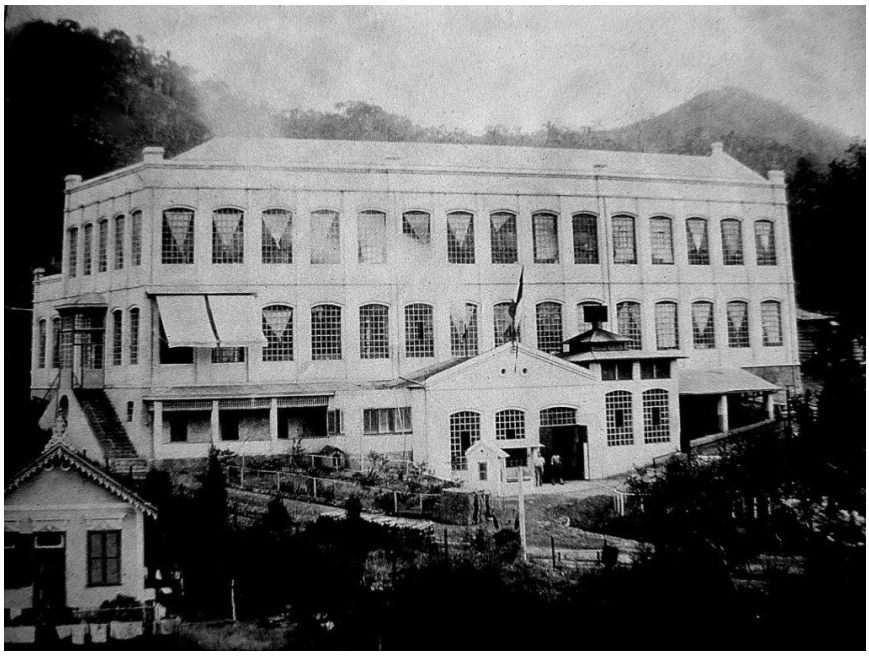


Fonte: Reprodução/ Facebook Tempore Antiquus apud Sou Petrópolis, 2022.

Figura 10 - Fábrica de Tecidos Santa Helena, localizada no bairro Morin

Fonte: Reprodução/ Facebook Tempore Antiquus, 2019

Figura 11 - Fábrica de Tecidos Werner, localizada no bairro Bingen.



Fonte: Sou Petrópolis, 2021

Figura 12 - Companhia Petropolitana de Tecidos, localizada no bairro Cascatinha

Fonte: Reprodução/Facebook A História de Cascatinha, 2017

Localizadas em bairros do primeiro distrito, respectivamente, a Fábrica de Tecidos Dona Isabel (figura 4); Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara (figura 5); Fábrica de Tecidos Cometa (figura 6); Fábrica de Tecidos Santa Helena (figura 7); Fábrica de Tecidos Werner (figura 8). Já no segundo distrito, a Companhia Petropolitana de Tecidos (figura 9).

Certamente, nem todas essas fábricas exerceram a mesma influência sobre os bairros em que estavam fixadas. No entanto, é possível constatar que, em linhas gerais, a existência desses estabelecimentos fabris propiciou em seu entorno um conjunto de práticas materiais e simbólicas que nos permitem recuperar a memória destes lugares através desta ótica. Tendo em vista que, nestas décadas de 1950-1970, uma parcela significativa da população desses bairros tinha origem ligada à vida operária e, portanto, enfrentavam os conflitos próprios desse universo como apontado a seguir:

> "O fato é que, exatamente através da indústria, cuja atividade, sob certo aspecto, entrara pela porta dos fundos no interior do projeto concebido pelo Segundo Império e continuado pela República, foi possível o assentamento de lugares, isto é, de espaços familiares ligados à vizinhança, ao parentesco e ao compadrio - bairros ou extensões domésticas que guardavam também importante determinação vinculada a processos históricos e sociais mais extensos." (AMBROZIO, Julio, p.284, 2015)

A propósito, é a partir do decênio de 1970 que a economia da cidade inicia um processo de desindustrialização com fortes impactos no ramo têxtil. Se, inicialmente, os atrativos para a escalada fabril em Petrópolis representavam vantagens, a partir dos anos 70 apareceram as contradições inerentes a uma marcha de expansão industrial e, como efeito, populacional. O princípio da desindustrialização no município relacionou-se com movimentos similares em outros locais, de acordo com Ambrozio:

> "A desindustrialização ligada às grandes plantas têxteis de Petrópolis está próxima de outros lugares e fatores comuns, determinadas pela crise do fordismo ou pelo fim da era de ouro do século XX, iniciado entre o fim da década de 1960 e início do decênio de 1970. O antigo modelo de produção industrial começou a dar lugar a um padrão de produção que modificaria as relações com fornecedores e diminuiria o tamanho das plantas industriais, localizando, ademais, indústrias em áreas distantes de antigas regiões fabris cuja infraestrutura estivesse saturada - sobrecarregada, por exemplo, nas redes de estradas, ruas, transportes públicos e no preço elevado de solo urbano" (AMBROZIO, Julio. p. 74, 2015)

Neste sentido, é plausível dizer que a partir da década de 1970, muitos desses bairros formados a partir da gênese industrial enfrentaram dificuldades, seja de ordem socioespacial, devido à alta demanda imobiliária gerada pelo aumento populacional; seja de ordem econômica, em razão do início da crise de algumas fábricas de tecido e, consequentemente, da demissão de trabalhadores e/ou precarização das relações trabalhistas; seja de ordem infraestrutural. Nota-se:

> "Como os serviços públicos não acompanharam a intensidade do desenvolvimento industrial, falta, por exemplo, água para abastecer as fábricas, que ficam na dependência de poços artesianos ou de pipas d'água fornecidas

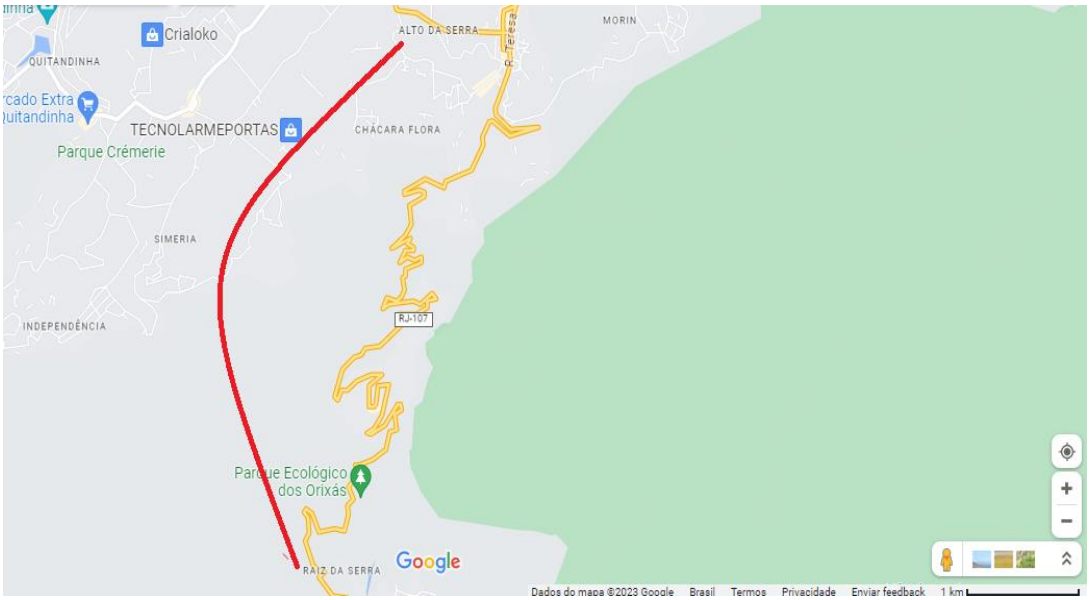
> pela Prefeitura. Também em virtude da concentração industrial em cada vale, as fábricas situadas a jusante ficam prejudicadas pelas que estão localizadas a montante, pois estas despejam no único rio que as serve as águas sujas das tinturarias". (MAGALHÃES, 1966, p. 33 apud AMBROZIO, 2015, p. 72)

De todo modo, tanto o período de maior estabilidade do setor fabril, quanto o período do início da sua decadência, encontram-se dentro dos anos de vigência da ditadura empresarial-militar no Brasil. Logo, acoplado aos dilemas próprios da vida da população destes bairros com presença operária, estava também o fato de que o país vivia sob um regime de exceção com efeitos severos na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Cabe-nos recuperar de que modo, sob quais impactos, com quais impressões, a população trabalhadora destes lugares atravessou os anos de repressão em Petrópolis.

3.2 Alto da Serra: a ferrovia e o nascimento do bairro

"Alto da Serra, um dos mais antigos e tradicionais bairros de Petrópolis", este é o título da reportagem feita pelo jornal O Diário de Petrópolis (2018) sobre curiosidades atuais e elementos da história deste bairro. De fato, o título da reportagem é coerente se considerarmos que o Alto da Serra revela o caminho mais antigo que primeiro ligou estas terras ao Rio de Janeiro durante a colonização, a Variante do Caminho Novo do qual já tratamos neste trabalho. De igual modo, foi por muito tempo o primeiro bairro por onde passavam as pessoas que chegavam à Petrópolis antes da construção da rodovia BR-040.

Figura 13 - Caminho desde a Raiz da Serra até o bairro Alto da Serra



Fonte: Google Maps, 2023.

É também no Alto da Serra que a primeira Estação Ferroviária da região é inaugurada em 1883, o que permitiu ligar o centro do Rio de Janeiro à Petrópolis por linha férrea. Na cidade, a linha do trem contava com estações no Alto da Serra, no centro (atual Terminal Rodoviário Imperatriz Leopoldina), em Cascatinha, em Itaipava e em Pedro do Rio, fator que possibilitou um deslocamento para as mais longínquas áreas.

Figura 14 - Estação Ferroviária do Alto da Serra e as oficinas dos trens

Estação ferroviária do Alto da Serra, vendo-se as oficinas de reparo de trens, 1890. Acervo Museu Imperial.

Fonte: Acervo Museu Imperial

Figura 15 - Estação Ferroviária do Alto da Serra

Fonte: Acervo Museu Imperial

A linha férrea foi um elemento importante para a expansão do bairro tendo em vista que o local se tornou chegada e partida de gente dos mais variados lugares, com rumo aos mais variados destinos, fator que contribui para o surgimento de armazéns, quitandas e outros devido ao aumento da circulação de pessoas.

A estação de trem também teve papel destacado, pois conformou uma gama de trabalhadores ferroviários que ali fixaram-se, conferindo a esta categoria, muitas vezes, o rótulo para a gênese do bairro, conforme o título "Alto da Serra: origem ferroviária, maior população e maior comércio", encontrado em uma reportagem também do Jornal O Diário de Petrópolis (2010). Anos depois a estrada de ferro foi importante para o processo de expansão industrial em Petrópolis, inclusive com a criação de fábricas no próprio bairro e arredores, dado que a circulação de matérias primas e o escoamento de mercadorias facilitou-se através do transporte férreo. Conforme apontado adiante:

> "Ligado ao transporte ferroviário desta Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, a Vila Thereza e seus vizinhos quarteirões Palatinato Superior e Palatinato Inferior assistiram no fim da década de 1880 ao início do estabelecimento de algumas fábricas: em 1889, foi inaugurada a fábrica algodoeira Dona Isabel,

> em local próximo ao bairro Alto da Serra; em 1890 foi instalada na atual localidade do Meio da Serra outra fábrica que, em 1903, formou mais um estabelecimento têxtil no Alto da Serra constituindo a Sociedade Cometa." (AMBROZIO, Julio, 2015, p.265)

Em vista disso, no decorrer dos anos a presença da estação ferroviária e das unidades fabris provocaram transformações significativas no Alto da Serra, confrontando o projeto territorial da elite imperial de uma cidade planeada. Com destaque para os trabalhadores ferroviários, mas com participação de outras categorias foi fundado o Morro da Oficina, através da ocupação para fins habitacionais de uma encosta localizada atrás das oficinas dos trens. A constituição do Morro da Oficina firmou a realidade popular até hoje reconhecida como característica deste bairro.

Nesta recuperação dos elementos que compõem a história da formação do bairro, é perceptível nossa prioridade em discorrer sobre este binômio ferrovia/fábricas, pois elas são parte fundamental para nossa pesquisa e, de fato, cumpriram um papel expressivo na constituição do Alto da Serra, conforme assinala Ambrozio:

> "Através da habitação se constituía uma população relativamente estável e enraizada na imediata circunvizinhança e nas paragens próximas às fábricas, no interior das quais adultos e crianças, muitas vezes de um mesmo tronco familiar (...) Dona Isabel, Cometa, Santa Helena, Petropolitana, São Pedro de Alcântara, Werner e outras fábricas construíram vilas operárias que, até hoje, muitas delas transformadas, permanecem como testemunhos do cotidiano petropolitano e operário diverso do monde da vilegiatura." (AMBROZIO, Julio, 2015, p.266)

No entanto, é preciso pontuar que no decorrer dos anos o Alto da Serra também contou com a diversificação das suas atividades econômicas através da presença de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Igualmente, o bairro acomodou não só os trabalhadores fabris, mas, ao longo do tempo, profissionais liberais, funcionários públicos e outros. Essa diversificação possibilitou uma variação de renda entre os moradores do bairro que era/é refletida na composição das ruas, vilas e etc., onde as pessoas com uma renda superior procuravam os locais de melhor localização e, quase sempre, fora dos morros.

Porém, ainda com essa composição que foi mesclando-se no decurso do tempo, o Alto da Serra permaneceu como um bairro de tradições populares capaz de abranger variadas camadas profissionais, atividades econômicas, com destaque para o comércio após a decadência das fábricas, e oferecer um cotidiano agitado para os que ali moravam.

3.2.1 O bairro, as fábricas e a ditadura

Quem passa ou mora no Alto da Serra nos dias atuais certamente conhece o Hiper Shopping e o Mercado Extra. Prédios ligados um ao outro, bem no centro do Alto da Serra, que compõem a paisagem e a realidade dos moradores do bairro atualmente.

Figura 20 - Fachada do Mercado Extra e do Hiper Shopping atualmente

Fonte: Site Wikimapia

Nestes prédios é onde localizava-se a Fábrica de Tecidos Cometa que também contava com outra sede no bairro Meio da Serra. Inaugurada no ano de 1903, a fábrica Cometa integrou o quadro de grande produção têxtil na cidade e contribuiu para a transformação da sociabilidade do bairro no decorrer dos anos. Apesar das duas sedes,

uma no Alto da Serra e a outra no Meio da Serra, a vila operária da fábrica foi construída na localidade do Meio da Serra e não foi capaz de abrigar todos os trabalhadores.

Tal fato, ocasionou uma espécie de "intercâmbio" entre as fábricas e os trabalhadores, pois a Cometa com o déficit de moradia em sua vila, alugou parte da vila operária de outra fábrica, a Companhia Petropolitana em Cascatinha, como forma de acomodar todos os operários. Diferente do que ocorreu com outras companhias têxteis que se formaram através da aplicação de capitais oriundos da cidade do Rio de Janeiro, a fábrica Cometa foi inaugurada por meio de investimentos locais e chegou a empregar cerca de 6000 funcionários durante o auge do seu funcionamento (CUSATIS, 1993).

Figura 21 - Fábrica Cometa unidade Meio da Serra

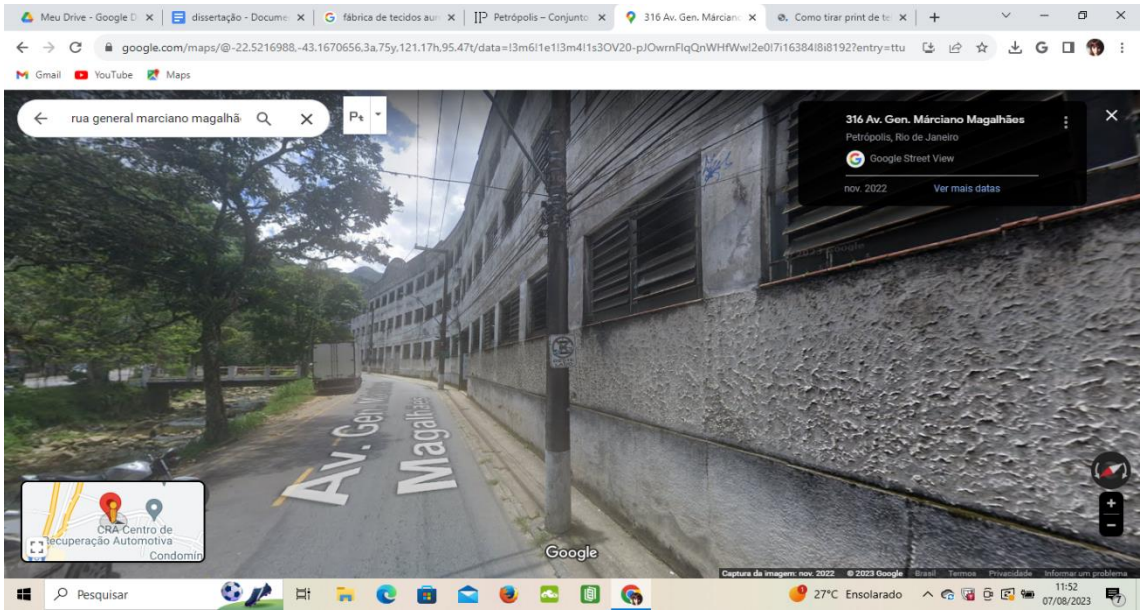
Fonte: Blogspot/ Caminho da Estrela

Figura 22 - Fábrica Cometa unidade no Alto da Serra

Fonte: Site/ Soul Petrópolis

Compondo o conjunto de fábricas situadas no Alto de Serra e região estava a Fábrica de Cia. De Tecidos Aurora D'Olne ou popularmente chamada Fábrica Aurora. Com uma produção mensal de 126.000 metros de tecido (MAGALHÃES, 1966, p.36) durante o ápice de seu funcionamento a Aurora, distintivamente da Fábrica Cometa, tinha seus capitais originários provenientes da cidade do Rio de Janeiro. Assim, a mesma empresa possuía um estabelecimento em Petrópolis e outro no bairro Botafogo na capital para complemento da produção.

Figura 23 - Prédio onde ficava a Fábrica de Tecidos Aurora



Fonte: Google Maps

Como já falamos, a existência dessas unidades fabris alterou significativamente o cotidiano do bairro, pois trazia com ela os conflitos característicos do meio operário, mas também os hábitos deste universo. Além disso, os quarteirões coloniais planejados pelo projeto imperial, deram lugar a territórios geograficamente e socialmente transformados, conforme assinala Aielo:

> "As fábricas mudaram a vivência social naqueles lugares, transformando os quarteirões coloniais que visavam reproduzir a estrutura europeia da vilegiatura em bairros operários, de feição popular e que, sem dúvida, contrastam com a também presente realidade aristocrática da corte." (AIELO, Pedro Paulo Mesquita, 2012, p. 40)

Após essa ligeira contextualização, não temos a pretensão de aprofundar sobre a história da Fábrica Cometa e da Fábrica Aurora em si e nem de fazer uma análise sobre todos os períodos de seu funcionamento. Neste tópico nos interessa os desdobramentos da existência dessas unidades fabris no Alto da Serra e do cotidiano de seus trabalhadores a partir do ano de 1964. Se estamos falando de um bairro tradicionalmente popular e com presença operária, nos motiva entender como os anos de ditadura transcorreram neste lugar.

Neste sentido, é interessante apontar que durante nossa pesquisa foi possível compreender que do meio para o final da década de 1960 a cidade de Petrópolis iniciou um processo de desindustrialização da sua economia que se agravou no ano de 1970 em diante. Assim, percebemos que dentro do recorte temporal que nos interessa, a planta têxtil que outrora era o carro-chefe da indústria petropolitana, enfrentava um momento de decadência acompanhado de uma série de contradições, sobretudo acerca das relações de trabalho. A própria Fábrica Cometa, por exemplo, encerrou as atividades do seu polo no Meio da Serra em 1957, permanecendo em funcionamento apenas a unidade do Alto da Serra. Era um indicativo do início da crise que se avizinhava.

Este elemento do declínio da atividade fabril faz-se importante, pois muitas fábricas fecharam as portas em Petrópolis ainda durante a ditadura. Tendo em vista que em 1979 e em 1980 ocorreu o encerramento das atividades, respectivamente, da Fábrica Aurora e da unidade da Fábrica Cometa no Alto da Serra, o que definiu o seu fechamento por completo. Fatos que, para fins da pesquisa, delimitaram nossa análise e busca por informações entre os anos de 1964 a 1980 apenas, período em que o bairro era atravessado pela lógica do cotidiano fabril e pelo contingente de trabalhadores ferroviários que ainda moravam no local mesmo após a desativação do trecho férreo entre Rio de Janeiro e Petrópolis. Desativação, diga-se de passagem, sob ordem da ditadura no bojo dos fechamentos de ferrovias consideradas "antieconômicas" que ocorreram pelo Brasil inteiro.

Sabemos que o movimento operário, o dia-a-dia das fábricas e dos trabalhadores, em geral, foram impactados pelas ações da ditadura. Ao falarmos sobre a formação do Alto da Serra e a influência que o aspecto fabril representou para tal, não vemos como isolar as fábricas e os trabalhadores que eram muitas vezes moradores do bairro, do território por onde transitavam e estabeleciam uma sociabilidade. Compreendemos que são elementos relacionados a todo tempo e, por isso, conjuntamente fazem parte da memória deste local. Neste sentido, recuperar a fala destas pessoas e como elas viveram o regime militar, é tão necessário para produzir outra interpretação sobre a cidade.

A ditadura aplicou na sociedade novos marcos de convivência através das suas estratégias de dominação ou censura respaldadas pela Doutrina de Segurança Nacional. Em nome da ordem e da segurança, determinadas atitudes eram consideradas subversivas e transformavam em suspeitos vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos do bairro e etc.

Estes marcos de convivência atravessaram o cotidiano de inúmeras pessoas em seus afazeres mais corriqueiros durante o regime. Afinal, na sua rua, em seu posto de

trabalho ou na padaria, você poderia estar próximo de alguém sob suspeita. Gostaríamos de reforçar este raciocínio pois, diversas vezes adotamos uma visão alegórica sobre o perfil de quem era interpelado pela ditadura imaginando aquelas pessoas declaradamente opositoras ao regime, agitadoras de movimentos ou partidos políticos. No entanto, a vigilância abatia-se sobre o comportamento de pessoas comuns durante suas rotinas, o que incentivava um perene estado de suspeição sobre todos. Acerca desta questão do estado de patrulha, Janaína Martins Cordeiro corrobora:

> "Portanto, um elemento que acompanhou, ou antes, que constituiu uma das bases mais importantes deste contexto de euforia desenvolvimentista/nacionalista – momento no qual os órgãos de informação e repressão se dinamizavam –, era justamente aquele que apelava à sensibilidade nacional para as exigências e a necessidade de apoiar e construir determinada política de segurança nacional. No Brasil das décadas de 1960 e 1970 termos como *modernização e segurança* ou *construir e vigiar* eram, sob muitos aspectos, intercambiáveis. A manutenção da segurança exigia vigilância, colaboração ou, ao menos, respeito à ordem e temor às instituições." (CORDEIRO, Janaina Martins, 2019 p. 226)

Os trabalhadores da Fábrica Cometa, por exemplo, enfrentaram momentos de grandes discussões a respeito das condições de trabalho desde o início da década de 1960 com acentuação deste cenário nos anos de 1962, 1963 e 1964. Essas discussões acerca dos direitos trabalhistas eram interpretadas dentro desta lógica de patrulha que já predominava na grande maioria das direções fabris e dos órgãos de segurança, conforme demonstrado a seguir numa reportagem do Jornal O Diário de Petrópolis:

> "Prosseguindo nas suas reclamações os operários revelaram que, na Cometa, quem reclama é logo taxado de comunista. […] Só tem meia hora de almoço, e a terceira turma trabalha quase oito horas e só recebe seis horas. Além de tudo os pagamentos são feitos com grande atraso e os patrões não cumprem o que ficou determinado nos dois últimos dissídios coletivos (diferença do salário mínimo)." (DIÁRIO de PETRÓPOLIS, 07.06.1962 *apud* Relatório Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 75).

Esta reportagem foi feita a partir de uma visita dos operários da Cometa à redação do jornal neste contexto de publicização das suas reivindicações e opiniões sobre a

situação dos trabalhadores. Importante registrar que não nos valemos aqui dos jornais como depositários da verdade absoluta e nem como documentos detentores de uma neutralidade. Mas, como fontes de pesquisa que compõem um conjunto de elementos capazes de registrar opiniões dos mais diversos agentes no período em que estamos analisando. Dito isso, percebemos pelo trecho veiculado que a acusação de comunista era o reflexo do estado de segurança e vigilância comportamental do qual falamos, ou seja, um sinal dos conflitos decorrentes da ditadura militar no âmbito local.

De igual modo, esse ambiente de suspeição sobre tudo e todos não afetava apenas os indivíduos colocados nesta situação, geralmente, incidia também na família dessas pessoas. Fato verificado no testemunho transcrito abaixo de Elizabeth Maria da Silva Maller, filha de Genésio Expedito da Silva, trabalhador da Estrada de Ferro Leopoldina.

> "Os vizinhos nos ajudaram muito, porque a primeira coisa que fica é: "o marido dela é um subversivo". Isso é uma rede, porque o bairro é pequeno, porque a gente está sempre ali. E aí, infelizmente, a gente só lembra das coisas ruins quando realmente...A gente começa a pegar as fotografias e lembra...Eu lembro que tinha uma padaria, a única padaria no Alto da Serra, se não me engano a Padaria Serrana, e eu comprava a minha merenda ali, porque era um sistema antigo da gente ter um caderno, um na quitanda, um no açougue, um na padaria e pagar no fim do mês. E aí, eu saí de casa e fui comprar a minha merenda – até hoje eu não consigo olhar um pão doce de creme. Eu cheguei para comprar a merenda e aí o funcionário da padaria disse: "eu não posso mais vender para você, porque vocês não têm mais conta aqui". Aí eu falei: "mas como não tem conta aqui!? Nós sempre compramos aqui". Uma criança de sete anos não entende porque não tem mais conta, não tem porquê. Aí eu voltei para casa e falei com minha mãe: "o cara da padaria não quis me vender o pão doce, ele disse que não tinha mais conta". Aí ela falou: "Não posso falar sobre isso com você, não. Leva essa banana aqui". Era o que tinha. E continuou isso, o armazém também não tinha conta mais, isso fez com que os vizinhos ajudassem a gente." (Testemunho prestado à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, p. 271-272, 2016)

Genésio, pai de Elizabeth, era um petropolitano negro, filho de ferroviário, tornou-se também trabalhador da Estrada férrea e cursava Direito na Universidade Católica de Petrópolis - UCP, inclusive foi dentro da própria Universidade que ele teve

voz de prisão anunciada. Provavelmente, Genésio foi colocado em suspeita por aparecer numa fotografia de um jantar no Sindicato dos Ferroviários.

A família morava no Alto da Serra e percebe-se, pelas palavras de Elizabeth, os efeitos que o episódio ocorrido com o pai causou na família. Os rumores associando Genésio a subversão, custou para a sua família a ruptura de hábitos normais do dia-a-dia como a perda dos caderninhos de crédito nos comércios do bairro ou o impedimento de Elizabeth brincar na rua por temer alguma retaliação.

Apesar disso, Elizabeth também faz uma referência a ajuda que receberam dos vizinhos, tendo em vista a perda de acesso a mecanismos que a família utilizava para fazer as compras rotineiras. Ressaltamos o fato de que na lembrança de Elizabeth, o bairro em que viviam, ao mesmo tempo aparece enquanto lugar de hostilidade com seus familiares, mas também rede de apoio através de parte da vizinhança. O que demonstra as contradições geradas pela ditadura no núcleo familiar em si, mas também na sociabilidade deste núcleo com o espaço em que viviam naqueles anos.

Como temos dito, devido ao histórico de composição do Alto da Serra, o lugar tornou-se foco da atenção da repressão na cidade. Afinal, numa mesma região concentrava-se, a partir da percepção da ditadura, focos propensos ao estímulo da subversão. E, da mesma forma, possibilidades maiores de efetuar com êxito prisões de líderes da oposição ao regime. Pois, se o estado de vigilância e suspeita pairava sobre as pessoas em geral, diante daquelas figuras que declaradamente estavam vinculadas às lutas políticas na cidade, a ordem estabelecida era a de perseguir até prender. Conforme revela Rubens de Castro Bomtempo em seu livro intitulado “Estação Petrópolis – Memórias Políticas de um médico que não perdeu o trem da história”:

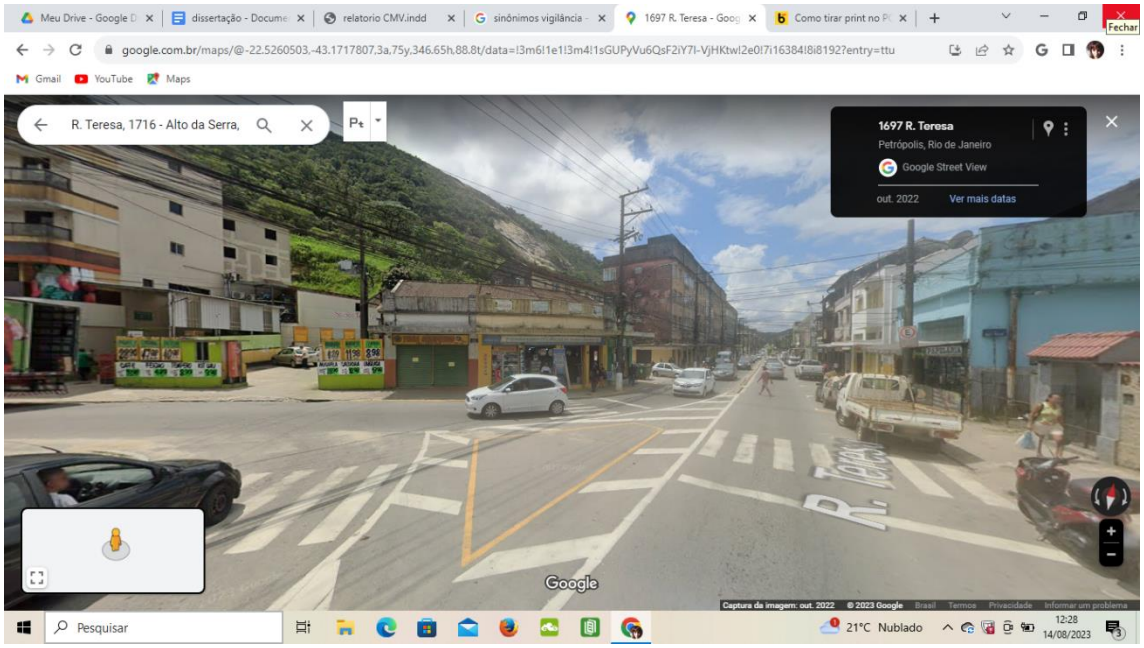
> “Combinamos que o advogado se responsabilizaria pela condução de Saturnino até o Morro da Oficina, no Alto da Serra, onde ele poderia contar com seus companheiros para proteger-se […] Mas Saturnino não resistiu às saudades. Um belo dia, deixou pra trás a casa do ferroviário que o alojara e desceu o morro para ver a família. Assim que pisou na esquina da Rua Chile com a Rua Teresa, foi agarrado por agentes da repressão que espreitavam o conjunto havia quase duas semanas.” (BOMTEMPO, 2006, p. 112)

Com extensa participação na política municipal, Bomtempo também era médico do Sindicato dos Ferroviários e se tornou muito influente na categoria por participar e apoiar as mobilizações trabalhistas dos ferroviários à época. O médico também teve sua

vida pessoal, profissional e política atravessada pelo autoritarismo, mas em suas memórias acima citadas relembra parte da perseguição à outra liderança dos ferroviários, o delegado sindical Saturnino da Silva, já procurado pela repressão devido seu destaque na organização da greve geral convocada para o dia 1 de abril de 1964 envolvendo, principalmente, as categorias dos têxteis e ferroviários.

No relato de Bomtempo identificamos novamente o Alto da Serra como um lugar de recorrentes investidas da ditadura, à medida que a prisão de Saturnino foi possibilitada pela contínua ronda feita naquele local. A prisão de Saturnino foi comunicada oficialmente em 16 de abril de 1964. Tendo sua prisão efetivada, segundo Bomtempo, na esquina da Rua Chile com a Rua Teresa, bem no coração do bairro. Para colaborar com a compreensão do leitor sobre este lugar, trazemos a imagem a seguir:

Figura 24 - Esquina da Rua Chile (à esquerda) com a Rua Teresa (rua principal) atualmente.



Fonte: Google Maps

Ao analisar o relato de Bomtempo o bairro emerge outra vez com uma contradição pois, ao mesmo tempo que aparece como o lugar em que Saturnino foi preso pelos seus algozes, também foi ali que o líder ferroviário encontrou abrigo no Morro da Oficina para se esconder. Tal fato, nos gerou um questionamento durante a pesquisa acerca de uma possível subestimação por parte dos opositores em relação à capacidade da ditadura de

encontrá-los. Tendo em vista que, o lugar onde os procurados se sentiam mais seguros porque encontravam pessoas próximas para abrigá-los, ao mesmo tempo também era o lugar onde corriam mais perigo. O que os faziam ficar? Indagação que não responderemos neste trabalho, mas que foi aberta no percurso desta pesquisa e, quem sabe, podemos aprofundar no futuro.

Outra questão é que a prisão de Saturnino num eixo central do bairro confronta a ideia de que na cidade não houve momentos de conflitos e violências políticas. Ou ainda, que esses episódios ocorriam de forma isolada e, portanto, ninguém via. O ambiente repressivo é que obrigava quem presenciasse tais acontecimentos a fingir que não sabia de nada, pois o silenciamento pelo medo foi uma tática exitosa implementada pela ditadura. No entanto, fica evidente que as ruas do Alto da Serra consagraram atos repressivos praticados pelos agentes do Estado na cidade e reunir elementos que fortaleçam esta perspectiva faz parte de um contraste, que se pretende público, ao silenciamento destes eventos locais, dado que:

> "Trata-se, sim, de colocar e confrontar no espaço público acontecimentos que se mantiveram ocultos e visões de justiça. A existência da memória política está atrelada à ação de indivíduos e grupos que colocam, intencionalmente, essas narrativas sobre a violência política na esfera pública. A memória política é um campo de articulação desses agenciamentos sobre o passado no plano da esfera pública." (LIFSCHITZ, Javier, 2016, p.72)

Se considerarmos que toda a construção da memória política de Petrópolis remete a um lugar de paz, logo, incompatível com a execução de atos repressivos organizados pela ditadura. Ao juntar entrevistas e testemunhos que discorrem sobre episódios de conflitos ocorridos no Alto da Serra relacionados ao regime militar, esbarramos em memórias divergentes sobre um mesmo lugar, num mesmo período.

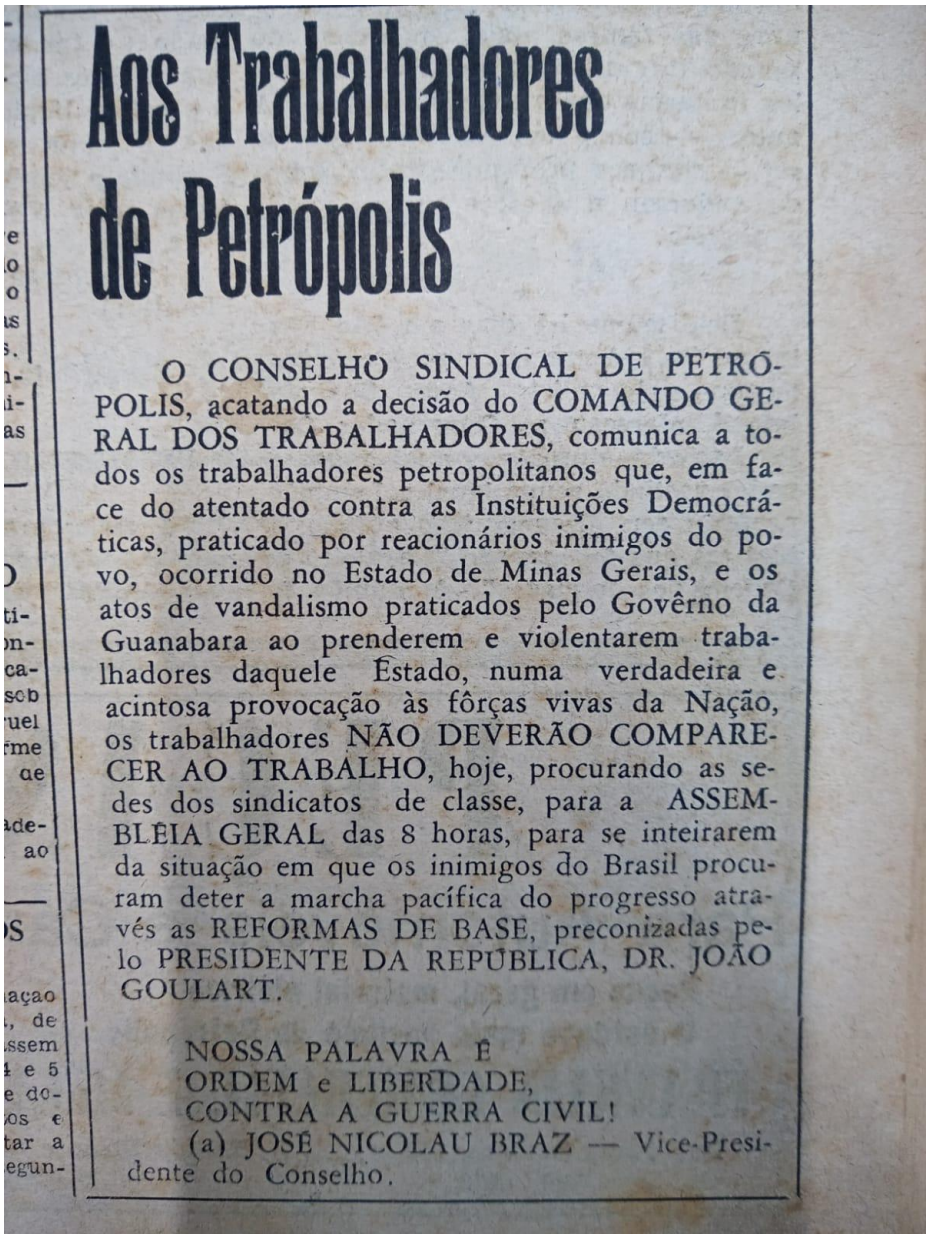
Então podemos considerar que "O campo da memória política é especialmente heterônomo. As disputas do campo político incidem com toda sua força e vontade de domínio sobre a memória." (LIFSCHITZ, 2016, p.76). O que queremos dizer é que o prejuízo imposto às memórias que evidenciam os lugares de conflitos políticos durante a ditadura em Petrópolis ocorre de maneira organizada através de "intencionalidades estratégicas" (LIFSCHITZ, 2016, p.73). À vista que, para legitimar determinada concepção sobre Petrópolis, os agentes políticos locais empenharam-se estrategicamente na seleção de diferentes dispositivos de memória que comunicassem apenas os

significados “nobres” a respeito da cidade e no silenciamento de fragmentos que ameaçam esta alusão, como os que estamos abordando neste tópico.

Na análise dos acontecimentos ocorridos no Alto da Serra durante o regime, é importante enfatizar que entendemos como conflitos políticos tanto as práticas de repressão empreendidas no bairro, quanto os episódios de resistência que ali ocorreram. Assim, é oportuno recuperar como desenrolaram-se as iniciativas, do ponto de vista das ações de oposição ao comando militar instalado. Neste sentido, nos deteremos nos piquetes e nas paralisações organizadas no bairro.

Tomamos conhecimento de uma reunião ocorrida no Sindicato dos Têxteis, no dia 31 de março de 1964, reunindo diversos trabalhadores e categorias, com o objetivo de planejar alguma atuação no dia seguinte pois, à essa altura, o golpe já era iminente. O resultado dessa reunião foi a convocação de uma greve geral como forma de resistência democrática. Na pesquisa no Arquivo Histórico Municipal, encontramos uma nota do Conselho Sindical de Petrópolis, no Jornal O Diário de Petrópolis, no dia 1 de abril de 1964 endossando essa movimentação (figura 25) e também um anúncio no jornal A Tribuna de Petrópolis se referindo especificamente a paralisação da linha férrea que teria se iniciado já no dia 31 de março (figura 26).

Figura 25 - Convocação do Conselho Sindical de Petrópolis para greve geral



Aos Trabalhadores de Petrópolis

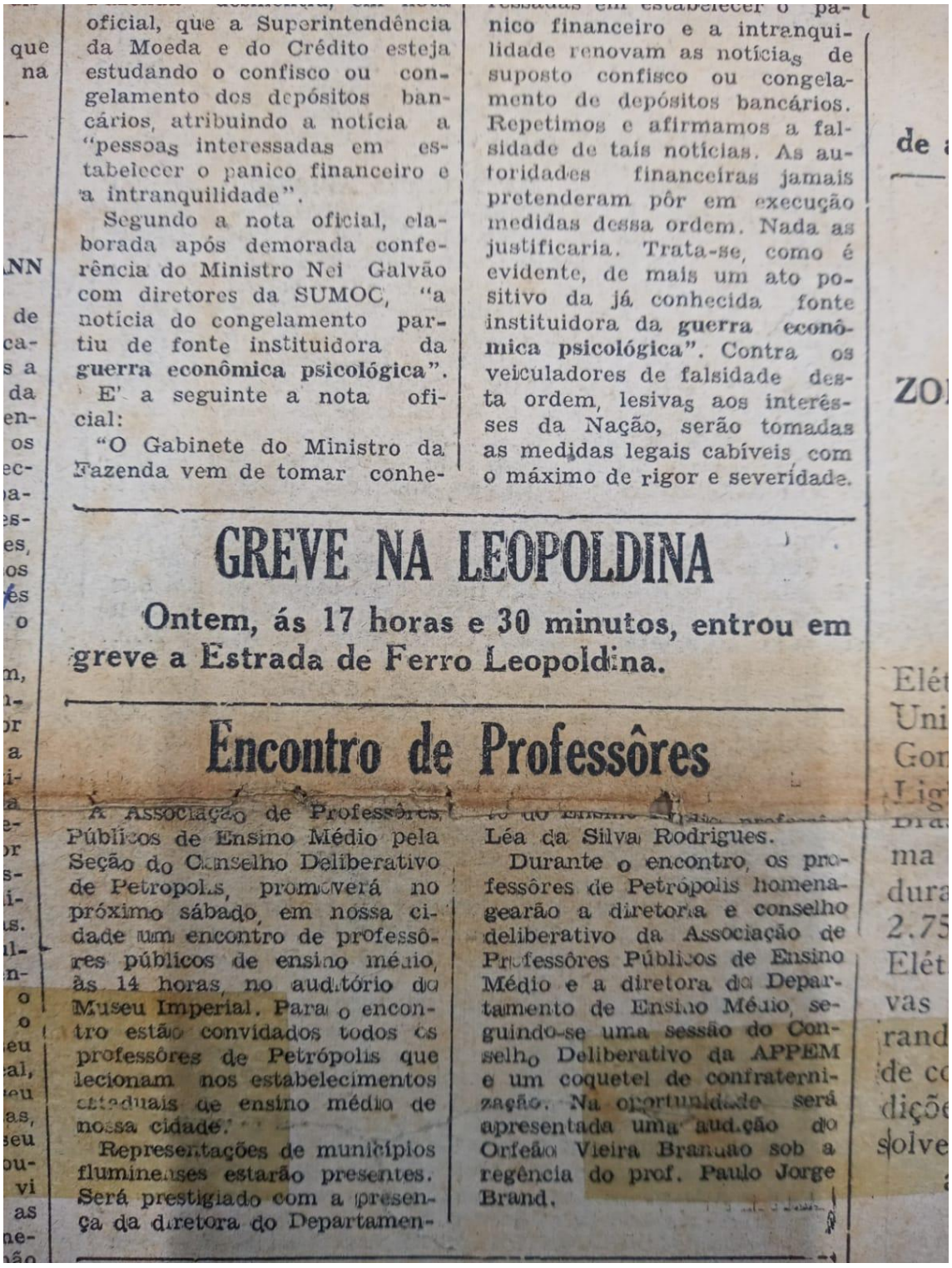
O CONSELHO SINDICAL DE PETRÓPOLIS, acatando a decisão do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, comunica a todos os trabalhadores petropolitanos que, em face do atentado contra as Instituições Democráticas, praticado por reacionários inimigos do povo, ocorrido no Estado de Minas Gerais, e os atos de vandalismo praticados pelo Govêrno da Guanabara ao prenderem e violentarem trabalhadores daquele Estado, numa verdadeira e acintosa provocação às fôrças vivas da Nação, os trabalhadores NÃO DEVERÃO COMPARECER AO TRABALHO, hoje, procurando as sedes dos sindicatos de classe, para a ASSEMBLÉIA GERAL das 8 horas, para se inteirarem da situação em que os inimigos do Brasil procuram deter a marcha pacífica do progresso através as REFORMAS DE BASE, preconizadas pelo PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DR. JOÃO GOULART.

NOSSA PALAVRA É
ORDEM e LIBERDADE,
CONTRA A GUERRA CIVIL!

(a) JOSÉ NICOLAU BRAZ — Vice-Presidente do Conselho.

Fonte: Foto minha /Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis

Figura 26 - Anúncio sobre greve dos trens em Petrópolis iniciada em 31 de Março de 1964



oficial, que a Superintendência da Moeda e do Crédito esteja estudando o confisco ou congelamento dos depósitos bancários, atribuindo a notícia a "pessoas interessadas em estabelecer o panico financeiro e a intranquilidade".

Segundo a nota oficial, elaborada após demorada conferência do Ministro Nei Galvão com diretores da SUMOC, "a notícia do congelamento partiu de fonte instituidora da **guerra econômica psicológica**".

E' a seguinte a nota oficial:

"O Gabinete do Ministro da Fazenda vem de tomar conhe-

pânico financeiro e a intranquilidade renovam as notícias de suposto confisco ou congelamento de depósitos bancários. Repetimos e afirmamos a falsidade de tais notícias. As autoridades financeiras jamais pretenderam pôr em execução medidas dessa ordem. Nada as justificaria. Trata-se, como é evidente, de mais um ato positivo da já conhecida fonte instituidora da **guerra econômica psicológica**". Contra os veiculadores de falsidade desta ordem, lesivas aos interêsses da Nação, serão tomadas as medidas legais cabíveis com o máximo de rigor e severidade.

GREVE NA LEOPOLDINA

Ontem, ás 17 horas e 30 minutos, entrou em greve a Estrada de Ferro Leopoldina.

Encontro de Professôres

A Associação de Professôres Públicos de Ensino Médio pela Seção do Conselho Deliberativo de Petropolis, promoverá no próximo sábado, em nossa cidade um encontro de professôres públicos de ensino médio, às 14 horas, no auditório do Museu Imperial. Para o encontro estão convidados todos os professôres de Petrópolis que lecionam nos estabelecimentos estaduais de ensino médio de nossa cidade.

Representações de municípios fluminenses estarão presentes. Será prestigiado com a presença da diretora do Departamento de Ensino Médio, Profª Léa da Silva Rodrigues.

Durante o encontro, os professôres de Petrópolis homenagearão a diretoria e conselho deliberativo da Associação de Professôres Públicos de Ensino Médio e a diretora do Departamento de Ensino Médio, seguindo-se uma sessão do Conselho Deliberativo da APPEM e um coquetel de confraternização. Na oportunidade será apresentada uma audição do Orfeão Vieira Brandão sob a regência do prof. Paulo Jorge Brand.

Fonte: Foto minha / Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis

Desse modo, o testemunho de Maria Alves de Quadros citado abaixo dialoga com as informações que foram veiculadas nas reportagens dos jornais:

> "Mas eles (os sindicatos) começaram a preparar a greve… e principalmente os ferroviários, porque os ferroviários aqui, eles eram praticamente os líderes, eles é que organizavam, entendeu?…os têxteis também (…) eram fortes, só que (…) a massa que levava, os mais inflamados eram os ferroviários, né? (…) No dia primeiro eles já começaram os piquetes pela manhã, cedo. Já ninguém mais entrou nas fábricas, né, porque eles já estavam paralisando tudo. E a polícia "em cima", para pegar quem é que estava organizando. (…) Praticamente todas (as fábricas) aderiram. (…) A polícia "em cima", só que nesse momento eles estavam observando pra ver os que estavam organizando. E nesse ponto realmente meu irmão (Saul), né? E nós tínhamos o caminhão que realmente fez aquela coisa de levar líderes de um lado pro outro, e fechar as fábricas. (…) Claro, eles (os policiais) conheciam o carro do meu pai (…). Ford-600. (CMVP, entrevista realizada em 11 de junho de 2016)."

Assim, aponta-se que no dia 1 de abril o Alto da Serra foi um foco de ações em oposição à ditadura em Petrópolis. Tanto pelas evidências que demonstram a paralisação dos ferroviários, mas também pelos indicativos do envolvimento dos têxteis nestas movimentações de resistência. Tudo indica que ocorreram piquetes nas fábricas de tecidos localizadas no bairro, inclusive pelo estímulo dos ferroviários, que eram considerados uma categoria mais radicalizada e tinham a capacidade de espraiar sua influência política para as fábricas e trabalhadores que estavam localizados ao redor. A Fábrica Cometa, inclusive, contava com operários que já vinham organizando lutas salariais desde o ano anterior.

Além disso, vale o registro da existência da chamada "Sociedade dos Amigos do Alto da Serra", fundada e presidida por Manoel Maria Leal Ferreira para colaborar com as lutas sociais do bairro e dar suporte às greves iniciadas naquele contexto (GROSSI, 2017, p.30). Conforme consta num documento intitulado "ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE MANOEL MARIA LEAL FERREIRA (PETROPOLIS)" encontrado pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, onde registra-se que o mesmo:

> "Estava em todas reuniões do Sindicato dos Ferroviários, tomando parte na mesa. Era e é presidente da sociedade dos Amigos do Alto da Serra, que funcionava no centro da cidade. Local onde foi apreendido material subversivos [sic] e livros do PCB. […] No sindicato dos ferroviários foram apreendidos inúmeros documentos de MANOEL MARIA LEAL FERREIRA, dando apoio e solidariedade as [sic] greves em papel timbrado da Associação

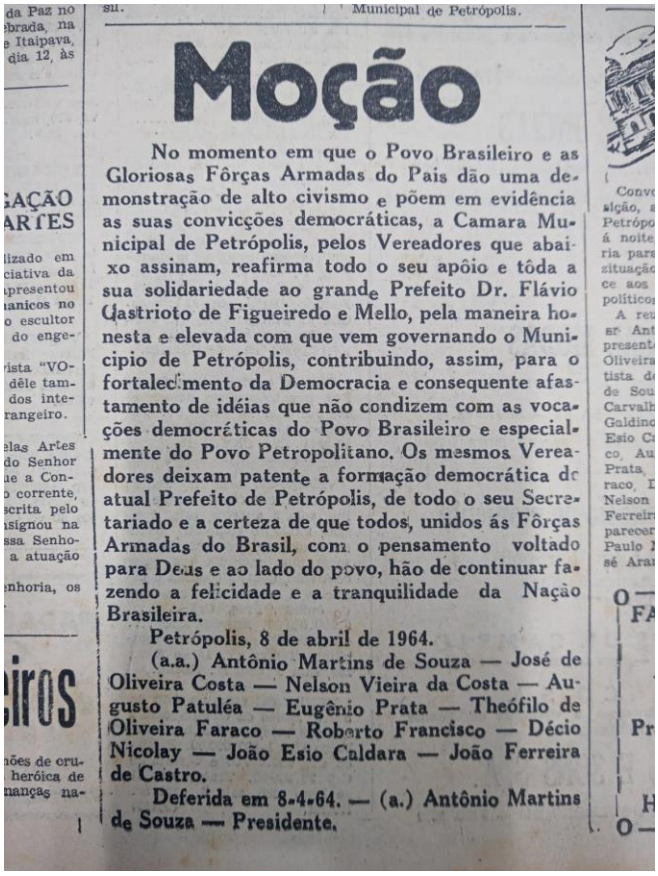
> dos Amigos do Alto da Serra e do Sindicato da Telefônica, todos assinados por Leal" (Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018 p.343).

Ademais, o documento aponta ainda que Manoel estaria presente:

> "piquetes de greves de Fábricas de Tecidos e da E. Ferro Leopoldina, no Alto da Serra. Dia 31 de março, esteve à frente dos movimentos subversivos [sic] na cidade, junto com SATURNINO SILVA, ALCEBIADES DE ARAÚJO ROMÃO? FABRICIO ALVES DE QUADROS e outros." (Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018 p.343).

Ou seja, demonstra-se esta "Sociedade dos Amigos do Alto da Serra" como um agente do bairro vinculado com as ações locais de oposição à ditadura e, portanto, parte da construção destas outras memórias que emergem sobre a cidade durante os anos de repressão e que apontam para a luta política existente naquele momento. Ainda que setores políticos da época colaborassem para a ideia da pacificidade como uma vocação dos petropolitanos. Tal qual aparece na moção apresentada na Câmara Legislativa por parte dos vereadores e publicada em 8 de abril de 1964 pelo jornal A Tribuna de Petrópolis:

Figura 27 - Moção Câmara de Vereadores



Municipal de Petrópolis.

Moção

No momento em que o Povo Brasileiro e as Gloriosas Fôrças Armadas do Pais dão uma demonstração de alto civismo e põem em evidência as suas convicções democráticas, a Camara Municipal de Petrópolis, pelos Vereadores que abaixo assinam, reafirma todo o seu apôio e tôda a sua solidariedade ao grande Prefeito Dr. Flávio Castrioto de Figueiredo e Mello, pela maneira honesta e elevada com que vem governando o Municipio de Petrópolis, contribuindo, assim, para o fortalecimento da Democracia e consequente afastamento de idéias que não condizem com as vocações democráticas do Povo Brasileiro e especialmente do Povo Petropolitano. Os mesmos Vereadores deixam patente a formação democrática do atual Prefeito de Petrópolis, de todo o seu Secretariado e a certeza de que todos, unidos ás Fôrças Armadas do Brasil, com o pensamento voltado para Deus e ao lado do povo, hão de continuar fazendo a felicidade e a tranquilidade da Nação Brasileira.

Petrópolis, 8 de abril de 1964.

(a.a.) Antônio Martins de Souza — José de Oliveira Costa — Nelson Vieira da Costa — Augusto Patuléa — Eugênio Prata — Theófilo de Oliveira Faraco — Roberto Francisco — Décio Nicolay — João Esio Caldara — João Ferreira de Castro.

Deferida em 8-4-64. — (a.) Antônio Martins de Souza — Presidente.

Fonte: Foto minha / Arquivo Histórico Municipal

Por fim, para complementar nosso trabalho, nossa intenção era de buscar em duas fontes primárias informações que pudessem indicar nominalmente em quais fábricas do bairro ocorreram piquetes nos dias seguintes à instauração do regime militar, sendo estas fontes: os arquivos das fábricas Cometa, Aurora e Dona Isabel para acessar as fichas dos funcionários; O arquivo da antiga 67º Delegacia de Polícia para acessar os documentos que indicassem a entrada de presos e possivelmente os motivos de tais prisões.

Neste sentido, obtivemos a informação que os arquivos das fábricas poderiam encontrar-se no Sindicato dos Têxteis. Fizemos contato com o sindicato que nos informou possuir apenas o arquivo da fábrica Cometa e não ter conhecimento sobre onde poderiam estar os arquivos das fábricas Dona Isabel e Aurora. Então, solicitamos uma visita ao sindicato para acessar a documentação da Cometa, porém, nos pediram para aguardar de modo que eles pudessem se organizar com a documentação e ficaram de nos retornar. No entanto, até a data da entrega da dissertação não tivemos este retorno.

Já o arquivo da 67º Delegacia de Polícia encontra-se no Arquivo Histórico Municipal do Museu Imperial. Assim, fomos até lá para marcar uma data de consulta à documentação da DP. Fomos informados que o Arquivo Histórico do Museu está fechado para a consulta presencial devido a reorganização de funcionários, mas que as documentações necessárias poderiam ser digitalizadas, o procedimento seria apenas solicitá-las através do e-mail e assim o fizemos. Porém, até a entrega desta dissertação não obtivemos resposta do e-mail enviado.

Entendemos que a dificuldade de acesso a estas fontes ocorreu por fatores compreensíveis de organização interna dos lugares em que os arquivos estão resguardados e que devido ao nosso prazo, não seria possível retardar a entrega do trabalho para efetuar a consulta nestas documentações.

Julgamos pertinente um registro acerca da busca pelo arquivo da antiga 67º Delegacia de Polícia de Petrópolis. Em nossa visita no Arquivo do Museu Imperial, em conversa sobre quais documentos eram necessários para nossa pesquisa, recebemos a informação que quando a documentação da 67º DP chegou no Arquivo, já constava a falta de algumas partes. Esse aviso corrobora com o que já havíamos lido sobre a documentação da DP e que o trabalho da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis explicitou:

> "Mas houve também uma política de exclusão de informações ou uma seleção deliberada na documentação destinada aos arquivos públicos. Para nossa sorte e a da história da luta contra a ditadura militar, dispomos da documentação relativa à doação do acervo da 67ª D.P.E. assim tomamos conhecimento que, no processo de transferência dos documentos iniciado em 1981 e concluído em 1982, houve uma separação deliberada de documentos considerados "sigilosos" pelas autoridades da polícia civil da época. Um verdadeiro sequestro de uma massa documental, guardada por mais de três décadas em órgão estadual." (Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 43)

Nota sobre o Morro da Oficina:

Seria uma negligência, numa pesquisa permeada pelo campo da memória, discorrer sobre a importância do Morro da Oficina para o Alto da Serra e não reservar uma parte para falar brevemente sobre o desmoronamento ocorrido neste local durante a maior

catástrofe socioambiental da história de Petrópolis, ocorrida em 15 de fevereiro de 2022 (durante a escrita desta dissertação) e já citada em outras passagens deste trabalho.

Num cenário de destruição completa do primeiro distrito, o bairro do Alto da Serra foi severamente afetado, sobretudo o Morro da Oficina que se confirmou como o local com o maior número de mortos e desaparecidos registrados. Na madrugada da tragédia, quando ainda não tínhamos exatamente a noção do que havia acontecido na cidade, eu me lembro de ouvir as seguintes frases no burburinho da minha vizinhança: “O morro da oficina acabou!”, “Desceu tudo!”. Já com o dia claro, foi possível ter uma pequena dimensão através do meu bairro do que havia acontecido ao redor e as notícias eram as piores possíveis.

A necessidade de voluntários era tremenda e eu me direcionei para um dos pontos de apoio mais críticos que foi a Igreja Santo Antônio, no Alto da Serra. O deslocamento só podia ser feito a pé, pois todas as ruas estavam destruídas. O trajeto minha casa - ponto de apoio (Igreja Santo Antônio), é feito pela rua chamada Avenida Central que liga alguns bairros até o Alto da Serra. Ao fazer este caminho em condições normais era possível, a partir de determinado ponto da Avenida Central, avistar de frente e bem no fundo uma encosta abarrotada de casas, era o Morro da Oficina anunciando que você estava chegando no Alto da Serra.

Porém, nós não estávamos em condições normais e no trajeto até o ponto de apoio foi quando eu entendi o que realmente havia acontecido em Petrópolis. De fato, o Morro da Oficina não existia mais. A encosta que víamos abarrotada de moradias, deu lugar a uma mancha de terra enorme que varreu as casas morro abaixo. O burburinho da madrugada anterior era verdade, o morro tinha descido todo.

Figura 16 - Parte do Morro da Oficina antes da tragédia.

Fonte: Mariana Rocha /@maridcrocha

Figura 17 - Parte do Morro da Oficina após a tragédia.

Fonte: Mariana Rocha /@maridcrocha

Figura 18 - Parte do Morro da Oficina antes da tragédia. Abaixo do Morro, avista-se o conjunto habitacional construído em 1975 onde era o pátio das oficinas ferroviárias.

Fonte: Mariana Rocha /@maridcrocha

Figura 19 - Escombros no Morro da Oficina.

Fonte: Mariana Rocha /@maridcrocha

Os impactos da devastação do Morro da Oficina são imensuráveis. Desde as vidas perdidas até a sociabilidade interrompida de gerações e gerações que cresceram naquele

lugar. Me perguntei inúmeras vezes como seria escrever sobre aspectos da formação do Alto da Serra na dissertação depois da tragédia. Se simplesmente ignorava o ocorrido pois, em última instância, não afetaria o cerne do meu tema ou, se mencionava com dados oficiais, mas sem muitos detalhes. Enfim, durante muito tempo por não encontrar essa resposta, a escrita ficou paralisada.

Ao retomá-la não vi problema em reservar esta pequena parte para falar sobre isso, tendo em vista que a tragédia de 2022 escancarou problemas socioambientais e socioeconômicos que já eram de conhecimento de toda sociedade e autoridade petropolitana, se considerarmos que a situação dos deslizamentos é perene na cidade. Mas, apesar da reincidência, conforme o tempo passa e a poeira abaixa, a vida aparentemente volta ao normal e só se fala sobre a agrura dos desmoronamentos, das habitações em área de risco e etc., quando chega a próxima temporada de chuvas.

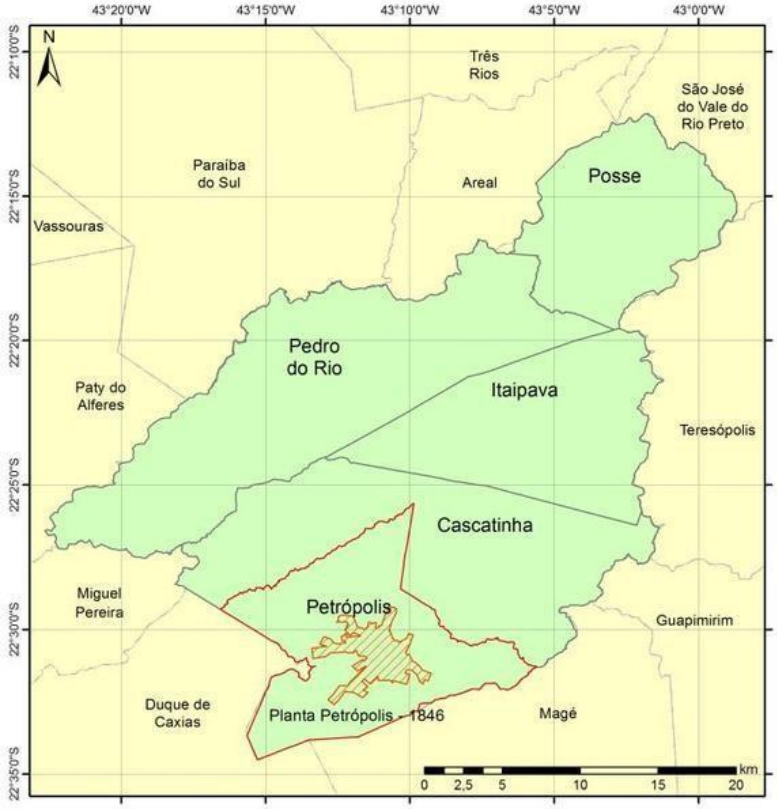
Se, uma das possibilidades acerca do estudo da memória está no fato de que ela pode ser um instrumento importante para as sociedades que enfrentam situações de violência e/ou trauma, defendemos que é preciso fazer memória sobre os eventos das catástrofes socioambientais em Petrópolis. Em respeito a tantas vítimas e pessoas enlutadas que se acumularam de tragédia em tragédia, mas também como ferramenta que contribua para que o enfrentamento ao problema das chuvas seja tema de profundo e constante debate e ações preventivas na cidade.

3.3 Cascatinha: a fábrica e o nascimento do bairro

Atualmente o bairro está localizado há cerca de 5km de distância do centro, no segundo distrito da cidade que também se chama Cascatinha devido à importância que esse núcleo territorial teve para a localidade, sendo o mais populoso desta região e reconhecido também pela sua composição popular.

De modo a facilitar a compreensão sobre a localização do distrito de Cascatinha, vejamos o mapa a seguir com a divisão dos distritos de Petrópolis sendo estes: 1º Distrito Petrópolis; 2º Distrito Cascatinha; 3º Distrito Itaipava; 4º Distrito Pedro do Rio; 5º Distrito Posse. Com uma área de 274 km² de extensão, Cascatinha é o maior distrito da cidade e abrange bairros como o Itamarati, Corrêas, Nogueira, Quissamã, Bairro da Glória, o bairro central do distrito, Cascatinha, entre outros.

Figura 28 - Mapa dos distritos de Petrópolis e municípios vizinhos



Fonte: Revista Brasileira de Geomática, 2017.

A história inicial de Cascatinha (bairro) também está relacionada com a abertura da Variante do Caminho Novo para ligar o Rio de Janeiro à Minas Gerais durante o ciclo de exploração do ouro no século XVIII. Neste contexto, o bandeirante Bernardo Proença, ligado ao governo imperial, recebeu a Sesmaria que se transformou na Fazenda do Itamarati e que depois de desmembrada deu lugar ao bairro Cascatinha.

Apesar da formação da localidade apontar para um período anterior à própria fundação da cidade, o momento de análise pertinente para nosso trabalho é aquele a partir da fixação da Companhia Petropolitana de Tecidos no local, uma das maiores indústrias têxteis de Petrópolis. Neste sentido, verificamos que, tal qual ocorreu com o Alto da Serra, o elemento da instalação de uma fábrica foi fundamental para o crescimento populacional e para a constituição do bairro enquanto uma unidade de convivência.

Wilma Borsato, ex-vereadora de Petrópolis, moradora de Cascatinha, cujo pai trabalhou por 42 anos na Fábrica de Tecidos, em entrevista concedida ao Projeto Preservação e Progresso afirmou que “Cascatinha foi criada pela Companhia Petropolitana, não resta a menor dúvida. E pelos operários, chegou a ter 1800 empregados

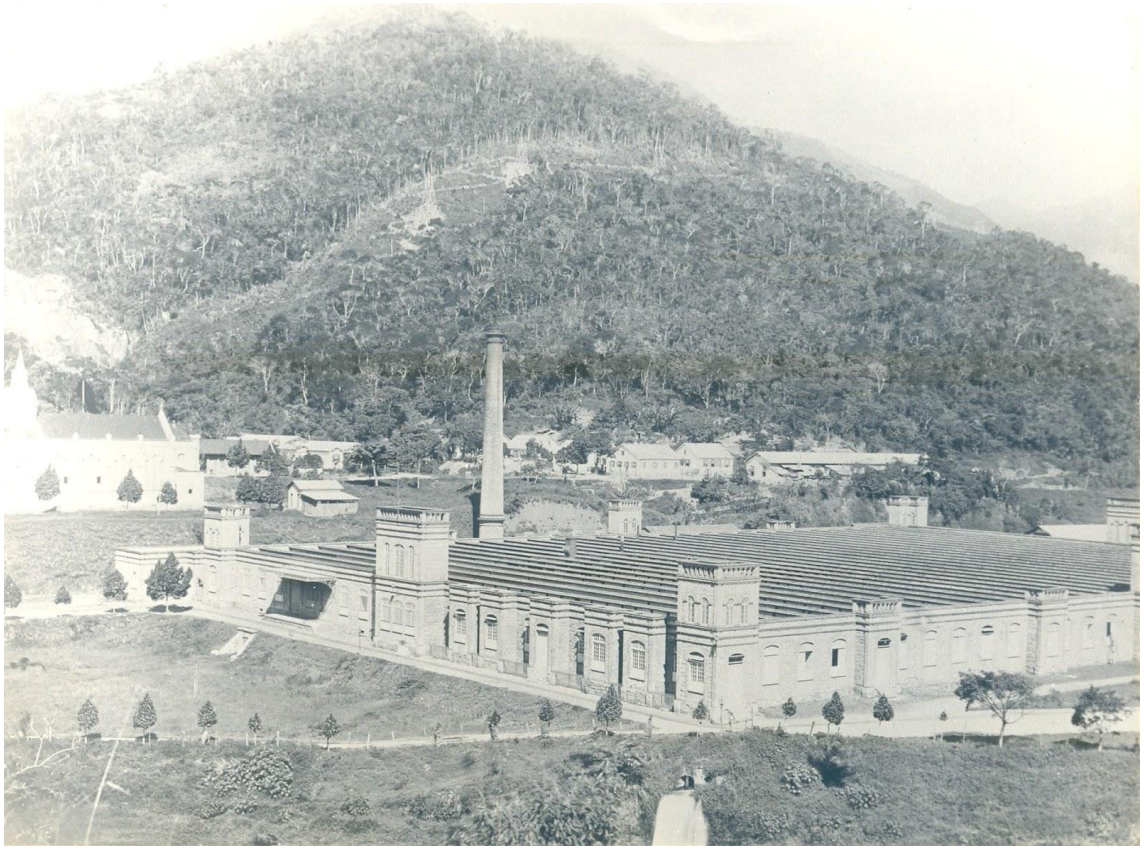
naquela fábrica." (BORSATO, Wilma. 2009). De fato, em nossas pesquisas percebemos que a história do bairro se confunde com a história da Companhia em muitos registros e trabalhos, tornando-se quase impossível separar uma coisa da outra.

O historiador Pedro Aielo que produziu uma pesquisa sobre as unidades fabris da cidade e que já foi citado em nosso trabalho, narra a sua própria experiência enquanto uma pessoa que nasceu e passou a infância em Cascatinha:

> "Talvez Petrópolis seja para muitos a "Cidade Imperial", pouso de descanso da Aristocracia do II Reinado durante o Século XIX e local de refúgio da elite econômica e política fluminense no Século XX. Mas essa realidade não abarca a totalidade dos agentes históricos daquela cidade, dou minha existência como exemplo, pois antes de me ver como morador de uma cidade imperial, me vi como morador de um antigo distrito operário... a fábrica, os nomes dos operários italianos que ficaram nos descendentes, o nome das ruas de Cascatinha e suas imediações me são mais familiares e identificáveis do que o Palácio Imperial (hoje Museu Imperial) e os nomes alemães dos antigos colonos germânicos que foram levados para Petrópolis como parte do projeto monárquico de ocupar e construir a cidade de verão do imperador." (AIELO, Pedro Paulo Mesquita, 2012 p. 10-11)

O relato de Aielo demonstra que a presença da Companhia Petropolitana foi um componente que marcou parte de sua vida, mesmo tendo vivido no bairro após a fábrica já estar desativada. Não seria incorreto dizer que, assim como Pedro, outras gerações que não necessariamente conviveram com o cotidiano da indústria a pleno vapor, também guardaram aspectos da Cascatinha operária devido a força que esse elemento exerceu ali. E, talvez, isso esteja relacionado com o formato com que a fábrica estruturou ao longo dos anos aquele lugar, falaremos disso adiante.

Figura 29 - Fachada da Companhia Petropolitana de Tecidos - provavelmente 1911



Fonte: Arquivo Histórico/Museu Imperial *apud* Laboratório de História Oral e Imagem - UFF

Porém, antes, cabe uma breve explanação sobre a fundação da Companhia em si. A fábrica foi fundada em 1873 por Bernardo Caymari (tendo passado por diversas administrações até o seu fechamento), de origem cubana e também foi uma grande beneficiária da Estrada de Ferro Leopoldina (até a sua desativação), para o transporte de matérias-primas e produtos. Igualmente a outras indústrias citadas em nosso trabalho, a origem do capital investido na Companhia Petropolitana de Tecidos seria oriundo do Rio de Janeiro, cidade na qual a fábrica possuía seu escritório sede.

Na gênese da Petropolitana, além de alguma mão-de-obra local, foram contratados muitos imigrantes, sobretudo italianos para compor o quadro de funcionários. Desse modo, o bairro possuía cerca de 44% da população de estrangeiros à época (ARBOS, 1943, p. 2015 *apud* AIELO, 2012, p. 27).

Figura 30 - Trabalhadores do setor de fiação da Companhia Petropolitana de Tecidos - provavelmente 1911

Fonte: Arquivo Histórico/Museu Imperial apud Laboratório de História Oral e Imagem - UFF

Com o passar dos anos a Companhia alcançou relevância nacional e tornou-se a maior fábrica têxtil da cidade, tanto do ponto de vista da produção de tecidos, quanto do ponto de vista do emprego de mão-de-obra. Simultaneamente, ao passo do crescimento da fábrica, o bairro se desenvolveu no entorno da unidade que iniciou um processo de construção de casas para acomodar seus funcionários. Foi o início da constituição do que passou a se chamar de Vila Operária de Cascatinha que foi tombada em 1982, tornando-se a primeira vila operária no país a ser tombada pelo patrimônio histórico. Sobre isso Aielo apresenta:

> "O crescimento da Companhia era acompanhado pelo crescimento do operariado. A construção da vila operária aumentava o número de habitantes da região e dava uma nova dinâmica à paisagem. Pode-se mesmo argumentar que foi com a consolidação da ocupação operária, com pessoas vindas de várias regiões do Brasil e da Europa, que a região chamada Westifália passa a ser socialmente conhecida como Cascatinha. A nova ocupação do lugar, com o amplo crescimento da vila operária, rendeu uma espécie de renomeação do

> bairro, tamanha era a importância da vila operária da Companhia Petropolitana." (AIELO, Pedro, 2012, p. 55)

Acerca da vila, Borsato relembra alguns detalhes em sua entrevista transcrita abaixo:

> "Os quartos, a estação e é assim mesmo… Porque o povo é quem dava nome ao lugar onde morava. Onde você morava? Nos quartos. Por que quartos? Porque quando iniciou os quartos, eram quartos pequenos para morar os operários que vinham solteiros. Então era uma coisa pequena, que dava lugar para uma cama, um armariozinho, uma mesinha com (?) e um banheiro. Então eram os quartos, né. E até hoje, depois fizeram umas casas maiores ali, o pessoal diz assim: onde você mora? Eu moro nos quartos. Onde você mora? Eu moro no sobrado. Onde você mora? Eu moro na vilinha. Então tudo ali era apelidado. Hoje tem nome de rua, mas a maioria ainda usa no passado." (BORSATO, Wilma. Entrevista concedida ao projeto Preservação e Progresso, 2009)

Em dado momento, a Petropolitana oferecia um conjunto de serviços bem completos para seus funcionários e também moradores do bairro. Temos conhecimento da existência de uma creche, enfermaria, farmácia, sala de música e etc., todas à disposição dos trabalhadores e de fácil acesso devido a localização próxima às moradias e o local de trabalho. Fator que, inclusive, reforçava a convivência para os mais diversos fins dentro do próprio bairro. Tendo em vista que, com diferentes serviços ofertados naquela circunscrição, não havia necessidade de recorrentes deslocamentos para o centro de Petrópolis. Esse modo de estruturação organizado pela fábrica é o que falamos no início deste tópico. Pois, essa possibilidade surgida outrora de "fazer tudo" em Cascatinha, transformou-se num hábito dos moradores posteriores e intensificou uma vida ativa no bairro que pode ser percebida até os dias atuais.

Porém, esse suporte infraestrutural oferecido pela Companhia e divulgado como uma tradição, também pode ser compreendido através de uma lógica social do interior da fábrica (AIELO, 2012) usada como uma estratégia para amansar os trabalhadores e evitar possíveis reclamações inerentes às contradições das relações capital x trabalho.

Marilécia Oliveira Santos também trata deste assunto em sua tese intitulada "O Viver na Cidade do Bem. Tensões, conflitos e acomodações na vila operária de Luiz

Tarquínio na Boa Viagem – BA", onde ela faz um estudo sobre a dinâmica da vida dos trabalhadores em uma vila operária no estado da Bahia.

Neste sentido, encontramos algumas características similares entre aspectos da vila estudada por Marilécia e a vila de Cascatinha como, justamente, o aspecto dos serviços estruturais oferecidos pelas empresas. A autora reforça o argumento de que, muitas vezes, estes suportes internos ofertados objetivavam "minimizar as possíveis resistências" (SANTOS, 2010, p. 71) e encobrir as tensões vividas no universo do trabalho. Não à toa, a infraestrutura disponibilizada no bairro da Companhia Petropolitana de Tecidos ficou reconhecida por ser superior ao que era proporcionado por outras indústrias petropolitanas e foi divulgada como uma marca positiva da empresa.

Admitindo variações nesta lógica administrativa durante os diversos comandos centrais da fábrica durante seu funcionamento, num geral, a Petropolitana teve como praxe a sequência deste formato de dominação por meio de concessões, tal qual Aielo aponta:

> "Forja-se assim uma teia social baseada em uma dupla estratégia por parte dos agentes que interagiam na Companhia. O empresariado buscava nessas relações atender os operários, mas também tinha de obter o lucro, para tanto, lança mão das benevolências para manter o operariado pouco combativo e apto ao trabalho." (AIELO, Pedro, 2012, p. 64)

Este mito conciliatório (AIELO, 2012) produziu uma cultura política na vida operária da Companhia de Tecidos diferente de outras fábricas congêneres. Nas greves entres os anos 1917-1920, por exemplo, registram-se as movimentações grevistas em outras unidades fabris da cidade, enquanto na Petropolitana não há ocorrência desta ordem. O historiador Pedro Aielo descreve mais um pouco sobre esta dinâmica:

> "Conforme analisado no capítulo anterior, os operários da Companhia Petropolitana mantinham-se conforme a vontade da classe dirigente desde que houvesse por parte desta uma postura concessiva frente àqueles operários (...) Nesse contexto, pode-se argumentar a respeito de uma postura operária voltada à inoperância como estratégia social na citada companhia. A aceitação era uma prioridade do operariado a fim de galgar vantagens e receber benevolências…" (AIELO, Pedro, 2012, p. 87-88)

Todavia, ainda que a lógica consensual continuasse a ser aplicada pela direção do empresariado, com o passar dos anos foi possível verificar algumas mudanças neste paradigma das relações de poder interna da fábrica e um aumento na conscientização do operariado, sobretudo a partir dos anos de 1930.

Tanto é que em junho de 1935 os trabalhadores da Companhia Petropolitana de Tecidos protagonizaram uma greve com grandes proporções na cidade em conjunto com operários têxteis de outras fábricas. Esta ocasião foi produto da tensão local entre a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora, essa última, vinculada ao movimento sindical da cidade. Em março do mesmo ano, alguns meses antes da greve geral, os trabalhadores da Fábrica de Tecidos já haviam organizado uma paralisação contra a exigência de compensação do dia não trabalhado no feriado de quarta-feira de cinzas através de horas extras nos dias subsequentes e contra o Congresso Integralista marcado para aquele mês na cidade, conforme indica o trecho adiante publicado no Jornal de Cascatinha:

> " Os operários da Companhia Petropolitana declaram-se em greve no dia 7!
> Declarando-se contrários a um aviso que foi afixado na parede antes do Carnaval, dizendo não trabalhar esse importante estabelecimento fabril na quarta-feira de cinzas, em compensação, porém, deveriam os operários trabalhar uma hora a mais nos primeiros 8 dias subsequentes, até desforrar o dia perdido. Os trabalhadores de uma seção, em número aproximado de 400, fizeram uma greve de protesto, logo após o almoço, na quinta-feira, estendendo-se a outras seções, tendo às 4 horas (uma hora antes) paralisado outras seções como protesto também.
> Esse fato teve caráter sério, pois, pela manhã havia dizeres numa calçada de Cascatinha e numa das pontes contra a instalação do Congresso Integralista em Petrópolis e contra as 9 horas diárias, aconselhando os operários à greve." (Jornal de Cascatinha, 1935 apud Machado, Paulo Henrique, 2015 p. 77)

Neste trecho acima é perceptível uma postura mais ativa dos funcionários da Petropolitana, bastante diferente da inoperância que dantes vigorava na dinâmica de benfeitorias dentro da fábrica. Notadamente identifica-se, além das reivindicações corporativas, a preocupação com aspectos da macropolítica como a disputa entre as tendências integralistas e aliancistas na cidade. Na qual, nesta disputa, os trabalhadores da Companhia ultrapassaram os limites dos muros do local de trabalho e emitiram seus

posicionamentos em vias de passagem no bairro. Utilizamos estes exemplos para reforçar a ideia de um amadurecimento da conscientização dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos com o passar do tempo.

Assim sendo, durante as transformações das relações de poder na Companhia, as tensões que sempre existiram, mas que passaram a ser evidenciadas com mais frequência, o crescimento da indústria, suas crises e recuperações, as mudanças de administração da fábrica, o bairro de Cascatinha moldou-se neste cotidiano da vida operária e sua existência, tal qual se configurou, nos permite encontrar outras memórias na elaboração sobre a cidade dita imperial. Como bem afirma Ambrozio:

> "Os bairros deram chá de sumiço nessa administrativa partilha urbana engenhada pelo Império, porquanto os bairros foram retalhando os quarteirões, nomeando lugares a partir de um popular residente ou notório proprietário do local, por vezes nomes saídos de uma qualidade ou singularidade do sítio - em razão de uma curva de rio ou do entroncamento de vias. O avanço dos bairros fez esquecer as antigas designações das áreas ditadas pela Casa Imperial e, em outros casos, substituiu o próprio vocabulário quarteirão pela palavra bairro." (AMBROZIO, Júlio. 2013, p. 259)

3.3.1 O bairro de bases operárias e a ditadura

Nas décadas de 1960 em diante Cascatinha já havia crescido para além dos limites da vila operária e da vinculação direta com a Companhia de Tecidos. A população já era composta por pessoas que atuavam nos mais variados setores, mas o bairro manteve sua conformação majoritariamente constituída pelas camadas trabalhadoras. E, portanto, permanecia lido como o maior bairro popular do 2º distrito da cidade.

Apesar da diversificação das atividades laborais dos moradores, certamente, muitos ainda eram funcionários da fábrica de tecidos ou tinham na sua árvore genealógica esta origem da família, aspecto que mantinha e mantém até hoje, ainda que de outras formas, o universo operário presente nas lembranças dos locais.

Uma vez instaurada a ditadura, como a vida deste bairro de bases operárias transcorreu? Pois, igualmente ao Alto da Serra, a existência de uma fábrica de grande proporção colocou aquele território sob vigilância das autoridades durante o regime,

tendo em consideração a perseguição que os trabalhadores e o movimento sindical sofreram de um modo geral naquele período.

Num primeiro momento, com base no que havia sido definido em reunião do Conselho Sindical da cidade no dia anterior ao golpe, aponta-se que a Companhia Petropolitana de Tecidos também aderiu à greve geral convocada para o dia 1 de abril de 1964 sob comando do CGT como uma ação de resistência. Para obter mais detalhes sobre isso, fizemos uma busca dos exemplares do Jornal de Cascatinha, um jornal do bairro que tinha grande circulação e funcionava naquela época, no Arquivo Histórico Municipal.

No entanto, não encontramos as publicações do jornal entre os dias 30 de março e 4 de abril de 1964. A última publicação do jornal no mês de março de 1964 que consta no arquivo é a do dia 29 e a primeira publicação do mês subsequente do mesmo ano, já é no dia 5 de abril. A falta das publicações, justamente, dos dias anteriores e posteriores ao golpe, inviabilizou analisarmos o que a imprensa bairrista publicava sobre os acontecimentos de Cascatinha naqueles dias.

Apesar disso, algumas informações sobre esta ação de resistência através da paralisação da Petropolitana foram publicadas pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis em seu relatório. Segundo o depoimento do presidente do Sindicato dos Têxteis de Cascatinha à época, Paulo Pedro Toraldo:

> "(...) ele, no dia 31 de março, seguira ordem do CGT de paralisação geral das fábricas, e para isso, teria conversado com o gerente da Companhia, tendo a fábrica funcionando até às 23 horas, encerrando então todos os serviços e fechando os portões." (Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 60-61)

É oportuno explicar rapidamente que até a década de 1970 existiam dois Sindicatos dos Têxteis em Petrópolis, respectivamente: o Sindicato do 1º Distrito e o Sindicato do 2º Distrito, este último era o que representava os trabalhadores da Companhia Petropolitana de Tecidos. O Sindicato do 2º Distrito permaneceu em funcionamento até o fim dos anos 70 e depois foi incorporado ao Sindicato do 1º Distrito. Este período de encerramento das atividades do sindicato de Cascatinha coincide também com a data de fechamento da fábrica Petropolitana.

Ainda sobre a adesão da Companhia de tecidos de Cascatinha à greve do dia 1 de abril convocada em Petrópolis contra a ditadura, outra versão foi apresentada à polícia pelo então gerente da fábrica Penn C. Menhinick, diz ele:

> "(...) o sindicalista havia telefonado às quatro horas da manhã com a advertência de que, por ordem do CGT, a fábrica não funcionaria; que Toraldo impediu a entrada do foguista cuja tarefa era acionar o apito da fábrica e que ele e um grupo amarraram os portões da fábrica." (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Pedro Paulo Toraldo *apud* Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 60-61)

Ao analisarmos os relatos citados percebemos que a versão apresentada pelo presidente do sindicato não explicita detalhes sobre o fechamento da fábrica e ressalta que ele teria "conversado" com o gerente da Petropolitana anteriormente, enquanto que na versão expressada pelo gerente da Companhia aparece com objetividade a forma como teria ocorrido a paralisação da fábrica, salientando que os operários em conjunto com o presidente do sindicato teriam amarrado os portões de modo a impedir que outras pessoas entrassem. Ao trazer estas duas versões, não temos a finalidade de deliberar sobre a legitimidade de uma ou de outra, mas, justamente, ressaltar os embates políticos manifestados nos próprios relatos sobre aquele momento.

Acerca das diligências das autoridades do regime sobre os trabalhadores da Cascatinha, um antigo operário (cujo nome foi mantido em sigilo) concedeu o seu testemunho para a Comissão Municipal de Verdade de Petrópolis, no qual aponta que ele e outros trabalhadores foram detidos na fábrica, colocados na ambulância do sindicato, tendo ficado quinze dias isolados no 1º Batalhão de Caçadores (Relatório Comissão Municipal da Verdade, 2018).

Em convergência com este testemunho citado, outra referência sobre a ambulância do sindicato aparece nas memórias do médico Rubens Bomtempo quando o mesmo declara que muitos sindicalistas foram presos durante o mês de Abril de 1964 e que parte dessas prisões teriam sido realizadas com o suporte da ambulância do sindicato de Cascatinha que havia sido apoderada pela repressão (BOMTEMPO, 2006).

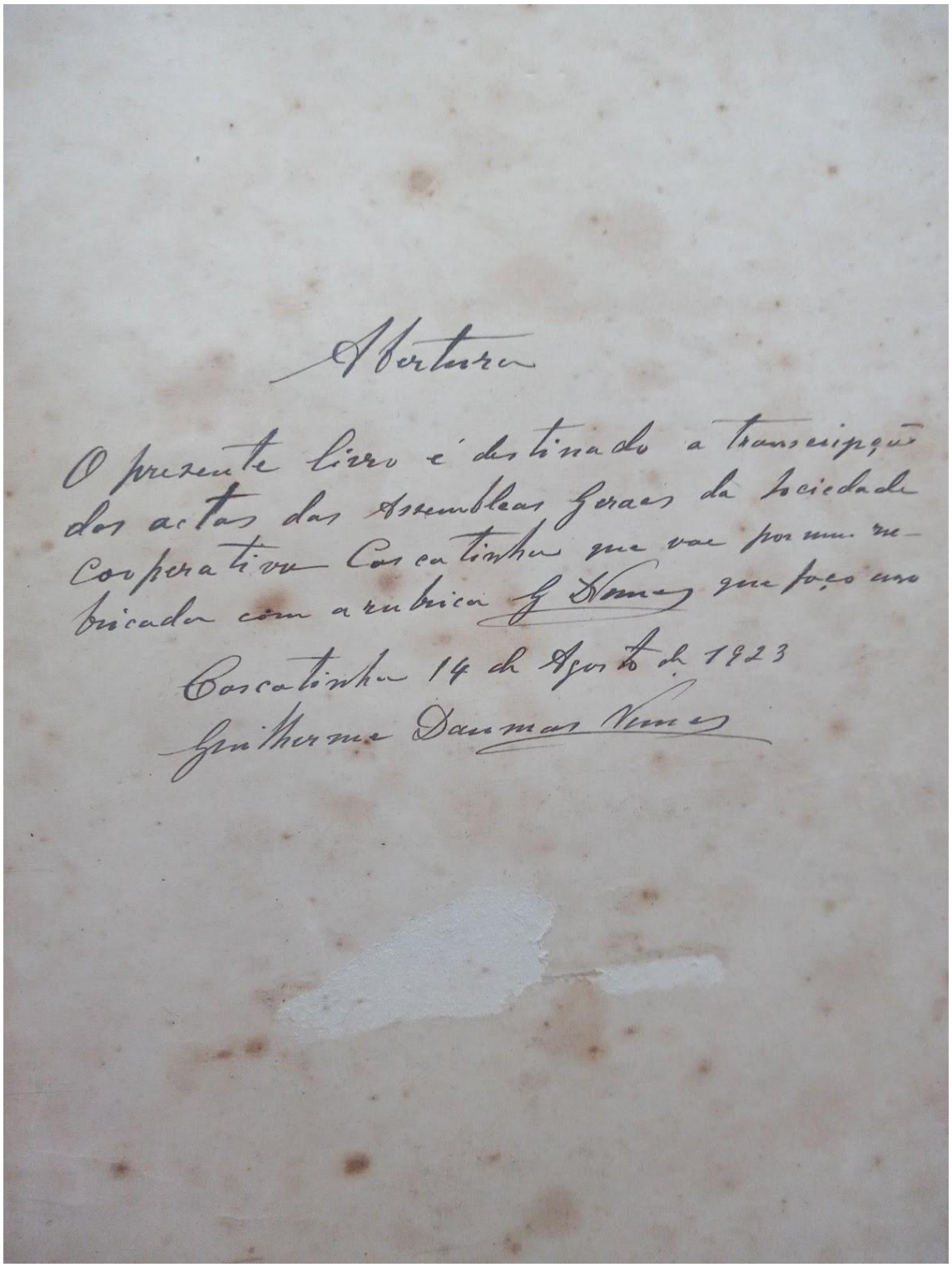
Wilma Borsato, que já foi citada em nosso trabalho, idealizou o Centro Cultural de Cascatinha que funciona atualmente onde funcionava a Estação de Trem da localidade. O objetivo do Centro Cultural é, justamente, preservar a história do bairro e também da

própria fábrica de tecidos. Neste sentido, com a finalidade de reunir material para o Centro Cultural, Wilma juntou memórias de José Maciel Neto que era diretor da Companhia Petropolitana nos primeiros anos da ditadura e através deste material destaca-se:

> "(...) as prisões dos dirigentes sindicais de Cascatinha. Menciona a intervenção no sindicato e a ocorrência de prisões de sindicalistas imediatamente após o golpe militar de 1964, citando o nome de Paulo Toraldo, e que ele próprio quase foi preso por impedir prisões dentro da fábrica." (COSTA, 2016 apud Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 66)."

Assim, fica em evidência que a ação do regime militar de desarticular o movimento sindical onde fosse possível também recaiu sobre o sindicato e o operariado da Cascatinha. Apesar disso, para encontrar mais informações que pudessem revelar outros casos de perseguição dentro da Companhia Petropolitana, analisamos o "Livro Ata" da Sociedade Cooperativa de Cascatinha, onde estão as atas das assembleias dos trabalhadores da fábrica entre o período de 8 de março de 1964 até 20 de maio de 1968.

Figura 34 - Abertura do Livro Ata da Sociedade Cooperativa de Cascatinha



Fonte: Foto minha / Centro Cultural de Cascatinha

Porém, constatamos que não aparece em nenhuma ata das assembleias do período informado acima, registros sobre violência ou perseguição a algum trabalhador da Companhia. Também não encontramos nenhum apontamento sobre o momento político do país que fizesse qualquer alusão à ditadura. Nos períodos analisados o tema das

assembleias repetia-se, tratava-se dos enfrentamentos à crise da fábrica e a situação grave na qual os operários estavam passando em decorrência disto.

Do ponto de vista de ações articuladas no bairro com vistas à oposição à ditadura, para além das iniciativas vinculadas ao sindicalismo, temos conhecimento da existência do chamado "Grupo dos Onze" de Cascatinha. Os intitulados "Grupo dos Onze" originaram-se por todo o Brasil entre os anos de 1963-1964 a partir de uma iniciativa do político Leonel Brizola que convocava a população brasileira através de pronunciamentos na rádio. A nomenclatura usada como "Grupo dos Onze" é porque Brizola fazia uma alusão ao time de futebol e argumentava que todos os brasileiros, até os mais humildes, compreenderiam essa forma de organização. No contexto daquele momento político do país os grupos seriam espaços para "defender a reforma agrária, defender a bandeira brasileira contra o imperialismo e para, com sua atuação organizada, forçar as reformas de base" (ALMEIDA, 2015, p.4).

Pelos objetivos de formação dos "Grupos dos Onze", obviamente, os mesmos tornaram-se alvos diretos da perseguição política por parte da ditadura a partir da sua vigência. Segundo Almeida (2015, p.7) que fez um estudo sobre os "Grupos dos Onze" na região do Alto Uruguai gaúcho "As listas com os nomes dos integrantes dos grupos foram confiscadas pelos militares e aqueles cujos nomes constavam nessas listas foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e perseguidos".

Dessa forma, moradores de Cascatinha influenciados de uma forma geral pelas convocações de Brizola teriam organizado o "Grupo dos Onze" daquele bairro, mas rapidamente foram detectados pelas autoridades repressivas. Sendo assim, a polícia política de Petrópolis recebeu uma declaração de colaboração de Alceu de Oliveira Martins, na qual o mesmo afirma saber de quatro núcleos do "Grupo dos Onze" na cidade, sendo um deles em Cascatinha, conforme divulgado pela CMVP:

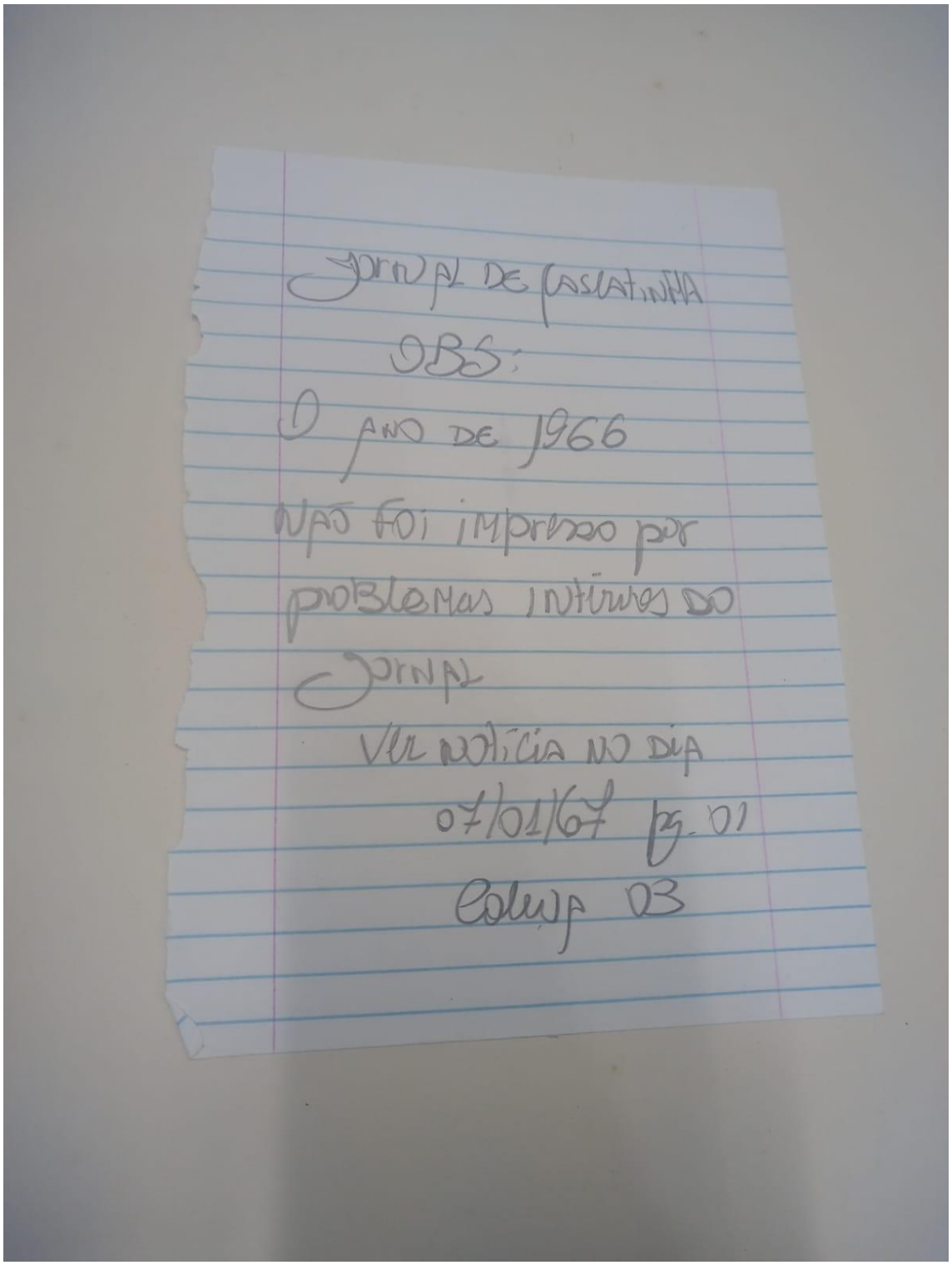
> " (...) inquirido pela autoridade, DISSE: que tem conhecimento da existência em Petrópolis, de quatro unidades do chamado "Grupo dos Onze"; que também sabe da existência de duas unidades no município de Terezópolis; que sabe, por ouvir dizer, que uma das unidades foi fundada no distrito de Cascatinha, da qual era líder e presidente o indivíduo LEO QUADRIO NETO e vice-líder PAULO PEDRO TORALDO" (Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 81)."

O líder do “Grupo dos Onze” do bairro, Leo Quadrio Neto, foi preso em 5 de julho de 1964 e firmou-se um inquérito contra os demais supostos integrantes. No ano de 1966 o Superior Tribunal Militar ordenou a procura pelos outros suspeitos participantes do “Grupo dos Onze” que eram considerados foragidos. Desse modo, a mando do DOPS a Rádio Patrulha da cidade organizou buscas, porém, encontrou apenas o integrante Deocleciano Toraldo (Relatório da CMVP, 2018).

Apesar de Pedro Paulo Toraldo, presidente do Sindicato dos Têxteis de Cascatinha, também constar como um integrante do “Grupo dos Onze” do bairro, compreendemos que a criação do grupo se configurou como uma tentativa mais ampla de organização local em oposição ao regime ditatorial, abarcando pessoas de Cascatinha que não necessariamente eram vinculadas ao movimento sindical existente na fábrica de tecidos. Logo, a existência deste grupo em Cascatinha colabora para o entendimento de que ocorreram espaços de embate político na cidade durante os anos da ditadura, ainda que tenham sido rapidamente desmontados pela lógica da perseguição.

Já entre os anos de 1966 e 1967 a Companhia Petropolitana de Tecidos enfrentou uma crise severa que gerou a paralisação total das atividades fabris por parte dos trabalhadores através do comando do sindicato da região. Com o intuito de encontrar as notícias sobre a situação da greve em 1966, buscamos as informações publicadas pelo Jornal de Cascatinha. No entanto, por um problema interno do jornal as edições do ano de 1966 não foram impressas, conforme atesta o aviso do Arquivo Histórico Municipal fixado no bloco do Jornal do ano seguinte (1967).

Figura - Aviso sobre a impressão do Jornal de Cascatinha do ano de 1966



Fonte: Foto minha / Arquivo Histórico Municipal

Porém, no mês de janeiro de 1967 já aparecem notícias que versam sobre a movimentação dos trabalhadores da fábrica diante do cenário de atrasos de salários. Vejamos o registro a seguir, datado de 7 de janeiro de 1967 no Jornal de Cascatinha:

Figura - Notícia comunicando a continuidade de greve na fábrica de tecidos

SÁBADO, 7 DE JANEIRO DE 1967 — ESTADO DO RIO — NUMERO 1998

J.J. Agradece

Vereador Jayme Justo da Silva

Com a nossa Vitória as urnas, depois do re-ente pleito, não poderia eixar de apresentar os eus maiores agradeci-entos ao grupo de ami-os, sinceros e leais, que ufragaram o meu nome, afirmando a confiança ue sempre tiveram na inha atuação honesta decidida durante a mi-ha permanência no Le-islativo Municipal e Es-adual.

Consigno pois, nesta declaração, o meu sincero agradecimento, prometendo humildemente tudo fazer pelo engrandecimento de nossa Cascatinha e do Município de Petrópolis.

A todos, os nossos votos de PRÓSPERO ANO NOVO.

Petrópolis, janeiro, 1967

(ass.) JAYME JUSTO DA SILVA E SENHORA.

FORMATURA NO LICEU MUNICIPAL

Gréve!

Lamentavelmente, perdura a crise na Companhia Petropolitana, agora, agravada com a deflagração da gréve, recurso extremo encontrado pelos seus operários.

O problema, de profundidade muito maior do que parece a primeira vista, é, porém, crucial para empregadores e empregados.

Nos lares operários ronda o fantasma da fome e, em muitos dêles, já lá se encontra instalada, gerando — má conselheira que é — o desânimo a revolta e tantas outras manifestações de que é capaz a alma humana, quando ferida nas suas razões de sobrevivência.

Um ponto, porém, é pacífico: urge, é preciso, imperioso, imprescindível, inadiável, salvar a Companhia Petropolitana!

É um patrimônio assás valioso, para que se permita a suprema injustiça de vê-lo perdido para sempre, inerte, irreversível, na vala comum da fatalidade!

Nêstes longos decênios que serviu à comunidade cascatinhense muito maior é o acêrvo de benesses que proporcionou e, em número infinitamente menor, o seu crédito de amarguras levadas à quem quer que seja.

Infelizmente, as benesses são parcelas de uma soma, ao passo que as amarguras são fatores de multiplicação, variando com o estado de alma de cada um...

Avós, pais, filhos e netos, aqui construiram seus lares. Trabalharam lutaram bravamente, construiram o progresso da Petropolitana. A Companhia, mensalmente, pagando-lhes o salário, devolvia-lhes a vontade de trabalhar, sempre mais, cada vez mais. Tudo em família, uma grande família, na qual se irmanavam patrões e empregados! Todos lucravam!

TANTO lucravam, que o progresso foi atingido, as vitórias alcançadas, os ideais se concretizaram, o conforto instalou-se em quasi todos os lares.

Se fizermos um rápido esforço, a nossa memória nos lembrará quantos operários, filhos e netos de operários, desfrutam, hoje, de invejável posição social e econômica: médicos, advogados, contadores, oficiais das Forças Armadas, dentistas, grandes proprietários de indústrias, comerciantes, altos funcionários federais e municipais, empresários, jornalistas, chefes de importantes setores especializados na indústria e no comércio, músicos, e tantas outras profissões, que enobrecem e honram, cobrem de louros e exaltam a origem humilde dos seus possuidores.

É muita glória para ser faturada na conta de um mau Destino!

É um bem comum: pertence à Companhia Petropolitana e aos operários!

O jornalista tem que conservar a cabeça fria.

Autoridades! Diretores! Operários!

Pela honra de Cascatinha, a Companhia Petropolitana não póde parar!

Fonte: Foto minha / Arquivo Histórico Municipal

Apesar desta notícia ser do ano de 1967, o momento de turbulência na fábrica já tinha começado no ano anterior e, consequentemente, as dificuldades vividas pelos trabalhadores também. Assim, alguns episódios de mobilizações e embates ocorreram no transcurso deste ano. No mês de março registra-se uma passeata dos trabalhadores de Cascatinha no centro de Petrópolis:

> "Em 3 de março de 1966, os operários da Cia., por conta de dois meses de atraso dos salários, entraram em greve. Desfilaram pela Avenida 15 de Novembro (atual Rua do Imperador) com tabuletas de protesto e uma bandeira nacional estendida com pedido de ajuda financeira." (Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 100)."

Devido à permanência das adversidades na Companhia, verificou-se uma situação de embate na própria fábrica já no mês de julho do mesmo ano, desembocando em advertências ao tecelão Eduardo Souza Mello e presença da política no local, conforme informado adiante:

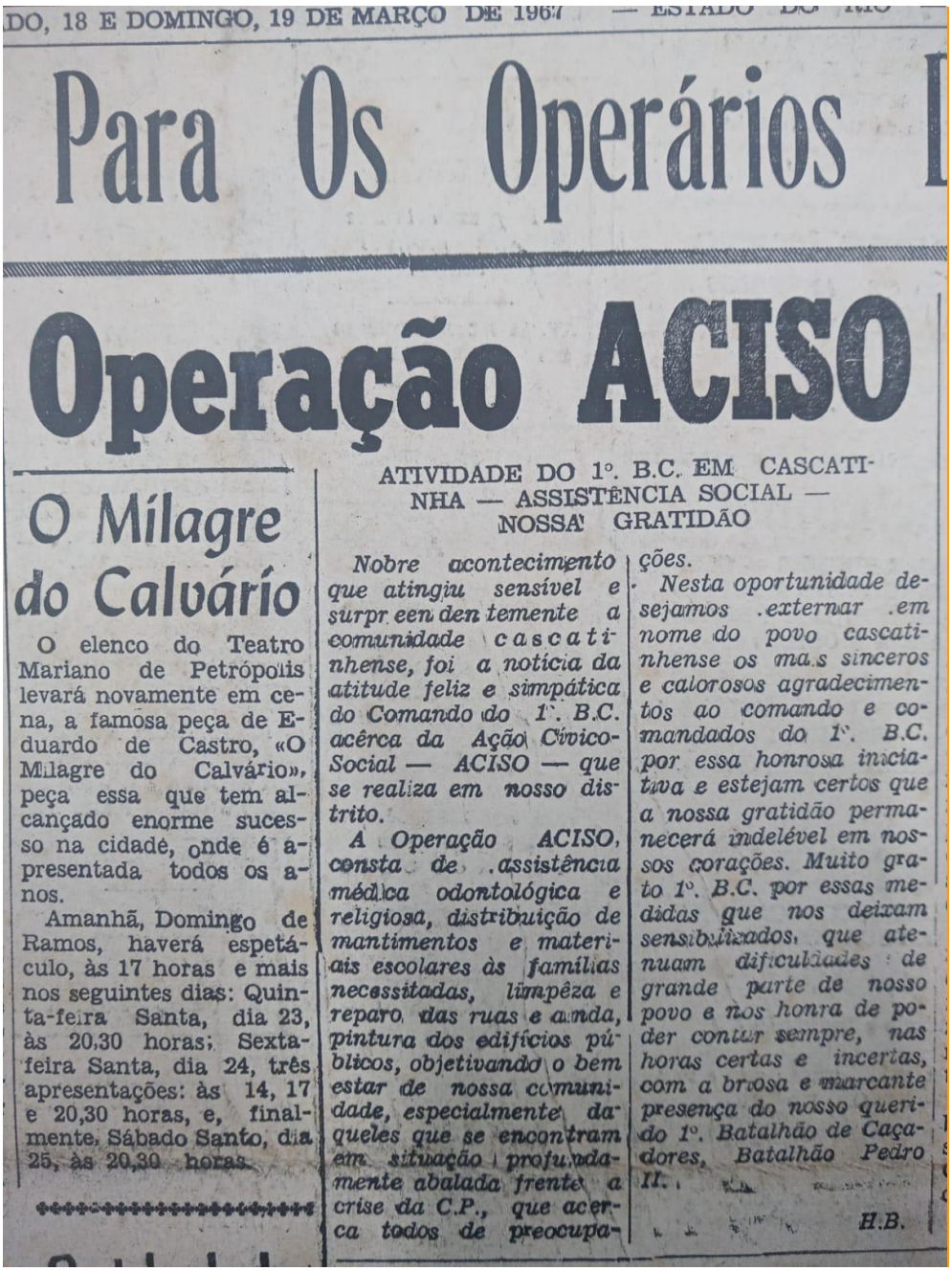
> "A segunda suspensão, em 5 de julho, por desacato ao chefe da sala de pano, ao tê-lo chamado de "burro" (obviamente o motivo do destempero não é anotado): não apenas comparece ao trabalho no dia seguinte, mas afirma que apenas com a polícia sai de lá; chegando a Rádio Patrulha, acontece a paralisação da tecelagem da Fábrica Velha, seguindo-se outras paralisações. A Rádio Patrulha, apesar de chamada a intervir, não pode agir devido à ação dos operários. Com a chegada do reforço e da polícia civil, inclusive do chefe do DOPS, Wilson Madeira, a situação poderia ter evoluído para o confronto, não fosse a mediação do comissário Milton Moraes, aceitando os operários retomar o trabalho. Ainda assim, dois policiais permanecem lá a postos para prevenir qualquer ato de violência contra o Gerente da Fábrica." (Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 2018, p. 101)."

No final do ano de 1966 e com uma greve que já perdurava quase o ano todo, os operários da fábrica voltaram a organizar uma passeata no centro de Petrópolis, precisamente no dia 30 de novembro de 1966 (Relatório da CMVP, 2018, p. 101).

Dada a conjuntura repressiva da ditadura, essa situação de colapso da fábrica e fervedouro entre os trabalhadores nos perguntamos como as autoridades da polícia política teriam atuado. Neste sentido, tomamos conhecimento de uma operação do 1º Batalhão de Caçadores do exército, chamada "Operação Aciso", que aconteceu no bairro

de Cascatinha e que foi divulgada do seguinte modo pelo Jornal de Cascatinha em 18 e 19 de março de 1967:

Figura 33 - Operação Aciso



DO, 18 E DOMINGO, 19 DE MARÇO DE 1967 — ESTADO DO MA

Para Os Operários I

Operação ACISO

O Milagre do Calvário

O elenco do Teatro Mariano de Petrópolis levará novamente em cena, a famosa peça de Eduardo de Castro, «O Milagre do Calvário», peça essa que tem alcançado enorme sucesso na cidade, onde é apresentada todos os anos.

Amanhã, Domingo de Ramos, haverá espetáculo, às 17 horas e mais nos seguintes dias: Quinta-feira Santa, dia 23, às 20,30 horas; Sexta-feira Santa, dia 24, três apresentações: às 14, 17 e 20,30 horas, e, finalmente, Sábado Santo, dia 25, às 20,30 horas.

ATIVIDADE DO 1º. B.C. EM CASCATINHA — ASSISTÊNCIA SOCIAL — NOSSA GRATIDÃO

Nobre acontecimento que atingiu sensível e surpreendentemente a comunidade cascatinhense, foi a notícia da atitude feliz e simpática do Comando do 1º. B.C. acêrca da Ação Cívico-Social — ACISO — que se realiza em nosso distrito.

A Operação ACISO, consta de assistência médica odontológica e religiosa, distribuição de mantimentos e materiais escolares às famílias necessitadas, limpêza e reparo das ruas e ainda, pintura dos edifícios públicos, objetivando o bem estar de nossa comunidade, especialmente daqueles que se encontram em situação profundamente abalada frente a crise da C.P., que acerca todos de preocupações.

Nesta oportunidade desejamos externar em nome do povo cascatinhense os mais sinceros e calorosos agradecimentos ao comando e comandados do 1º. B.C. por essa honrosa iniciativa e estejam certos que a nossa gratidão permanecerá indelével em nossos corações. Muito grato 1º. B.C. por essas medidas que nos deixam sensibilizados, que atenuam dificuldades de grande parte de nosso povo e nos honra de poder contar sempre, nas horas certas e incertas, com a brosa e marcante presença do nosso querido 1º. Batalhão de Caçadores, Batalhão Pedro II.

H.B.

Fonte: Foto minha / Arquivo Histórico Municipal

Louvada pelo jornal local como uma iniciativa honrosa do batalhão do exército, devido às dificuldades vividas no bairro como consequência da crise da fábrica, na

verdade, a Operação Aciso integrou um programa militar implementado em todo o Brasil durante a ditadura com vistas a conter a expansão "revolucionária" através da presença dos militares "in loco" e da aproximação com as populações locais. Operações do mesmo caráter, por exemplo, foram implementadas durante o combate dos principais movimentos de guerrilha em oposição ao regime que foram as guerrilhas do Caparaó e do Araguaia. Sobre as Operações Aciso, vejamos a seguir:

> "(...) tais tipos de ações voltadas aos residentes em áreas carentes foram construídas a partir das disputas ideológicas no contexto da Guerra Fria e da luta anticomunista. As operações de assistência faziam parte da estratégia das Forças Armadas e do governo militar para conter uma possível ascensão de grupos de esquerda (...) As ações cívicas estavam integradas às doutrinas que repensavam as novas formas de enfrentamento aos inimigos dos tempos de Guerra Fria. Estas novas concepções definiam como ineficazes as antigas teorias que versavam sobre as formas convencionais de guerras. O mero recurso às armas e o fortalecimento das grandes unidades do Exército não seriam suficientes para conter sublevações que irromperiam no interior do próprio país (...)" (GUIMARÃES, Plínio Ferreira, 2015, p. 1-2)

Tendo em vista o objetivo central das Operações Aciso, compreendemos que sua execução em Cascatinha, justamente no período da longa greve do operariado da Companhia Petropolitana (1966-1967), não foi à toa. Havia uma relação direta com a estratégia de conter um possível crescimento ou surgimento de qualquer foco de subversão que visasse opor-se ao regime. Para tal, o meio encontrado foi a forte presença das forças militares no bairro através das ações sociais.

Por fim, consideramos, inclusive, que este elemento pode explicar a não existência de registros que demonstram um viés mais "político" deste período da greve, enquadrando-a apenas num movimento pautado pela questão salarial dos trabalhadores, sem qualquer vinculação com as lutas democráticas contra a ditadura. Do mesmo modo, apesar de algumas lembranças de pessoas específicas e já com idade avançada trazerem conteúdos que apontam a existência dos conflitos políticos nesta época, percebemos que é um assunto pouquíssimo explorado no bairro como um tema de ordem coletiva.

Considerações Finais

A partir da análise acerca da formação de Petrópolis buscamos, primeiramente, pontuar como o projeto imperial de povoação da cidade foi diretamente permeado pela demarcação territorial através da divisão de classes econômico-sociais.

Por conseguinte, demonstramos que este modelo de demarcação classista do solo petropolitano foi acompanhado pela implementação de uma ideia de cidade direcionada, inicialmente, para a nobreza e, posteriormente, para as elites econômicas externas e internas. Esta ideia de cidade, com raízes no projeto da corte, fundamenta um lugar calmo, bucólico, livre das contradições e lutas políticas inerentes a qualquer sociedade. Além disso, caracteriza o povo petropolitano a partir da sua passividade e moderação.

Apontamos, portanto, que no curso da história de Petrópolis as memórias coletivas consolidadas formaram-se a partir deste legado forjado no planejamento imperial. E relacionamos estas memórias consolidadas como suporte fundamental para coesionar a visão sobre este lugar através de uma concepção hegemônica da cidade nobre e pacata.

Porém, apresentamos a possibilidade de encontrar outras referências na constituição de Petrópolis, capazes de gerar interpretações divergentes a respeito da caracterização dos citadinos e deste espaço. A começar pela existência de bairros populares com origem operária, completamente desviados de qualquer vínculo com as ideias, costumes e hábitos da nobreza, como o Alto da Serra e Cascatinha, desembocando na investigação sobre estes lugares na vigência da ditadura empresarial-militar.

Este percurso baseou-se na compreensão em torno da memória social enquanto um campo de estudos e na memória política também enquanto um campo de estudos, que faz parte da memória social, contudo, abarca especificidades no seu processo de constituição.

Assim, consideramos que as relações de poder, as ações na esfera pública, a influência em decisões, as disputas de opinião/ideias, entre outras, são elementos próprios da memória política. Ao observar a sustentação da memória hegemônica sobre Petrópolis e as próprias divergências defronte dela, encontramos todos estes aspectos anteriormente citados entrelaçados.

No ano de 2023 completam-se 59 anos da instauração da ditadura empresarial-militar no Brasil e, embora existam trabalhos fundamentais sobre este assunto, compreendemos que se trata de um tema sempre em aberto e passível de novas análises, abordagens e focos, com o objetivo de democratizar no conjunto da sociedade o

entendimento sobre este período da história do país e sobre as violências de todas as ordens empregadas para sua manutenção.

Assim, no contexto do fim das ditaduras latinoamericanas e do questionamento às práticas implementadas de violência de Estado, a memória política configurou-se como um espaço onde múltiplos agentes, práticas e organizações passaram a fazer parte (LISFCHITZ, p.75. 2016), gerando novas interpretações, significados e disputas em torno dos períodos ditatoriais.

Deste modo, ao mobilizar memórias que contrastam com a ideia de uma Petrópolis aristocrática e tranquila, sinalizamos que outros sentidos podem ser comunicados acerca da cidade, incorporando características outrora e perenemente esquecidas. Tendo em vista que estamos falando de uma cidade que, por vezes, busca relativizar o significado e a presença da ditadura e das lutas sociais decorrentes deste período político na localidade. Logo, nosso trabalho ao estudar a memória da ditadura em Petrópolis a partir de bairros operários, dialogou diretamente com a memória política enquanto um espaço de comunicação de conteúdos permeado pela presença de indivíduos e coletivos, onde a memória pode disputar significados e sentidos.

Percebemos que o aspecto industrial foi salutar na formação de ambos os bairros estudados e que, inclusive, esta característica contribuiu para a organização de ações locais em oposição ao regime militar.

No Alto da Serra notamos a influência que a categoria dos ferroviários possuía sobre os trabalhadores das fábricas têxteis que se situavam no bairro e que essa conjunção entre os Sindicato dos Têxteis do 1º Distrito e o Sindicato dos Ferroviários, encabeçaram as primeiras movimentações de resistência ao golpe logo no dia seguinte à sua consolidação.

De igual modo, verificamos que devido à concentração de muitas fábricas numa mesma região, o Alto da Serra foi um bairro muito vigiado pelas autoridades da polícia política. Interpretado como um lugar onde a categoria mais radicalizada que eram os ferroviários tinha muita influência, as ações de oposição ao regime foram rapidamente desarticuladas frente ao êxito da repressão sobre o movimento sindical e ao recrudescimento da ditadura. Percebemos também que por conta da aglomeração de fábricas e pela estação ferroviária os registros, sejam relatos de pessoas ou matérias jornalísticas, sobre as ações de resistência ou repressão durante o regime militar, são mais fáceis de serem encontrados do que no outro bairro analisado.

Cascatinha, por sua vez, encampou ações de resistência à ditadura através da influência do Sindicato dos Têxteis de Cascatinha que, em certa medida, relacionava-se com o restante do Conselho Sindical da Cidade. A própria organização do Grupo dos Onze no bairro, também ocorreu a partir das ideias que circulavam através do Sindicato dos Têxteis de Cascatinha, nota-se que um dos integrantes do Grupo dos Onze era justamente o Presidente do Sindicato, Pedro Paulo Toraldo.

Um aspecto importante é que apesar da relação com o conjunto do movimento sindical de Petrópolis, verificou-se que Cascatinha possuía uma característica de ser um bairro muito autônomo frente ao restante da cidade, inclusive, por situar-se numa posição geográfica mais afastada do centro. Por isso, percebemos um certo isolamento daquele local frente às articulações de proporções mais gerais.

Neste sentido, observamos que o tema da crise da fábrica de tecidos ocorrida no transcurso do período da ditadura, configurou-se como um elemento mais presente na mobilização dos trabalhadores e moradores locais e, por isso, mais presente nas fontes que tivemos acesso para pesquisa. Ainda assim, ficou nítida a presença do aparato repressivo da ditadura no bairro a partir da Operação Aciso para conter qualquer grupo de oposição ao regime, sob a justificativa de suporte emergencial à população diante da crise fabril.

Constatamos que nas fontes que acessamos existem poucos registros escritos sobre os acontecimentos políticos em ambos os bairros durante a ditadura e que a construção de memórias deste período depende muito dos relatos de pessoas com idade já avançada.

Apesar disso, em nossa pesquisa foi possível demonstrar que, ainda que rapidamente desarticuladas, ocorreram lutas contrárias à ditadura e parte dessas lutas originaram-se em lugares que abarcavam as camadas mais populares da cidade. Por consequência, a repressão organizou-se inclusive com a contribuição de muitos agentes locais, efetuando prisões e torturas em diversos cidadãos petropolitanos.

Assim, inscrever na memória política local, não só as atividades de resistência realizadas na cidade frente à presença da ditadura, mas também a repressão estabelecida pelo regime, é um processo fundamental para superar a negligência que as memórias sobre este período sofreram em Petrópolis. Pois as memórias transmitem e produzem significados, uma vez ceifada a possibilidade de construção e circulação das memórias vinculadas a estes momentos de luta política e violência de Estado, é como se esses eventos nunca tivessem ocorrido. Ademais, consideramos que as memórias associadas a

processos violentos nascem do passado, mas irrompem na ação política do presente e, por isso, analisar o passado é também pensar qual tempo presente queremos.

Por fim, traçar este caminho sobre parte dessas ações nos bairros petropolitanos, explicitam que perduram elementos eficazes na construção de outras memórias da cidade para além do seu título de imperial onde, no mesmo território que oficialmente foi criado para a paz e nobreza, coexistiram e coexistem as lutas sociais e populares.

Bibliografia

AMBROZIO, Julio. *Geografia petropolitana.* 2 ed. Minas Gerais. 2005

_____.*O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis: uma história territorial.* Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Ver em < O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis: uma história territorial (usp.br)> Acessado em 1 de fevereiro, 2022.

ALMEIDA, Marli. *Os "perigosos" Grupos de Onze Companheiros e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho.* 2015. Ver em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434368213_ARQUIVO_Osperigososgruposdeonzecompanheiros.pdf> Acessado em 20 de agosto de 2023

AMORIM NETO, Octavio. *Democracia e Relações Civis-Militares no Brasil*. In: Lúcia Avelar; Antônio Octávio Cintra. (Org.). Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. 3ed.Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015, v. 1, p. 315-330.

ANSARA, Soraia. *Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, São Paulo, 2005. Ver em < Tese Doutorado Soraia (pucsp.br)> Acessado em 21 de março, 2022.

ARBOS, Philipe. *"Esboço de Geografia Urbana"*. Comissão do Centenário de Petrópolis, P.M.P., vol. VI., p.223.

ARQUIDIOCESE DO ESTADO DE SÃO PAULO. BRASIL: nunca mais. Prefácio de Dom Evaristo Arns. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985

AQUINO, Renata. JUNIOR, Henrique Cunha. *Cidades Negras – Petrópolis Imperial*. Revista Ambivalências. v2, n.4, p. 81 – 96, Jul-Dez/2014. Ver em <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/3599> Acessado em: 19 de julho, 2021.

BOMTEMPO, Rubens de Castro. *Estação Petrópolis – Memórias Políticas de um médico que não perdeu o trem da história.* Rio de Janeiro, Ed. Desiderata, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder. Simbólico.* Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16. BRASIL.

FROÉS. Carlos Oliveira. *PETRÓPOLIS – A SAGA DE UM CAMINHO Gênese e Evolução do Território Petropolitano.* Instituto Histórico de Petrópolis, 2006.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar.* Locus - Revista de história, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.223-238, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-302

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS. *Relatório Final*. 2018.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório Final.* 2014

COMISSÃO DA ANISTIA. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal.* Brasília, 2010.

CEZAR DE MAGALHÃES. *A Função Industrial de Petrópolis.* Revista Brasileira de Geografia. IBGE. Ano XVIII. Janeiro-março. 1966. P. 20-55

CUSATIS. José. *Os Italianos em Petrópolis*. Petrópolis. Edição da Câmara Municipal. 1993.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública:* A memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado- ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Ed. Estampa, 1987.

Entrevista de Silvia Maria Fávero Arend e Fábio Macedo para a revista Tempo e Argumento Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201 – 216 jan./jun. 2009 Ver em <Entrevistas: Henry Rousso (2009) (perguntodromo.blogspot.com)> Acessado em 25 de janeiro 2023.

GROSSI, Diego. OLIVEIRA, Gabriel Gomes. LIMA, Patricia Ferreira de Souza. *Lugares de memória da Ditadura Empresarial-Militar em Petrópolis-RJ em visita técnica: experiência de turismo pedagógico*. 11o Fórum Internacional de Turismo do Iguassu 28,29 e 30 de junho de 2017, Paraná - Brasil. Ver em <https://festivaldascataratas.com/forum-turismo/anais/2017/gt6-educacao-e-formacao-prof/9-lugares-de-memoria-da-ditadura-empresarial-militar.pdf > Acessado em: 25 de fevereiro, 2023

GROSSI, Diego. *Trabalhadores de Petrópolis no Cinturão Vermelho: O conceito de populismo e seu contraste na ação política das camadas populares petropolitanas no contexto do golpe de 1964.* Revista Dia-logos, v. 11, n. 01, p.24-36, jan.-jun. 2017

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Cem anos de solidão. Rio de Janeiro: Record, 2016.

GRUPPI, LUCIANO. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Assistindo a população, combatendo o comunismo: as Ações Cívico-Sociais no contexto da ditadura militar brasileira.* XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. Ver em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415319_ARQUIVO_TextoANPUH2015.ACISO.pdf > Acessado em 28 de agosto de 2023.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el passado: cómo construimos la memoria social.* Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2017.

JOFFILY, Mariana. *Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas.* Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204–251, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018204. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204> Acesso em: 2 out. 2023.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. *A História do Tempo Presente:reflexões sobre um campo historiográfico.*Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 12, n. 01, p.13-27, jan/jun. 2021. Disponível em <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15714/11760> Acessado em 22 de agosto de 2023.

LEFEBVRE, Henri, *De lo Rural a lo Urbano*. ediciones Península, 3ª ed, Barcelona, 1975.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 7º Edição revista - Campinas, SP: Editora Unicamp. 1990. p.366-420.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Em torno da memória política. In: Porque Memória Social?* Revista Morpheus

LIMA. Patrícia Ferreira de Souza; GROSSI. Diego. *Os 'lugares da memória' da ditadura empresarial-militar revisitados em Petrópolis-RJ*. Revista Transversos. "Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência". Rio de Janeiro, nº. 12, pp. 282-295, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.3278.

MARTINS, Ismênia de Lima. *Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis: 1978. P. 14.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial.* 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj/Ifcs, 2015.

MOTTA, L. *A Apropriação do Patrimônio Urbano: do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo Visual Global*. p 269. In: ARANTES, A. A. *O Espaço da Diferença*, Papirus editora, Campinas, 2000, pp 257-287.

OLIVEIRA, Eduardo. *Cidade "verde" ou cidade "vermelha": AIB e ANL em Petrópolis.* Tese apresentada ao PPGHPBC do CPDOC da Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2018. In: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24530

Os tupanamaros de Mujica contra Dan Mitrione o mestre da tortura. Ver em: <https://www.zonacurva.com.br/em-1970-os-tupamaros-de-mujica-contra-dan-mitrione-o-mestre-da-tortura/> Acessado em 23 de jan. 2023.

FILHO, Oaziguito Ferreira da Silveira Pinto. *Petrópolis a outra, um invisível universo operário*. IHP » PETRÓPOLIS A OUTRA, UM INVISÍVEL UNIVERSO OPERÁRIO.

MESQUITA. Pedro Paulo Aiello. *A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DE PETRÓPOLIS: TRABALHO, SOCIEDADE E CULTURA OPERÁRIA (1870-1937).* Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.

Petrópolis - As causas de um desastre que se repete (metsul.com) Acessado em< 8 de fevereiro de 2023>.

POLLAK, Michael. *Memória e Esquecimento.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

OCTAVIANI, Alessandro. *Hegemonia e direto.* Disponível em <HEGEMONIA E DIREITO (usp.br)> Acessado em 13 de março de 2023.

OLIVEIRA, Márcia Silva de. *No encontro da vida cotidiana, Novas descobertas em Bairro e Vida de Bairro*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAU da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PLANTA DE PETRÓPOLIS. Ver em <planta+major+Koeler.jpg (1189×1046) (bp.blogspot.com)> Acessado em 14 de setembro, 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história*. Acervo, Rio de Janeiro, v.24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Acesso aos "arquivos sensíveis": contextualização do debate e da legislação no Brasil e na França nos anos 1990-2000*.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.* Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTOS, C. MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, 2009. p. 44.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - 4. ed. 2. reimpr- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Deivison & Laeta; FERNANDES, Tainá; SOUSA, Manoel Gustavo. *Manutenção da planta Koeler para digitalização através de levantamento fotográfico.* Revista Brasileira de Geomática. 5. 277. 10.3895/rbgeo.v5n2.5424. 2017.

SANTOS, Marilécia Oliveira. O Viver na Cidade do Bem. Tensões, conflitos e acomodações na vila operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem – BA. Belo Horizonte. Tese de doutorado – UFMG: 2010

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
SILVA, Helenice Rodrigues da. *"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória.* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438 2002.

SOUZA, Amélia Maria. *Considerações sobre a Historiografia Petropolitana*, Petrópolis, Universidade Católica de Petrópolis, 1975. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado - UFMG: 2013.

SOUZA, Herbert Glauco. *Contra Hegemonia: um conceito de Gramsci?*

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1973 (1° edição); 1989 (5° edição).

VASCONCELOS, Francisco de. Petrópolis do Embrião ao Aborto. Petrópolis: Park Gráfica. 2008.

Fontes

Jornais eletrônicos

Tribuna de Petrópolis
https://arquivos.tribunadepetropolis.com.br/media/2018/06/08220045/747dc4b4f2d9820e6f1bb7d03e7bf089-900x586.jpg Acessado em 25 de maio de 2023.

https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/alto-da-serra-um-dos-mais-antigos-e-tradicionais-bairros-de-petropolis-159109 Acessado em 20 de maio de 2023.

Sites

https://soupetropolis.com/2022/02/13/11-fabricas-que-existiram-em-petropolis-no-passado/ Acessado em 20 de maio de 2023.

https://web.facebook.com/antiquus.petro.rio?hc_ref=ARRq0fzd8Pr9Waa-NYsQcWT10NXZm8eRsn7dC1u0eMbeuCzc1oyfRiCbFRIM64JyocU&fref=nf&__xts__[0]=68.ARAByZc4K4EShgLUPu_HqGpG8G2xjl4dBlh-TgF7n4c72pIlaOQ0e0I3ivR7NKEDZJi5vbwZV-pb_0Z2HkRoQrQKK0nMDaptvUv0KUb1Xn9eXf69qUql34Sm4wSvKe3UuvGIasDBlV72BbHIjkEn3Ggg60qjwMqDFD71S3QC8SzcQu5S5nMIx6knV7VYtawlMYPzGpxurJgrr_5zCKZZVudWpzidS9KN4d-94pvqP3x7sHqYBLxZbbPQJq1YQbDmhmsV6pfba2A_AjJHO4LfWugcUBI89pYU&__rdc=1&__rdr Acessado em 30 de maio de 2023.

https://soupetropolis.com/2021/10/10/de-petropolis-para-o-mundo-werner-completa-117-anos-de-muita-historia-dedicacao-e-qualidade/ Acessado em 30 de maio de 2023.

https://web.facebook.com/AHistoriaDeCascatinha/photos/a.364662833602456/1246003868801677/?locale=pt_BR&__rdc=1&__rdr Acessado em 30 de maio de 2023.

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/RDG/RDG15/RDG15_12.PDF

https://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=12&subsecao=&id=2611&uid= Acessado em 1 de junho de 2023.

http://tremdaserradoriodejaneiro.blogspot.com/2016/07/estrada-de-ferro-principe-do-grao-para.html Acessado em 1 de junho de 2023.

Mariana Rocha (@maridcrocha) • Fotos e vídeos do Instagram Acessado em 28 de junho de 2023.

http://somarmeiodaserra.blogspot.com/2010/06/conhecendo-um-pouco-da-historia-do-meio.html Acessado em 25 de junho de 2023.

https://soupetropolis.com/2021/02/21/9-empreendimentos-italianos-que-ajudaram-a-escrever-a-historia-de-petropolis/ Acessado 25 de junho de 2023.

http://wikimapia.org/4628190/pt/Hipershopping-ABC Acessado em 25 de junho de 2023.

https://www.google.com.br/maps/place/R.+Teresa+-+Petr%C3%B3polis,+RJ/@-22.5247766,-43.1739915,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x99a7f4e29de7ad:0x68fc9cb5ef96ee4f!8m2!3d-22.5247816!4d-43.1714166!16s%2Fg%2F11x7vh2by?entry=ttu Acessado em 16 de agosto de 2023.

https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-dos-Distritos-de-Petropolis-Planta-Petropolis-1846-e-Municipios_fig1_317926797 Acessado em 10 de agosto de 2023.

http://www.destinopetropolis.com.br/5964_predio-da-companhiapetropolitana-de-tecidos Acessado em 12 de fevereiro de 2023.

http://www.labhoi.uff.br/taxonomy/term/212 Acessado em 23 de agosto de 2023.

https://www.youtube.com/watch?v=CWoez-ZaBJo&t=6s Acessado em 23 de agosto de 2023.

Jornais

Jornal O Diário de Petrópolis (2010).

Jornal Tribuna de Petrópolis

Jornal Cascatinha

Arquivos

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral, Centro de Cultura Raul de Leoni, Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis.

Museu Imperial, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Arquivo da 67ª Delegacia de Polícia de Petrópolis.